UNIOESTE
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

RICARDO KRUPINISKI

***ÉPOCA E VEJA: IMPERIALISMO EM REVISTAS OU REVISTAS
IMPERIALISTAS? (2003 A 2006)***

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2011

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS

RICARDO KRUPINISKI

***ÉPOCA E VEJA: IMPERIALISMO EM REVISTAS OU REVISTAS
IMPERIALISTAS? (2003 A 2006)***

Dissertação apresentada como pré-requisito de conclusão do Programa de Pós-Graduação Mestrado em História, Área de concentração: História, Poder e Práticas Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Grassi Calil.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2011

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

	Krupiniski, Ricardo
K94e	<i>Época e Veja: imperialismo em revistas ou revistas imperialistas?</i> (2003 a 2006) / Ricardo Krupiniski. - Marechal Cândido Rondon, 2011
	156 p.
	Orientador: Prof. Dr. Gilberto Grassi Calil
	Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2011.
	1. Revista <i>Época</i> - Imperialismo - Discursos. 2. Revista <i>Veja</i> - Imperialismo - Discursos. 3. Capital-imperialismo. 4. Revista <i>Época</i> - Importação de capital. 5. Revista <i>Época</i> - Exportação de capital. 6. Revista <i>Veja</i> - Importação de capital. 7. Revista <i>Veja</i> - Exportação de capital. I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. II. Título.
	CDD 22.ed. 325.32
	332.041
	CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539

Aos meus pais, irmãos, sobrinhos e amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais, Clemente e Neide Krupiniski. Aos meus irmãos Grasielle e Rafael e aos meus sobrinhos, Gabriela e Bruno. Amo muito vocês!

Agradeço aos professores do mestrado: Rinaldo José Varussa, Paulo José Kolign, Sonia Regina Mendonça (que honra!), Carla Luciana Souza da Silva (sempre uma referência!) e em especial ao professor Gilberto G. Calil, que insistiu e me apresentou uma proposta de trabalho com enfoque diferenciado do apresentado ao processo de seleção do mestrado. Sem sua paciência e orientação não seria possível a realização desse trabalho, que neste momento se dá por finalizado, mas que deixa uma série de lacunas para que no futuro eu possa dar continuidade em um novo desafio. Muito obrigado Gilberto!

Meus agradecimentos aos colegas de mestrado da turma de 2009, em especial a Edina Rautenberg e Rosana Marçal. Também agradeço a Iraci Maria Wenzel Urnau pela dedicação e paciência para com os mestrandos.

Agradeço sempre aos grandes amigos que a vida me presenteou: Adriana Carvalho Medeiros, Edina Rautenberg, Franciele Ap. Araújo, Graciele Lange, Jaqueline Valeska Targanski, Jefferson C. de Oliveira, Julio Taguti Jr., Leandro Ap. Petrin Soni, Olivia Teixeira Fernandes, Suellen Mulhmann e Thomas Kehrwald Fruet. Obrigado por fazerem parte desse processo, a simples presença de vocês foi fundamental e exemplar.

E por fim, agradeço ao grande amigo Jean Carlos Coelho, que surgiu no decorrer do desenvolvimento da pesquisa e trouxe junto com sua amizade, força e felicidade a minha vida.

A todos, muito obrigado!

RESUMO

Partindo do conceito de *luta de classes* entende-se que a sociedade é permeada por diferenças de classe, de visões de mundo, por conflitos que se dão dia após dia, tanto no âmbito da sociedade política quanto da sociedade civil. Desta forma, levando em consideração a existência de certos grupos dominantes na sociedade que usam de mecanismos para construir discursos hegemônicos em defesa de seus interesses de classe, buscou-se com essa pesquisa problematizar os discursos das revistas semanais *Época* e *Veja* em torno da questão do imperialismo, visto em sua forma mais atual, denominado por Virgínia Fontes de capital-imperialismo. A análise de ambas as revistas concentrou-se durante o período de 2003 a 2006. O objetivo da pesquisa girou em torno de compreender como *Época* e *Veja* se posicionaram em assuntos referentes ao capital-imperialismo, sobre importação e exportações de capital. A dissertação se organiza em três capítulos: no primeiro, de caráter teórico, procuramos apresentar um levantamento historiográfico em torno do capitalismo contemporâneo, apresentar os referenciais teóricos que sustentam a análise bem como a metodologia empregada. No segundo capítulo analisamos como as revistas *Época* e *Veja* se posicionam em relação ao capital-imperialismo internacional, ou seja, em torno da importação de capitais estrangeiros para o Brasil. Neste capítulo buscou-se mostrar como as empresas multinacionais e o capital financeiro são apresentados pelas revistas. O terceiro e último capítulo teve como objetivo analisar questões que permeiam a relação de *Época* e *Veja* com a exportação de capital brasileiro, ou seja, levantar algumas questões que nos faz em pensar o Brasil como um país capital-imperialista, tendo como objeto de estudo as revistas. Esta discussão está inserida no período que corresponde ao primeiro mandato do governo petista. Assim sendo, buscou-se apresentar que para além do papel desempenhado pelo Estado, que viabilizou o processo de expansão de capitais brasileiro, empresas como Petrobrás, Vale, Gerdau também encontraram espaços privilegiados em meios de disseminação de consenso - nesse caso específico, as revistas *Época* e *Veja* -, onde são vistas e apresentadas como sinônimos de sucesso do capitalismo brasileiro.

Palavras-chave: *Época*, *Veja*, capital-imperialismo, importação de capital, exportação de capital.

RESUMEN

Época y Veja: ¿el imperialismo en las revistas o revistas imperialistas? (2003-2006)

Basado en el concepto de lucha de clases, significa que la sociedad es permeada por diferencias de clases, de visiones de mundo, por conflictos que se dan día tras día, tanto en el ámbito de la sociedad política cuanto de la sociedad civil. De esta manera, llevando en consideración la existencia de ciertos grupos dominantes en la sociedad, que utilizan mecanismo para construir discursos hegemónicos en defensa de sus intereses de clase, se buscó con esa investigación, problematizar los discursos de las revistas semanales *Época* y *Veja*, en torno de la cuestión del imperialismo, visto en su forma más actual, denominado por Virginia Fontes de capital-imperialismo. El análisis de ambas revistas se centró durante el período de 2003 a 2006. El objetivo de la investigación giró alrededor de comprender como *Época* y *Veja* se posicionaron frente a temas referentes al capital-imperialismo, sobre importación y exportación de capitales. La tesis se estructura en tres capítulos: el primero, de carácter teórico, buscamos presentar un levantamiento historiográfico en torno del capitalismo contemporáneo, presentar los referenciales teóricos que sostienen el análisis bien como la metodología empleada. En el segundo capítulo analizamos como las revistas *Época* y *Veja* se posicionan frente al capital-imperialismo internacional, o sea, en torno de la importación de capitales extranjeros para Brasil. En este capítulo se buscó enseñar como las empresas multinacionales y capital financiero son presentados por las revistas. En tercero y último capítulo tuvo como objetivo analizar cuestiones que permean la relación de *Época* y *Veja* con la exportación de capital brasileño, o sea, levantar algunas cuestiones que nos hace pensar el Brasil como un país capital-imperialista, teniendo como objetivo de estudio las revistas. Esta discusión está inserida en el período que corresponde al primer mandato de gobierno petista. Así siendo, se buscó presentar que para además del papel desarrollado por el Estado, que viabilizó el proceso de expansión de capitales brasileño, empresas como Petrobrás, Vale, Gerdau, también encontraron espacio privilegiados en medios de disseminación de consenso - en ese caso específico, las revistas *Época* y *Veja*, donde son vistas y presentadas como sinónimos de éxito del capitalismo brasileño.

Palabras-clave: *Época*, *Veja*, capitalismo-imperialismo, importación de capital, exportación de capital.

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - Empresas pertencentes às Organizações Globo (2002).....	54
TABELA 02 - Empresas transnacionais latino-americanas entre as maiores transnacionais não financeiras de países em desenvolvimento, 1993 e 2003 (<i>milhões de dólares</i>).....	117
TABELA 03 - Principais empresas brasileiras com investimento produtivos no exterior 2004-2005 (<i>Milhões de dólares</i>).....	118

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICES I – QUADROS 1 E 2

QUADRO 01: em busca da credibilidade em *Época* (2003).....140

QUADRO 02: em busca da credibilidade em *Veja* (2003).....141

APÊNDICES II – QUADRO 3 E 4

QUADRO 03: a indústria automobilística nas páginas de *Época*.....142

QUADRO 04: a indústria automobilística nas páginas de *Veja*.....143

APÊNDICES III – QUADRO 5 E 6

QUADRO 05: presença dos grupos estrangeiros nas páginas de *Época*.....144

QUADRO 06: presença dos grupos estrangeiros nas páginas de *Veja*.....145

APÊNDICES IV – QUADROS 7 E 8

QUADRO 07: capital financeiro nas páginas de *Época*.....148

QUADRO 08: capital financeiro nas páginas de *Veja*.....149

APÊNDICES V – QUADROS 9 E 10

QUADRO 09: agricultura e agronegócios nas páginas de *Época*.....151

QUADRO 10: agricultura e agronegócios nas páginas de *Veja*.....151

APÊNDICES VI – QUADROS 11 E 12

QUADRO 11: exportação de capital brasileiro nas páginas de *Época*: investimentos e internacionalização.....153

QUADRO 12: exportação de capital brasileiro nas páginas de *Veja*: investimentos e internacionalização.....154

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11	
Breves considerações teóricas e metodológicas	14	
CAPÍTULO 1: ENTENDENDO O SISTEMA PROBLEMATIZANDO A		
IMPrensa: o capitalismo do pós-guerra ao século XXI	17	
1.1 O SISTEMA CAPITALISTA PARA O MUNDO: o neoliberalismo	18	
1.1.1 A construção do neoliberalismo: o mundo sob a hegemonia estadunidense	20	
1.1.2 América Latina e neoliberalismo	27	
1.2 O ESTADO COMO MANTENEDOR DO CAPITAL	32	
1.3 A IMPrensa E O CAPITAL: construindo consenso	42	
1.3.1 O modelo neoliberal de imprensa: “o público tem o direito de saber”	46	
1.3.2 A imprensa como aparelho privado de hegemonia: sua atuação partidária	48	
1.4 A IMPrensa “TEM DONO E O DONO TEM CLASSE”: a criação de <i>Época</i> e <i>Veja</i>	52	
1.4.1 A <i>Época</i> da Globo: a Globo em <i>Época</i>	52	
1.4.2 O surgimento de <i>Veja</i>	58	
1.5. CONCLUSÕES PARCIAIS	60	
CAPÍTULO 2: IMPERIALISMO À <i>ESTRANGEIRA!</i> <i>Época</i> e <i>Veja</i> e a importação de capital para o Brasil (2003- 2006)		62
2.1 IMPERIALISMO: breves considerações metodológicas	63	
2.2 “TRANSIÇÃO E MUDANÇA”: “Lula é a Terceira Via”	68	
2.3 SE AJUSTANDO AO NEOLIBERALISMO: a busca pela credibilidade	74	
2.4 <i>ÉPOCA</i> E <i>VEJA</i> NO GOVERNO LULA: consolidação do projeto hegemônico neoliberal e expansão imperialista	78	
2.4.1 Algumas observações sobre o neoliberalismo: o caso brasileiro	78	
2.4.2 Importação de capital: multinacionais e capital financeiro	81	
2.5 CONCLUSÕES PARCIAIS	98	

CAPÍTULO 3: IMPERIALISMO À BRASILEIRA! <i>Época e Veja</i> e a exportação de capital (2003-2006)	99
3.1 O BRASIL E A EXPANSÃO CAPITAL-IMPERIALISTA	100
3.1.2 De “atrasado” a “moderno”: o processo de transição entre o modelo agrário-exportador para urbano-industrial	100
3.1.3 A consolidação do modelo urbano-industrial	109
3.2 EXPORTAÇÕES DE CAPITAL BRASILEIRO	116
3.2.1 Petróleo e mineração: Petrobrás e CVRD	123
3.2.2 Siderurgia: o grupo Gerdau	
3.2.3 Empreiteiras: da construção civil a consolidação de conglomerados	127
3.3 CONCLUSÕES PARCIAIS	131
CONCLUSÕES	132
REFERÊNCIAS	135
APÊNDICES	140

INTRODUÇÃO

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, mas sob aquelas circunstâncias com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado¹.

A citação acima nos chama a atenção para suas múltiplas interpretações. Podemos refletir sobre a importância dada por Marx ao papel do homem (entendido em suas relações sociais) na sociedade e a sua relação intrínseca com o passado, que pode ser interpretado/reinterpretado a favor de uma dada classe social do presente. Tendo por base a conjuntura histórica, as lutas sociais se constituem de maneiras diversas na sociedade conforme o período histórico vivenciado.

Em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, Marx busca compreender os interesses de classes na disputa pelo poder político da França, que culminou com o golpe de Estado realizado por Luis Bonaparte². Se preocupou em demonstrar “*como a luta de classes criou, na França, circunstâncias e condições que permitiram a um personagem medíocre e*

¹ MARX, Karl. *O dezoito Brumário de Luis Bonaparte*. 3º ed. São Paulo: Centauro, 2003, p. 07.

² Tendo por base as relações de produção na França, de desigualdade e exploração, Marx em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte* faz uma análise dos acontecimentos na França a partir da posição social do proletariado, ou seja, de seu ponto de vista, buscando compreender sua posição de classe. Para chegar a tal análise se fez necessário o estudo dos interesses de classes na França, que o levou a analisar os aspectos econômicos e políticos da sociedade francesa, para melhor entender quais as classes que lutavam por hegemonia. A esse respeito ver também: MARX, Karl. *As Lutas de classes na França (1848-1850)*. São Paulo: Global, 1986 e MARX, Karl. *A Guerra civil na França*. São Paulo: Global, 1986.

grosseiro representar um papel de herói”³, tendo por inspiração figuras do passado, em especial Napoleão Bonaparte.

Jean Chesneaux nos faz pensar a “*história como relação ativa com o passado*”⁴, pois para ele não é o passado que comanda o presente, mas o presente que comanda o passado, sendo assim

Ao colocar a relação coletiva com o passado como base do conhecimento histórico, inverte-se radicalmente a relação passado-presente. Não é mais o passado que comanda, que dá lições, que julga do alto de seu tribunal. É o presente que questiona e faz as intimidações.

Mas o presente só tem necessidade do passado em relação ao futuro. Não se trata apenas de melhor “viver o presente”, como comentava Lucien Febvre, mas de mudá-lo (ou defendê-lo). A memória coletiva e o apelo à história desempenham o papel de última instância em relação ao futuro. A relação dialética entre passado e futuro, elemento, ao mesmo tempo, de continuidade e ruptura, de coesão de luta, é a própria trama histórica⁵.

O passado não é um mero artifício que utilizamos quando o “presente vai mal”, mas um elemento que nos ajuda a compreender a sociedade na qual vivemos. Nesse sentido é freqüente encontrarmos na sociedade diferentes grupos que utilizam do passado para se legitimar. Ora as classes dominantes se utilizam do passado para a manutenção de sua hegemonia, ora as classes subalternas se remetem ao passado visando à superação da hegemonia existente, na busca da construção de uma nova *civiltà*.

Nas sociedades de classe, a história faz parte dos instrumentos por meios dos quais a classe dirigente mantém seu poder. O aparelho de Estado procura controlar o passado, simultaneamente, no nível da política prática e no nível da ideologia.

O Estado e o poder organizam o tempo passado e moldam sua imagem em função de seus interesses políticos e ideológicos⁶.

Chesneaux chama a atenção para a dominação das classes dirigentes e o poder de Estado, no entanto o autor salienta que o apelo ao passado é menos evidente uma vez que é “*pelo viés da ideologia difusa que a história é chamada para defender a ordem estabelecida*”

³ Prefácio de Marx para a segunda edição de 1869. Apud: MARX, Karl. *O dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. Op. cit. p. 8.

⁴ CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tabula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995, p. 21.

⁵ Id., p. 24.

⁶ Id., p. 30.

*e os interesses das classes dirigentes: manuais escolares, filmes e tevê, imaginário*⁷. Aqui Chesneaux nos possibilita fazer certos questionamentos do papel da mídia na sociedade.

O passado pode ter várias funções, de acordo com o sujeito ou grupo que dele faz uso, podendo até ser utilizado para legitimar uma determinada visão de mundo, e nesse sentido a imprensa, e aqui, refiro-me especificamente à grande imprensa escrita, jornalismo de revista, em seu sentido liberal, tem por função, dentre várias, a manutenção de uma dada visão de mundo. Nesse sentido, Adam Schaff nos possibilita avançar nossa crítica em torno da imprensa.

Schaff nos chama a atenção para a objetividade. Apesar da existência da objetividade do conhecimento, não podemos perder a idéia de que o sujeito sempre é produtor e produto das relações sociais, e tem um papel ativo no processo de construção do conhecimento (seja esse processo, a construção da notícia, por exemplo), e desta forma introduz no conhecimento, qualquer coisa vinda de si, qualquer elemento subjetivo. Desta forma, uma “notícia” não é imparcial⁸, uma vez que nela pode estar contida a opinião do jornalista, ou até mesmo a opinião do dono, responsável pelo órgão de imprensa que gerou a notícia. Ao tratar da relação entre objetividade e imparcialidade, Schaff questiona:

O que significa a “objetividade” nesse caso? Ela equivale ao postulado de eliminar da melhor maneira possível o elemento emotivo e a parcialidade que deformam o verdadeiro conhecimento, de nos eliminar no processo de conhecimento. A “objetividade”, nesta acepção, é sempre culpada de subjetividade e não pode nunca ser absoluta; é humana e, portanto, relativa. Constitui sempre um processo, uma transformação⁹.

Ainda acrescenta:

Admitindo-se que o sujeito é ativo no processo do conhecimento e, portanto, que lhe introduz necessariamente um fator subjetivo, é evidente que a “objetividade” no sentido do valor não individual, mas universal do conhecimento, não pode significar que esse valor é o mesmo para todos, que todas as diferenças entre sujeitos que conhecem desaparecem e que se fica em presença da verdade absoluta... A “objetividade”, nesta acepção, é igualmente uma propriedade relativa, e não absoluta¹⁰.

Através da criação e da transmissão de notícias, a imprensa busca criar uma relação com seu receptor, assim ela cria seus significados em torno de um determinado

⁷ Id., p. 30.

⁸ Apesar da imprensa liberal defender o discurso da imparcialidade, como se discutirá adiante.

⁹ SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1978, p. 89.

¹⁰ Id., p. 89.

acontecimento, dando explicações, construindo dessa maneira a sua verdade e posteriormente vendendo como uma verdade histórica. A notícia vendida pela grande imprensa é colocada como imparcial, querendo que os fatos falem por sim mesmo, deixando de lado qualquer tipo de explicação.

É comum encontrarmos nas revistas, neste caso específico, as revistas *Época* e *Veja*, frases como essas: “*As grandes publicações são feitas com ingredientes essenciais como ética, precisão, equilíbrios, paixão e capacidade de reflexão. Nenhum deles pode faltar*”¹¹, “*os compromissos de manter seus leitores bem informados e de servir de instrumento de vigilância contra a irregularidades, corrupção, erros ou mentiras*”¹². Além de frases defensivas como: “*uma das piores acusações que se pode fazer a um jornalista é a de manipular informação. Ou seja, favorecer ideias, pessoas ou posições políticas. Essa é uma preocupação constante de jornalistas responsáveis, que se pautam pela isenção e pela imparcialidade*”¹³. Tais ideais têm por pano de fundo os padrões liberais de imprensa¹⁴.

Segundo Gabriela Rodrigues, criou-se o “*mito da não mediação dos meios de comunicação*”, tal ausência de mediação busca transformar o vivido, o vivenciado *agora*, em História, como conseqüência temos a criação de um determinado fato, com uma análise parcial, ideológica e não-científica, apresentado aos seus clientes (leitores, telespectadores) como fato histórico¹⁵.

Desta forma devemos encarar a imprensa como uma fonte histórica de extrema importância e não como “*uma fonte secundária, por ser apenas um relato sobre os acontecimentos*”¹⁶. A imprensa vai além da reprodução do conteúdo histórico, podendo até mesmo ser (e é!) criadora, mantenedora, destruidora de discursos históricos.

Breves considerações metodológicas e teóricas

O objeto de estudo da dissertação são as revistas *Época* e *Veja*, sendo a primeira pertencente ao Grupo Globo e a segunda à Editora Abril. Nosso recorte temporal é do período

¹¹ A busca pela notícia. *Veja*, Carta ao leitor. 27/08/2003, p. 09.

¹² O compromisso com o leitor. *Veja*, Carta ao leitor. 26/05/2004, p. 09.

¹³ Manipulações jornalísticas. *Época*, Carta do Editor. 20/09/2004, p. 18.

¹⁴ Queremos ressaltar que criticamos o jornalismo que tem por base o padrão liberal. Desta forma somos cientes que encontramos jornalistas no campo de trabalho que fogem desse modelo.

¹⁵ RODRIGUES, Gabriela. História: uma ciência do presente. In: *CONTRAPONTO – Ensaio de História Imediata*/ Organização: Érico Pinheiro Fernandez, Enrique Serra Padrós, Luiz Dario Teixeira Ribeiro, Christiano Van Gorkon. Porto Alegre: Folha da História/ Livraria Palmarinca Editora, 1999, p. 16.

¹⁶ SILVA, Carla Luciana Souza da. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)*. Tese de doutoramento em História. Niterói, UFF, 2005, p. 14.

que vai 2003 a 2006, onde buscaremos compreender como as revistas *Época* e *Veja* se posicionam quando o assunto é *imperialismo*, em especial, quando se trata da importação e exportação de capitais.

Para a realização da pesquisa foram privilegiadas algumas sessões presentes em *Época* e *Veja*: editorial e a sessão Economia e Negócios.

Na revista *Época* o editorial leva o nome de “Carta do Editor”, já na revista *Veja* recebe o nome “Carta ao Leitor”. Para Carla Luciana Souza da Silva “*os editoriais nos dizem muito sobre a forma com que a revista quer ser ‘vista’, e contribuem para que ela se constitua em efetivo sujeito político. A Carta ao Leitor é um espaço de consolidação desse papel, agregando noções como a de Quarto Poder, responsabilidade social e opinião pública...*”¹⁷.

Essa avaliação de Silva refere-se à Carta ao Leitor de *Veja*, no entanto acreditamos que a Carta ao Editor de *Época* tem a mesmas funções acima mencionadas, privilegiando a consolidação de uma visão de mundo, favorecendo as frações de classes defendidas pela revista.

A sessão Economia e Negócios de ambas as revistas também será analisada, uma vez que é possível encontrar em tal sessão um material significativo para a problematização de questões referentes ao imperialismo.

O critério de escolha das reportagens/matérias se deu de acordo com os assuntos abordados em cada tópico da dissertação, desta forma, criamos quadros sobre os assuntos aqui trabalhados e coletamos informações a respeito do mesmo para assim termos uma noção mais ampla de como as revistas *Época* e *Veja* se posicionam frente a determinadas questões, tais como: empresas multinacionais, capital financeiro, importação e exportação de capitais dentre outros.

Para fundamentar a análise adotada nesta pesquisa optamos em trabalhar com a contribuição de Antônio Gramsci, que nos possibilita ver e analisar a imprensa como um aparelho privado de hegemonia, que através da sua atuação partidária busca construir consenso, privilegiando determinadas frações de classes.

Também utilizaremos a obra de Perseu Abramo, que em seu livro *Padrões de Manipulação na Grande Imprensa* discute como se dá o processo de manipulação na grande imprensa.

¹⁷ SILVA, Carla Luciana Souza da. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)*. Op. cit. p. 90. Ver também: SILVA, Carla Luciana Souza da. *A Carta ao Leitor de Veja: um estudo histórico sobre editoriais*. Intercom (São Paulo. Online), v. 32, p. 89-107, 2009.

Estas questões de certa maneira formam a base da pesquisa. As questões levantadas nesta pesquisa estão longe de serem dadas por concluídas. No entanto, temos como intenção, após o termino desta dissertação, encerrar este processo com um número bem maior de indagações, de quando o mesmo começou a ser desenvolvido.

CAPÍTULO 1

ENTENDENDO O SISTEMA, PROBLEMATIZANDO A IMPRENSA: o capitalismo do pós-guerra ao século XXI

Entender o sistema capitalista nos possibilita avançar na análise de uma série de objetos referente ao campo da história. A imprensa escrita, mais especificamente o jornalismo em revista, apresentam certas questões que ao se tornarem notícias devem ser melhor problematizados, sejam eles de ordem política, econômica, cultural, social ou filosófica.

Este capítulo por ser de ordem teórica tem como objetivo nos ajudar a compreender melhor o caminho adotado para problematizar a relação de *Época* e *Veja* com o imperialismo. Nele buscaremos apresentar a definição teórica e metodológica que será utilizada ao longo da dissertação. Apresentaremos uma breve contextualização histórica do sistema capitalista no início século XXI, uma vez que é nesse período que focamos as análises das revistas *Época* e *Veja*. Para que se isso se efetue, definimos como ponto de partida o período pós Segunda Guerra Mundial, onde apreciamos a consolidação da hegemonia norte-americana bem como a busca pela concretização do modelo neoliberal.

Realizado esse primeiro objetivo, podemos apreender o caso da América Latina dentro do contexto de consolidação do neoliberalismo¹⁸ buscando situar a posição da região dentro da ordem capitalista.

Por fim examinaremos a imbricação entre imprensa e capitalismo, pois como ressalta Carla Luciana Souza da Silva, a imprensa tem “*interesses diretos e indiretos no*

¹⁸ É nos capítulos 1 e 2 que englobaremos o caso brasileiro, tendo como objeto de estudo as revistas *Época* e *Veja*.

*desenvolvimento do sistema capitalista, pois são sujeitos interessados enquanto empresa. Possuem relações capitalistas com os demais agentes”, sendo que sua força “se dá pelo seu poder dissuasório, de convencimento, e de criação de visão de mundo, o que está também diretamente relacionado com a necessidade de reprodução do sistema”*¹⁹.

Desta forma acreditamos traçar um caminho que nos possibilita compreender o papel de *Época* e *Veja* no que diz respeito à história do Brasil, mais especificamente a história do Brasil recente, uma vez que o recorte temporal delimitado nessa pesquisa diz respeito aos anos de 2003 a 2006. Uma história que as páginas de ambas as revistas (cada uma a seu modo) buscaram defender, reafirmar, criticar e até mesmo escrever, com o objetivo da manutenção da ordem capitalista no Brasil.

1.1 O SISTEMA CAPITALISTA PARA O MUNDO: o neoliberalismo

Em seu livro *A origem do capitalismo*, Ellen Meiksins Wood ressalta que o sistema capitalista é fruto de condições históricas distintas, sendo o capitalismo um “*produto de suas próprias leis internas de movimento, historicamente específicas*” e não “*consequência de sua conformidade à natureza humana ou de alguma lei transistórica*”, desta forma “*essas leis de movimentos precisaram de vastas transformações e sublevações sociais para ser acionadas. Precisaram de uma transformação do metabolismo humano com a natureza, no suprimento das necessidades básicas da vida*”²⁰.

Podemos observar que o capitalismo foi fruto das relações sociais do homem na história, mais especificamente das lutas de classes travadas no decorrer dos tempos, onde o homem foi sendo expropriado das forças produtivas. Virgínia Fontes destaca que nos dois primeiros livros de *O Capital*,

Marx reitera inúmeras vezes o eixo de sua análise: compreender histórica e logicamente o capitalismo exige não perder jamais de vista a base da vida real, o conjunto das atividades que asseguram a reprodução da existência, objetiva e subjetivamente. A produção material da vida social – o solo concreto no qual se enraízam as mais diversificadas práticas – remete, nos termos de Marx, a um conjunto de *relações sociais* dominantes, nas quais se embebem todas as cores e que marcam, objetiva e subjetivamente, o conjunto dos seres sociais para os quais tais práticas, muitas vezes, *aparecem* como se fossem naturais ou como se derivassem das coisas²¹.

¹⁹ SILVA, Carla Luciana Souza da. *Veja: o indispensável partido neoliberal*. Op. Cit., p. 21.

²⁰ WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 125.

²¹ FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010, p. 40.

Sendo parte de relações sociais o capitalismo passou por várias etapas/fases onde “*numerosos fatores desembocaram num novo conjunto de relações internacionais e internas, que ‘formam um sistema’ e que modelam a vida social, não apenas no plano econômico, mas em todas as suas dimensões*”,²² como o capitalismo do século XV, conhecido como capitalismo comercial, o capitalismo que remete ao final do século XVIII e início do século XX, denominado de capitalismo industrial, e hoje, para muitos estamos vivendo a época do predomínio do capital financeiro, que tem por base e plataforma de desenvolvimento o capital produtivo²³. François Chesnais destaca que é “*na produção que se cria a riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações. Mas é a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social dessa riqueza*”²⁴.

No plano das lutas de classe, a burguesia consolida o capitalismo como forma dominante de socialização. Como exemplos podemos citar as revoluções burguesas na Europa entre os séculos XVII e XVIII, como a Revolução Puritana e Revolução Gloriosa na Inglaterra, bem como a Revolução Francesa.

Podemos destacar que tais revoluções buscaram acabar com o poder absoluto dos reis em defesa do discurso da liberdade. A liberdade de mercado para a nova classe dominante burguesa era fundamental para a construção do novo modelo de sociedade, o direito à propriedade privada era visto como irrevogável. Wood observa que

o capitalismo é um sistema em que os bens e serviços, inclusive as necessidades mais básicas da vida, são produzidos para fins de troca lucrativa; em que até a capacidade humana de trabalho é uma mercadoria à venda no mercado, os requisitos da competição e da maximização do lucro são as regras fundamentais da vida. Por causa dessas regras, ele é um sistema singularmente voltado para o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da produtividade do trabalho através de recursos técnicos. Acima de tudo, é um sistema em que o grosso da sociedade é feito por trabalhadores sem posses, obrigados a vender sua mão-de-obra por um salário, a fim de obter acesso aos meios de subsistência. No processo de atender as necessidades e desejos da

²² CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996, p. 14.

²³ Virgínia Fontes, no capítulo 1 de seu livro, *O Brasil e o capital-imperialismo*, destaca o conceito empregado por Marx: *capital funcionante*. Hoje em dia, podemos encontrar um discurso em defesa da autonomia do capital financeiro, porém como ressalta Fontes, esse discurso vem acompanhado de dois mitos: “*o de que é na atividade da gestão intelectual (sobretudo na complexa gerência de riscos e de taxas, na gestão internacionaliza de capital moentário) que se produz o lucro e o segundo mito, seu complemento, o de que o trabalho vivo não mais teria qualquer função da vida social*” (p. 26). Desta forma os proprietários do capital financeiro exigem dos *capitalistas funcionantes* (responsáveis pela produção de mais-valor) extrema “*eficácia nessa extração, de maneira a remunerar tanto o próprio capital funcionante como o capital monetário, ou ainda, o capital tornado mercadoria*”. FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Op. Cit., p. 24.

²⁴ Em relação ao capital financeiro, estaremos aprofundando a discussão no capítulo II, tendo como foco de análise as revistas *Época* e *Veja*. CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Op. cit., p. 15.

sociedade, os trabalhadores também geram lucros para os que compram sua força de trabalho. Na verdade, a produção de bens e serviços está subordinada à produção do capital e do lucro capitalista. O objetivo básico do sistema capitalista, em outras palavras, é a produção e a auto-expansão do capital.²⁵

Desta forma as contradições do capitalismo são gritantes, uma vez que observamos milhões de pessoas sem posses, donas somente da sua força de trabalho, sujeita aos interesses privados burgueses. Para Fontes *“a produção social de trabalhadores ‘livres’ (expropriados) é sempre condição para e resultado da ampliação das condições sociais de cunho capitalista”*²⁶.

A burguesia se tornou a classe dominante no capitalismo, e o proletariado a classe subordinada. Segundo Virgínia Fontes,

a sociedade civil é o momento da formulação e da reflexão, da consolidação dos projetos sociais e das vontades coletivas. Sua imbricação no Estado assegura que a função estatal de educação – o “Estado educador” – atue na mesma direção dos interesses dirigentes e dominantes, através da mediação dos partidos políticos, tanto oficiais como os que, extraoficialmente, difundem e consolidam as visões de mundo, como a imprensa ou a mídia²⁷.

Podemos concluir que para se fazer dominante tal burguesia se munuiu de inúmeros meios, seja no âmbito da sociedade civil, com seus aparelhos privados de hegemonia (APH), ou no âmbito da sociedade política, tendo seus representantes de classe no Estado.

1.1.1 A construção do neoliberalismo: o mundo sob a hegemonia estadunidense

Este século terá sido decididamente americano. Desde a década de 1900, os Estados Unidos propunham ao mundo dois grandes mitos modernos, duas grandes esperanças universais: para as crianças, o Papai Noel; e para os trabalhadores, o 1º de maio. Sonho e convicção como emblemas e projetos de um país novo²⁸.

Como bem observa Ignácio Ramonet, o século XX foi um período de firmamento da hegemonia estadunidense. Para o autor, um dos pontos de partida para a compreensão da posição dos Estados Unidos (EUA) como um país hegemônico se remete ao período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando os Estados Unidos buscaram intervir com sua força militar a favor das “potências democráticas”, França e Inglaterra, que se firmavam nesse

²⁵ WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Op. cit. p. 12. Grifos meus.

²⁶ FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo*. Op. cit., p. 43.

²⁷ Id., p. 138.

²⁸ RAMONET, Ignácio. *Geopolítica do caos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p. 35.

período como grandes potências imperiais, detentoras de um enorme império colonial. Nesse período já “*começa-se a falar, na Europa, de ‘modelo americano’*”²⁹.

Apesar do domínio das potências coloniais européias sobre o mundo, uma visão de sociedade baseada no estilo de vida norte-americano começava a se propagar. Se pegarmos como exemplo o cinema, podemos observar que os filmes norte-americanos eram carregados de ideologias e encontravam grande receptividade nos cinemas mundiais, uma vez que estes cediam cada vez mais espaço para as produções norte-americanas³⁰. A América tornou-se “*por definição, o ‘país da liberdade’, do ‘melting-pot’, do bom nível de vida, do sucesso, aberto aos perseguidos da Europa Central e aos imigrantes do mundo*”³¹.

Com o término da Primeira Guerra Mundial, a Europa viu-se rodeada por duas formas distintas de organização social: o socialismo da União Soviética (URSS) e o modelo capitalista proposto pelos EUA. URSS e EUA irão travar um duelo por quase todo o século XX na disputa pela hegemonia mundial. Eric Hobsbawm observa que

durante o século XIX, alguns países – sobretudo aqueles às margens do Atlântico Norte – conquistaram o resto do globo não europeu com ridícula facilidade. Onde não se deram ao trabalho de ocupar e dominar, os países do Ocidente estabeleceram uma superioridade ainda mais incontestável com seu sistema econômico e social, sua organização e tecnologia. O capitalismo e a sociedade burguesa transformaram e dominaram o mundo, e ofereceram o modelo – até 1917 o *único* modelo – para os que não queriam ser devorados ou deixados para trás pela máquina mortífera da história. Depois de 1917, o comunismo soviético oferece um modelo alternativo, mas essencialmente do mesmo tipo, exceto por dispensar a empresa privada e as instituições liberais³².

Tal disputa se acentuará no período da Guerra Fria, onde o sistema capitalista triunfará em relação ao modelo comunista soviético. Porém é condizente regressarmos um pouco ao passado para compreendermos melhor o processo de formação da hegemonia estadunidense.

O período do pós-guerra foi decisivo para a consolidação dos Estados Unidos como potência mundial. Com o término da Segunda Guerra Mundial a Europa se encontrava praticamente destruída. A posição arrasadora em que se encontravam os aliados dos EUA devido às consequências da guerra fez com que Washington percebesse que o “*fortalecimento da economia européia e, um pouco depois, também da japonesa, era a prioridade mais*

²⁹ Idem, p. 35.

³⁰ Sobre as produções cinematográficas norte-americanas no Brasil ver: SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de História da Cultura Brasileira*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

³¹ RAMONET, Ignácio. *Geopolítica do caos*. Op. cit. p. 36.

³² HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 198.

urgente, e o Plano Marshall, um projeto maciço para a recuperação europeia, foi lançado, em junho de 1947”³³. Porém, como observa Hobsbawm, para os estadunidenses uma Europa restaurada sob sua supervisão facilitaria uma aliança entre o Velho Continente e os EUA contra o comunismo soviético.

O mundo foi ganhando aos poucos cada vez mais contornos “ianques”. Se antes a fragmentação do mundo se dava entre impérios rivais, surge, no pós-guerra, uma nova ordem imperial, distinta daquela vinculada à Primeira Guerra Mundial, que foi caracterizada pela relação entre estados imperiais e colônias. Acelera-se a financeirização do capitalismo, no qual os Estados Unidos viriam a consolidar sua supremacia, principalmente a partir das décadas de 80 e 90 do século XX.

Leo Panitch e Sam Gindin observam que

ao repensarmos hoje como a globalização capitalista foi relançada na era posterior à Segunda Guerra Mundial, o interesse estadunidense em tal projeto parece suficientemente óbvio: a exaustão dos antigos impérios durante a guerra engendrou novas oportunidades demasiado tentadoras para serem ignoradas, e a explosão da capacidade produtiva estadunidense trouxe um poderoso caráter imediato para a questão do acesso – e, portanto, da reconstrução – dos mercados da Europa. De modo mais geral, a crise do capitalismo de 30 anos e sua legitimidade declinante, tanto frente ao Comunismo Soviético como o fortalecimento da esquerda nos movimentos trabalhistas da Europa Ocidental, significou que estava em jogo mais que apenas a reconstrução econômica do pós-guerra³⁴.

O período do pós-guerra representou para muitos o triunfo do capitalismo. Hobsbawm o chamou de Era de Ouro³⁵. O mesmo autor aponta dois caminhos para melhor compreender os motivos que levaram ao triunfo do capitalismo. Para ele a “*reestruturação e a reforma do capitalismo*” vinculado a “*um avanço bastante espetacular na globalização e internacionalização da economia*”³⁶ foram fatores importantes para o “grande salto” do sistema capitalista, e por conseguinte a afirmação dos Estados Unidos como potência mundial. Para Hobsbawm,

a primeira produziu uma “economia mista”, que ao mesmo tempo tornou-se mais fácil aos Estados planejar e administrar a modernização econômica e aumentou enormemente a demanda... Ao mesmo tempo, o compromisso

³³ Id., p. 237.

³⁴ GINDIN, Sam; PANITCH, Leo. A finanças e o império estadunidense. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin. (Orgs.). *O império reloaded*. 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO, 2006 (Socialist Register, 2005), p. 68.

³⁵ Cabe salientar que a Era de Ouro “foi um fenômeno mundial, embora a riqueza geral jamais chegasse à vista da maioria da população do mundo”. HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos*. Op. cit. p. 255.

³⁶ Id., p. 264.

político de governos com o pleno emprego e – em menor medida – com redução da desigualdade econômica, isto é, um compromisso com a seguridade social e previdenciária, pela primeira vez proporcionou um mercado de consumo de massa para bens de luxo que agora podiam passar a ser aceitos como necessidades.³⁷

Em relação à segunda consequência, Eric Hobsbawm observa-se que

multiplicou a capacidade produtiva da economia mundial, tornando possível uma divisão de trabalho internacional muito mais elaborada e sofisticada. De início, isso se limitou em grande parte ao conjunto das chamadas “economias de mercados desenvolvidas”, ou seja, os países do campo americano. A maior parte do mundo socialista estava dividida, e os países em desenvolvimento mais dinâmicos no Terceiro Mundo, na década de 1950, optaram pela industrialização segregada e planejada, substituindo sua própria produção pela importação de manufaturas.³⁸

Observamos a junção entre o liberalismo econômico e a democracia social no capitalismo do pós-guerra (um New Deal na linguagem rooseveltiana), sendo assim fica mais claro compreender as grandes críticas feitas pelos defensores do liberalismo baseado no livre comércio, principalmente nas décadas de 1970 e 1980 a esse modelo político-econômico.

O período do entreguerras somado com a crise de 1929 teve um grande impacto para o mundo. As nações (principalmente as do “Primeiro Mundo”) buscavam a todo custo não reviver momentos parecidos. O surgimento de uma nova forma de organizar a sociedade e a economia no pós-guerra teve grande influência de homens que estavam presentes na vida pública, mas que especificamente haviam vivenciado as experiências da Grande Depressão de 1929, por exemplo.

alguns, como J. M. Keynes, se achavam na vida pública desde 1914. E se a memória econômica da década de 1930 não fosse o bastante para aguçar seu apetite por reformar o capitalismo, os riscos políticos fatais de não fazê-lo eram patentes para todos os que acabavam de combater a Alemanha de Hitler, filha da Grande Depressão, e enfrentavam a perspectiva do comunismo e do poder soviético avançando para o oeste sobre as ruínas de economias capitalistas que não funcionavam.³⁹

Conforme aponta Hobsbawm, quatro eram as razões que moviam homens como Keynes a formular suas decisões: 1º) o medo de retornar à um período semelhante do entre guerras, que teve como consequências a desestruturação do sistema comercial e financeiro

³⁷ Id., p. 264.

³⁸ Id.

³⁹ Id., p. 266.

mundial, bem como a “*fragmentação do mundo em pretensas economias ou impérios nacionais autárquicos em potencial*”⁴⁰; 2º) a existência de um líder mundial, uma vez que a Grã-Bretanha com sua moeda, a libra, já não conseguia se posicionar enquanto líder para o mundo, sendo assim, via-se como melhor candidato ao cargo de líder mundial os Estados Unidos, com a sua moeda, o dólar; 3º) a preocupação com a formação de um mercado ilimitado, que para muitos foi uma das consequências da Grande Depressão, fazendo com que surgissem novos conceitos no âmbito econômico e comercial, dentre eles a idéia de planejamento, e por fim, 4º) buscava-se manter as taxas de emprego elevadas.

Vários foram os motivos que levaram intelectuais, políticos, economistas do pós-guerra a adotarem um pensamento que propunha o estabelecimento de limitações ao mercado. Alguns objetivos, como “*pleno emprego, contenção do comunismo, modernização de economias atrasadas, ou em declínio, ou em ruínas – tinham absoluta prioridade e justificavam a presença mais forte do governo*”⁴¹. O retorno ao *laissez-faire* era combatido, o Estado de Bem-Estar passava a contrapor-se à doutrina liberal do livre mercado.

Através das análises de Panitch e Gindin, podemos observar que a realidade apresentada pelo Estado de Bem-Estar e a diminuição do poder do livre mercado difere muito da teoria. Os autores observam que com a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial “*houve um grande consenso nos círculos capitalista e estatal de que a reconstrução de um sistema de livre-comércio global seria prioridade máxima para o mundo pós-guerra*”⁴², os autores destacam que

os editores das revistas *Fortune*, *Time* e *Life*, em uma afirmação conjunta em 1942, pediram por um “*novo imperialismo estadunidense*”, cujo objetivo seria “*promover e desenvolver o empreendimento privado, ao remover as barreiras à sua expansão natural*”, e ao criar “*um contexto expansionista no qual tarifas, subsídios, monopólios, regime trabalhista restritivo... e todas as outras barreiras a uma maior expansão fossem removidas*”⁴³.

Para Panitch e Gindin essa visão viria mais tarde a se chamar de neoliberalismo, onde a organização da sociedade deveria ser pautada pelo livre comércio.

A nova ordem econômica mundial baseada na hegemonia norte-americana ganha impulso com os Acordos de Bretton Woods em 1944. Desses acordos surgem instituições financeiras como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), “*tornando-se*

⁴⁰ Id.

⁴¹ Id., p. 267.

⁴² PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. *A finanças e o império estadunidense*. Op. Cit. p. 68.

⁴³ Id., p. 68-9.

de facto subordinados à política americana”⁴⁴. Ao levar em consideração a criação de tais instituições, Hobsbawm conclui que

na prática, a Era de Ouro foi a era do livre comércio, livres movimentos de capital e de moedas estáveis que os planejadores do tempo da guerra tinham em mente. Sem dúvida isso se deveu basicamente à esmagadora dominação econômica dos EUA e do dólar, que funcionou como estabilizador por estar ligado a uma quantidade específica de ouro, até a quebra do sistema em fins da década de 1960 e princípios da de 1970⁴⁵.

Um novo plano imperial começou a ser formado por Washington, junto com a Grã-Bretanha, que chegaria mais tarde aos Acordos de Bretton Woods. A fração de classe burguesa que mais vem a ganhar com tais mudanças foi a dos banqueiros. A criação de instituições como o Banco Mundial e o FMI possibilitou a flexibilização do capital, dando espaços maiores para o capital financeiro. A nova ordem imperial combatia a lógica do Estado de Bem-Estar, “*o livre comércio universal’ era visto como ‘o objetivo primordial de um mundo racional*”⁴⁶.

A expectativa inicial de que o período de transição seria breve fez-se evidente a partir da enorme pressão que os EUA exerceram sobre a Grã Bretanha para tornar a libra conversível, e pelos abraços abertos com os quais Wall Street recebeu uma onda de capitais da Europa imediatamente depois da guerra. Mesmo quando era evidente que se essa situação continuasse ela decretaria o fim da reconstrução capitalista européia (e, portanto, até mesmo a convertibilidade das moedas, sem considerar a remoção dos controles de capital, teria de ser adiada), o estado norte-americano não estava preparado para tornar os controles europeus mais eficazes ao controlar os fluxos de entrada de capital nos EUA. Ao invés disso, os fundos despejados na Europa através do Plano Marshall foram oferecidos com a finalidade de reforçar as demandas das finanças européias frente aos seus governos, ou seja, “equilibrar seus gastos, restaurar a estabilidade financeira, estabilizar a taxa de câmbio em níveis realistas e aumentar a cooperação mútua”. O uso do “financiamento compensatório” que se tornaria o principal meio de lidar com o fluxo de capital na era neoliberal – foi discutido em Bretton Woods, mas foi rejeitado formalmente em favor dos controles de capital. Ainda assim, foi isto que o Plano Marshall, em certo sentido, pretendia, em um período que o Fundo Monetário Internacional tinha recursos insuficientes para desempenhar um papel muito grande⁴⁷.

Panitch e Gindin mostram que na verdade Breton Woods e instituições como o FMI foram importantes para as nações em crise do pós-guerra para flexibilização de seus ajustes

⁴⁴ HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos*. Op. cit. p. 269.

⁴⁵ Id., p. 270.

⁴⁶ PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. *A finanças e o império estadunidense*. Op. Cit. p. 69.

⁴⁷ Id., p. 70.

internos frente a uma instabilidade internacional. Apesar de verem a década de 1940 (mais especificamente 1948) como um período no qual o comércio internacional, as políticas monetárias e as agências não governamentais não obtiveram destaque frente aos programas estatais, reconhecem que o estado norte-americano além de doutrinar os estados europeus para como deveriam estruturar suas políticas e economias após a Segunda Guerra Mundial, ficaram dependentes da integração internacional promovida pelos EUA.

As políticas keynesianas, as barreiras impostas pelos Acordos de Breton Woods, foram importantes para que o mundo não entrasse novamente em colapso. Caso houvesse uma crise de pagamentos, o FMI, recém criado, não conseguiria lidar com tal situação, sendo assim, a intervenção estatal foi de suma importância para o desenvolvimento do capitalismo em sua Era de Ouro. Além do mais podemos constatar que

a ajuda do Plano Marshall em si mesmo tinha propósitos obviamente estratégicos, comerciais e ideológicos, separados dos de estabilização financeira e crescimento econômico, vinculados ao fortalecimento da classes capitalistas européias. O equilíbrio das forças de classe do pós-guerra significou que o trabalho não poderia ser reprimido da mesma forma como tinha sido antes, o que tornava mais importante que o capital financeiro fosse reforçado.⁴⁸

Instituições da Alemanha como o Bundesbank e o Ministério da Fazenda são exemplos que podemos citar de órgãos que privilegiaram políticas monetária neoliberais. No Reino Unido, Panitch e Gindin mostram que a nacionalização do Banco da Inglaterra (feito pelo governo trabalhista (*Labour*)) não deixou de representar os interesses de outros bancos como o City de Londres, que juntamente com o Tesouro do Reino Unido adotavam medidas contra a classe trabalhadora. Nesse sentido o apoio dos EUA foi de suma importância, tornando-se “o veículo para a atuação do mecanismo da União de Pagamentos da Europa no final dos anos 40”⁴⁹.

A aceitação do dólar como moeda mundial, em oposição ao padrão ouro foi um dos motivos que levaram ao Estados Unidos a alcançar, mais tarde, a condição de líder mundial:

Apesar do dólar estar lastreado nominalmente em ouro, já podia ser visto o dia em que o ouro seria desmonetizado “juntamente com o cobre, o níquel, a prata, sem mencionar as conchas e outros”. O dólar já tinha seu status único: como moeda de reserva; como uma moeda que servia como veículo por meio do qual as empresas geralmente faturavam e outras moedas eram trocadas no comércio internacional; e como reserva de valor para transações financeiras

⁴⁸ Id., p. 71.

⁴⁹ Id., p. 71.

(inclusive para a emissão de títulos públicos e privados de longo prazo). E tal status estava baseado, sobretudo, no tamanho, profundidade, liquidez e abertura gigantescos dos mercados financeiros internos dos EUA⁵⁰.

A nova estratégia imperial que levou a ascensão dos EUA como nação dominante no pós-guerra, também fez de Nova York a capital mundial, e Wall Street seu centro de comando. Porém o interesse estadunidense foi além da concessão de empréstimos para a Europa, sua atuação ganha mais força principalmente na década de 1960, na medida em que os bancos de investimentos tornaram-se instituições chave para o desenvolvimento da Europa, e passaram a exportar técnicas, experiências bancárias aos moldes norte-americanos, além de facilitar os investimentos diretos (ID) estadunidense por meio das corporações multinacionais⁵¹.

Tal penetração na Europa pelas corporações e bancos estadunidenses significou a implantação do capital estadunidense como força de classe dentro da formação social européia, onde “o conhecimento econômico, as normas sociais, e os hábitos culturais são transmitidos pelas empresas de investimento. Isto vincula as economias recipientes à totalidade social mais ampla da qual o investimento é proveniente, e a partir daí amplia as bases das relações sociais sobre as quais se fundamentam⁵²”.

É a partir da década de 1960 que começa a surgir uma economia cada vez mais transnacional. Se antes (década de 50) as economias concentravam suas atividades econômicas para o próprio mercado interno, com a vinda dos anos 60 os territórios nacionais das empresas deixaram de serem considerados os únicos centros de atividades.

1.1.2 América Latina e neoliberalismo

Para Enrique Arceo, as políticas neoliberais representam uma nova fase para o desenvolvimento da economia mundial, podendo presenciar uma internacionalização das finanças e dos processos produtivos, “*cuyas víctimas han sido los trabajadores y las políticas de desarrollo de los países periféricos*”⁵³. No que se refere à América Latina o discurso

⁵⁰ PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. *A finanças e o império estadunidense*. Op. Cit. p. 72.

⁵¹ No capítulo 2 discutiremos como as revistas *Época* e *Veja* abordam as questões relacionadas ao ID estrangeiro no Brasil no primeiro mandato do Governo Lula (2003 a 2006).

⁵² PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. *A finanças e o império estadunidense*. Op. cit. p. 73.

⁵³ ARCEO, Enrique. El fracaso de la reestructuración neoliberal em América Latina: estrategias de los sectores dominantes y alternativas populares. In: ARCEO, Enrique; BASUALDO, Eduardo M. (Compiladores). *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006, p. 29.

neoliberal encontrou grande representatividade em muitos setores sociais da elite dominante e em partidos políticos de países latino-americanos⁵⁴.

Paul Cammack⁵⁵ observa que o primeiro passo dado para a construção do neoliberalismo na América Latina esteve ligado à derrota dos movimentos de esquerda nas décadas de 1970 e 1980. No caso do Chile, por exemplo, a proposta socialista defendida por Allende foi destruída pela imposição do projeto neoliberal sob a égide do governo Pinochet, consolidando a visão de mundo burguesa e a liquidação dos movimentos sociais de esquerda.

O modelo chileno de governo dos anos 1970 serviu de base para outros governos na América Latina, adotando, respectivamente, as práticas neoliberais, o México em 1988, a Argentina em 1989, o Peru em 1990 e o Brasil na década de 1990, com Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso (FHC). Sendo assim podemos dizer que a consolidação do neoliberalismo como doutrina dominante se deu nos anos 1990, principalmente na América Latina, onde encontrou grande receptividade nas frações de classe dominante burguesa.

Com relação ao processo de construção do neoliberalismo na América Latina, Pedro Brieger distingue duas fases específicas: a fase da imposição e a fase do consenso⁵⁶. Na primeira fase o modelo neoliberal foi imposto à força por regimes autoritários, como é o caso já citado do Chile, com o governo Pinochet, e da Argentina, após o golpe militar de 1976. Na segunda fase, o consenso foi construído com a forte repetição do discurso da nova ordem neoliberal graças aos meios de comunicação de massa⁵⁷.

Assim, tanto pela força, através dos golpes militares na América Latina nas décadas de 1960 e 1970, quanto pelo consenso, o neoliberalismo adentrou nos debates políticos nacionais e se concretizou como um projeto de nação, desenhando um modelo econômico neoliberal periférico para a América Latina.

⁵⁴ Sobre os setores dominantes na América Latina, ver: ARCEO, Enrique; BASUALDO, Eduardo M. (Compiladores). *Neoliberalismo y sectores dominantes*. Op., Cit.

⁵⁵ CAMMACK, Paul. "Sinis dos tempos": capitalismo, competitividade e a nova face do império na América Latina. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin. (Orgs.). *O império reloaded*. 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO, 2006 (Socialist Register, 2005), p. 286.

⁵⁶ BRIEGER, Pedro. De la década perdida a la década del mito neoliberal. In: In: GAMBINA, Julio. (Compilador). *La globalización económico-financiera. Su impacto en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2002, p. 342.

⁵⁷ Ressaltamos que coerção e consenso são duas categorias que não devem ser vistos de maneira separada. O consenso em uma sociedade não anula medidas repressivas, bem como a coerção não inibe se que tenha produção de consenso. Nesse sentido temos que pensar as ditaduras civis militar em sua dupla atuação, tanto no sentido repressivo (exército, polícia dentre outros), bem como na produção de consenso (imprensa, educação). Nos capítulos 2 e 3 mostraremos como as revistas *Época* e *Veja* constroem seu discurso em defesa da ordem neoliberal. Como ambas as revistas se posicionam frente às políticas econômicas do governo Lula, bem como seu posicionamento frente às exportações e importações de capitais.

Coube aos países da América Latina adaptar suas economias às novas exigências oriundas de instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Como ressalta Brieger o atraso que se encontrava a América Latina era combatido pela moderna teoria neoliberal que proclamava dentre várias coisas, que

todo lo público es “ineficiente”, que el estado es intrínsecamente perverso, que la única manera para que las empresas de servicios funcionen es privatizándolas, que así se reducirán gasto y se eliminará la corrupción: de la necesidad de achicar el estado, bajar el gasto público, abrir los mercados, incrementar la producción de artículos destinados a la exportación, flexibilizar y “modernizar” los mercados laborales, quebrar el poder de los sindicatos supuestamente interesados solamente en enriquecer a sus cúpulas, y reducir los gastos sociales, entre tantos otros postulados⁵⁸.

Tais medidas são apontadas pelos governos neoliberais, pelos organismos econômicos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, pela empresas multinacionais, pela grande mídia (partidária de tais políticas), como o caminho mais viável para o desenvolvimento do continente latino-americano, que tem por consequência a abertura das fronteiras econômicas ao movimento internacional de capitais. No entanto, tal ordem é construída a partir dos interesses de classe dos grupos dominantes, sendo assim, temos uma intensa interação entre os países do centro do sistema capitalista (G7), as grandes instituições e organismos financeiros internacionais, bem como o apoio dos governos periféricos, onde algumas frações de classe burguesas locais tendem a ganhar com tal expansão.

Adrián Sotelo Valencia ressalta que a desintegração da União Soviética (URSS) em fins do século XX acarretou em profundas transformações econômicas e políticas que favoreceram, dentre outras coisas, a “*formação de novas periferias na economia internacional capitalista*”⁵⁹. Para o autor os países pertencentes ao antigo bloco comunista ficaram a mercê das decisões políticas e econômicas dos países imperialistas tanto da Europa, quanto dos Estados Unidos. Tais países eufemisticamente chamados de “em transição”, converteram-se em “*plataformas produtoras e importadoras de mercadorias e de serviços estrangeiros com baixíssimos salários, altos índices de exploração do trabalho e intensos ritmos de atividade*”⁶⁰. Desta forma, para Valencia:

⁵⁸ BRIEGER, Pedro. *De la década perdida a lá década del mito neoliberal*. Op. Cit., p. 343.

⁵⁹ VALENCIA, Adrián Sotelo. Neo-imperialismo, dependência e novas periferias na economia mundial. In: SADER, Emir; SANTOS, Theotônio. dos. (Orgs.). *A América Latina e os desafios da globalização. Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro: Ed. PUC – Rio. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009, p. 115.

⁶⁰ Id., p. 115.

Fenômenos como a globalização do capital, a reestruturação produtiva e tecnológica, a concorrência muito aguda entre os países e empresas capitalistas em escala mundial, a concentração e centralização de ativos, capital e tecnologia na esfera dos circuitos de acumulação do G-7, o enorme e crescente desemprego, assim como a dinâmica *própria* do ciclo da crise capitalista, estão provocando a transformação paulatina, mas iminente, das *velhas periferias dependentes e subdesenvolvidas* que se constituíram historicamente desde meados do século XIX na América Latina e no Caribe⁶¹.

Adrián S. Valencia defende a tese da dependência, onde as periferias mundiais tendem a cumprir papéis específicos na reprodução do capital, acarretando em uma nova divisão internacional do trabalho onde as realidades regionais devem se adaptar em escala macroeconômica.

Enrique Arceo traça um paralelo entre os países latino-americanos e apresenta de forma sucinta alguns elementos similares que foram dando no decorrer da história à América Latina uma posição de continente dependente. Sem querer cair em generalizações o autor enfatiza que a inserção da América Latina

en la economía mundial como proveedora de productos primarios para el centro en condiciones, en general, de una muy acentuada concentración de la propiedad de los recursos naturales; las modalidades que asumió, luego de la crisis de la década del treinta del siglo pasado, su proceso de industrialización; las formas radicales que adoptó en la mayoría de los países la implementación de las políticas neoliberales, sobre todo en materia de privatización de las empresas públicas y de apertura de la economía; el agudo proceso de extranjerización de su estructura productiva y la muy fuerte incidencia de la deuda externa. Pero sobre todo, lo que hace pertinente a América Latina como objeto de análisis es la interacción entre sus procesos políticos e ideológicos, resultado de una experiencia histórica y cultural común que tiene como componente significativo una similar situación de dependencia (y a menudo de confrontación) respecto a la potencia hegemónica y sus políticas para la región⁶².

Em seu livro, *Dialética da Dependência*, Rui Mauro Marini buscava compreender como se deu o processo de dependência da América Latina. Para Marini a América Latina se constituiu e se desenvolveu em consonância com o capital internacional. Em sua primeira fase, a colonial, o continente tinha como função a produção de metais preciosos, especiarias, dentre outros produtos não encontrados na Europa. Tal produção, segundo Marini, assumiria duas posições estratégicas para o desenvolvimento do capital, que era o “aumento do fluxo de mercadorias” e a “expansão da forma de pagamento”, o que possibilitou o desenvolvimento

⁶¹ Id., p. 115.

⁶² ARCEO, Enrique. *El fracaso de la reestructuración neoliberal em América Latina*. Op. cit. p. 28.

tanto do capital comercial, quanto do capital bancário europeu, pois ao mesmo tempo em que se buscou a manutenção das relações manufatureiras, criou-se meios para a implementação da indústria⁶³.

Observa-se, que a Europa estava passando por fortes mudanças no seu modo de produção, enquanto a América Latina passava por mudanças políticas, o que acarretou sua subordinação ao capital europeu.

A revolução industrial, que dará início a ela, corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século XIX, fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa tecida durante a colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra. Os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais, têm nesta seu ponto de entroncamento: ignorando-se uns aos outros, os novos países se articulariam diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, passarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e – quando a exportação supera suas importações – de dívidas⁶⁴.

O Brasil nesse período não se apresenta como exceção à regra, sua dívida externa aumenta em proporções gigantescas, representando, segundo Marini, em 1913, 60% do gasto público. Sendo assim, afirma que:

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o curso do desenvolvimento posterior da região⁶⁵.

Desta forma se forjou a dependência dos países menos desenvolvidos do continente latino-americano em relação aos países economicamente fortes e independentes do continente europeu, muito especialmente, a Inglaterra.

Já no contexto pós Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento dos países latino-americanos passa a ser orientado por organismos internacionais, como FMI e Banco Mundial, que têm como objetivo a criação de um mercado mundial único, livre, sem resistências e protecionismos por parte dos Estados. Tal postura, como lembra Brieger, é um tanto quanto contraditória. Os países do centro vendem para as periferias mundiais o mito da liberdade, da liberalização do mercado. No entanto, tal idéia é contraditória se olharmos para o processo de crescimento das grandes nações como Reino Unido, Estados Unidos, Japão ou Alemanha, no

⁶³ MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 108.

⁶⁴ Id. p. 108.

⁶⁵ Id. p. 109.

qual buscaram adotar medidas protecionistas, contrárias às idéias liberais, além de utilizarem do poder bélico para competir no “mercado livre”⁶⁶.

Paul Cammack não é enfático quando se trata de interpretar a situação atual da América Latina pela óptica da dependência. Para o autor observa-se no contexto latino-americano

uma série de projetos nacionais, regionais e internacionais ao longo da América Latina, orientados ao “desenvolvimento liderado pelo mercado baseado na competição internacional” que vão além das estratégias de ajuste promovidas pelo FMI no início da década de 90, e buscam inequivocamente internalizar a nível nacional a lógica da reprodução capitalista e de hegemonia burguesa. Entre outras coisas, obviamente, estes confirmam enfaticamente a centralidade do estado na reprodução do capitalismo contemporâneo. Ao mesmo tempo, são apoiados e promovidos por uma gama de instituições internacionais, entre as quais a EU desempenha papel significativo⁶⁷.

A concorrência no sistema capitalista é um fator chave para a manutenção da ordem neoliberal, pois na medida em que a competição dentro do sistema tende a cair isso acarreta certo investimento por parte dos países imperialistas em apoiar a formação de novas burguesias pelo mundo, com capacidades de exercer o domínio local, em prol dos seus interesses de classe específicos e do capital internacional.

No capítulo 3 analisaremos nas revistas *Época* e *Veja*, a posição do Brasil como um país imperialista dentro do contexto latino-americano. Tal análise nos possibilitará compreender (em particular o Brasil), que o discurso da dependência não condiz com a forma com que o capitalismo se instalou no Brasil.

Virgínia Fontes, apesar de reconhecer o trabalho pioneiro de Marini, “*ao insistir precocemente no papel imperialista desempenhado pelo Brasil*”⁶⁸, defende um reelaboração do pensamento de Marini. Pensar o Brasil imperialista do século XXI é reconhecer que o país além da exportação de mercadorias, produtos manufaturados e industrializados, também passou a exportar capitais em forma de investimentos estrangeiros, levando a implantação de empresas no exterior. Cabe aqui salientar que, para isto, o Estado teve um papel determinante.

1.2 O ESTADO COMO MANTENEDOR DO CAPITAL

⁶⁶ BRIEGER, Pedro. *De la década perdida a lá década del mito neoliberal*. Op. cit. p. 344.

⁶⁷ CAMMACK, Paul. *Sinais dos tempos*. Op. cit. p. 296.

⁶⁸ FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo*. Op. cit., p. 351.

Várias são as vertentes do pensamento que se propuseram a analisar e problematizar o conceito de Estado e nesse sentido Sonia Regina Mendonça nos dá sua contribuição para um entendimento de algumas linhas (como pensamento liberal, marxiano e gramsciano) que se colocaram a compreender o Estado. Para Mendonça algumas vertentes (como a liberal) não deram conta de compreender o Estado no decorrer do processo histórico e seu conceito acabou por cair no campo do senso comum, nesse sentido observa-se uma “coisificação” do Estado, sendo caracterizado apenas como um órgão burocrático, como “figura de proa da administração pública”⁶⁹.

Sônia Mendonça aponta que tal noção se apoiou nos princípios do **jusnaturalismo**, que tem por base dois princípios-chaves, que seriam a idéia de que o Estado tem origem no estado de Direito (especificamente o direito público) e que este Direito, do qual o Estado nasce pertence à natureza. Assim, pensadores como Locke, Hobbes, Espinoza ou Rousseau viram na Igreja Católica seu principal inimigo, uma vez que tal instituição pregava a idéia do Direito divino. Tal visão divina fazia com que o homem não se tornasse protagonista da sua própria história, colocando-o subordinado às relações sociais, que passavam a ser ditadas pela Igreja Católica. Desta forma o jusnaturalismo confrontou-se com esta maneira de conceber a vida, buscando expurgar o domínio religioso cristão, passando a defender que o homem fosse o centro do universo, e não Deus.

A fixação na idéia de emancipação do homem perante a Igreja Católica era tão grande entre os jusnaturalistas que as ciências do homem deveriam mudar de paradigmas e passaram a defender uma ciência baseada na experimentação e na comprovação, assumindo assim um caráter muito similar ao das ciências exatas. Porém tal posição tinha suas implicações, e Mendonça destaca:

Se o que se preocupavam era com o estabelecimento de leis universais, ao menos uma operação esteve implícita no modelo em questão: a ‘impossibilidade’ da História, posto que somente para além dela poderiam acontecer tais ‘leis universais da conduta humana’. O ‘estado de natureza’, ‘considerado lei universal da conduta humana’, conduziria necessariamente, ao Estado (exceção feita, obviamente, aos povos bárbaros, com relação aos quais pairava a dúvida sobre sua integral ‘humanidade’). Logo, o maior e o mais fundamental problema da concepção de Estado – e de Sociedade, por certo – gestada pelos jusnaturalistas residia em seu caráter a-histórico, estando, assim, a um passo da naturalização da própria noção de Estado⁷⁰.

⁶⁹ MENDONÇA, Sonia Regina. Estado e sociedade. In: MATTOS, Marcelo Badaró. (org.). *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998, p. 14.

⁷⁰ Id., p. 15

Como poderia a história ser feita através de leis universais? Como um fato histórico, característico de um determinado lugar em uma determinada época por determinados homens poderia se tornar verificável em qualquer tempo histórico? Assim, a história passava a ser ignorada pelos jusnaturalistas.

No que concerne à concepção de Estado jusnaturalista, entra em cena o contrato social, classificando os homens de duas maneiras: *estado de natureza* ou *estado civil*. No estado (ou sociedade) de natureza o homem agiria de maneira instintiva, vivendo em plena barbárie, daí o famoso pensamento de Hobbes, “o homem é lobo do próprio homem”, sendo ele movido pelos seus desejos, sua individualidade que acabaria por levá-lo a sua própria extinção. Já no estado (ou sociedade) civil, a forma de organização dos grupos sociais não deveria se basear na mesma forma pela qual se processava no estado de natureza. Podemos observar nesse processo de constituição de um estado civil uma total negação de hábitos bárbaros, no entanto o que fazer para que a nova sociedade que se constituía não fosse permeada por seus desejos individuais, a-políticos, que poderiam levar o homem a sua autodestruição?

Como salienta Mendonça, na descrença da ação divina e com o seu não cumprimento, a sua desobediência, caberia à **lei** a tarefa de organizar a sociedade de maneira pela qual o homem pudesse viver em conjunto, sem os rancores prescritos em uma sociedade baseada na barbárie. O homem só conheceria a civilização a partir do momento que conhecesse a lei, que seria a responsável por enquadrá-lo em um estado civil, feito por um governante, que seria responsável por governar todos os demais.

Vários são os problemas dessa forma de organização da sociedade, como por exemplo, aqueles que dizem respeito à relação governante e governados, uma vez que tal sociabilidade era concebida apenas do ponto de vista político, baseada na existência de um Soberano (Rei, Imperador) e um *pactum societatis*. Caso os homens se recusassem a tal pacto, estariam excluídos da proteção do governante, da proteção da lei. Outro problema referente a essa forma de organizar a sociedade, se remete ao conceito de **Estado Somatório**, que seria nada mais nada menos do que a soma dos direitos individuais, que aqui podemos entender como naturais, “dos quais se abriu mão, em nome da superação da sociedade ou estado de natureza, resultando numa visão do Estado enquanto individualidade (entidade) diversa do conjunto de individualidades que lhe deu origem”⁷¹.

E por fim, Mendonça assinala um último problema calcado na visão de estado civil dos jusnaturalistas, que seria a concepção de um **Estado Sujeito**,

⁷¹ Id., 17.

ou seja, entidade ativa, que ‘paira’ acima da sociedade e dos homens, dotada de vontade própria, e de iniciativa própria, como se não correspondesse a grupos sociais distintos e, por isso mesmo, com total poder de (co)mando sobre a sociedade⁷².

As primeiras críticas feitas ao modelo jusnaturalista vieram com Hegel e posteriormente com o pensamento marxiano, que deixa de ver o Estado como sujeito, a-histórico, e passa a concebê-lo através de uma perspectiva histórica e de classes. Para o pensamento marxiano a origem do Estado não advinha de nenhum contrato social, mas sim do surgimento da propriedade privada, ou seja, a partir de um momento em que um grupo de sujeitos se apropriou daquilo que era de todos, tornando-o seu, transformando os demais em força de trabalho. Sendo assim

O Estado, nessa perspectiva, teria a origem na necessidade de determinados grupos de proprietários privados de assegurar e ocultar sua apropriação, mediante leis e demais medidas coercitivas, as quais garantiriam que os despossuídos não só permanecessem nesta condição, como também que não se rebelassem contra ela⁷³.

Assim, fica claro que para Marx o Estado tem sua formação histórica, contrariando qualquer concepção natural de Estado.

Para Marx o Estado seria o representante das classes dominantes. Mendonça destaca que essa visão gerou várias correntes dentro do marxismo, dentre elas, pensadores que acreditam no predomínio do econômico perante o político, ideológico, social e cultural. Tal visão mecânica possibilitou a criação de uma visão de um **Estado Objeto**, um Estado que garantisse mecanicamente os interesses das classes dominantes.

Para Gramsci, o não era objeto e muito menos sujeito, como algo a pairar acima da sociedade.

Nesse sentido, o Estado não deve ser tomado nem como Sujeito, nem tampouco como Objeto, afirmando-se como uma condensação de relações sociais e, justamente por isso, tem que ser visto como atravessado pelo conjunto das relações de classe existentes na própria formação histórica, incorporando, em si mesmo, os conflitos vigentes na Sociedade em geral. Gramsci, ao recuperar para a reflexão os conceitos de Sociedade Política e Sociedade Civil, sobretudo este último, também opera sua redefinição e, ao

⁷² Id.

⁷³ Id., p. 18

fazê-lo, recria um conceito de Estado, que engloba tanto a um quanto a outra, em permanente interação e interconexão⁷⁴.

Sônia Mendonça busca mostrar que diferente de Marx, que secundariza os conceitos de sociedade civil e política, priorizando os de infra-estrutura e superestrutura, Gramsci recupera ambos os conceitos e lhes dá uma nova forma. Ao reformulá-los, Gramsci recria um novo conceito de Estado, ou seja, o de Estado Ampliado⁷⁵. Para muitos intelectuais a maior contribuição de Gramsci está no conceito de Estado. Como escreve Liguori:

Também existe em Gramsci uma novidade em relação a Marx? Em parte sim: é aquela relativa ao papel do Estado e do político. Dito de modo extremamente sintético: Gramsci supera cabalmente (a partir da lição de Lenin) a visão reducionista e instrumental do Estado, que talvez constitua o ponto mais fraco da teoria política de Marx. Isto faz com que, enquanto Marx pensa a relação dialética entre sociedade e Estado a partir da sociedade, Gramsci pensa a relação dialética entre sociedade e Estado a partir do Estado, até para “corrigir” e “reequilibrar” um desequilíbrio interpretativo precedente⁷⁶.

Ainda acrescenta:

Mais ainda nos *Cadernos* a reflexão gramsciana gira em torno do Estado: neste ponto, aliás, é que Gramsci dá sua contribuição mais importante a definição de uma teoria da política marxista, o “Estado Integral” como “ampliação do conceito”. Ele não só supera o instrumentalismo reducionista – próprio também de um certo Marx, “para quem o Estado é um instrumento nas mãos de uma *classe sujeito*, dotada de vontade” -, mas também redefine a forma-Estado, indicando que nesta também está compreendido o aparelho hegemônico (Q6, 137, p. 801)⁷⁷.

Ao colocar em xeque a visão liberal de Estado, e buscando entendê-lo como um conjunto de relações sociais, com seus conflitos, seus antagonismos de classes entre os sujeitos coletivos e organizados na sociedade, Gramsci percebeu e contribuiu em grande escala, que membros da sociedade civil, objetivam tornar-se Estado em seu sentido estrito, ou seja, fazerem parte da sociedade política. Desta forma o Estado não se resume apenas em coerção, mas também em consentimento, uma vez que dada classe dominante, antes de chegar ao poder passa por todo um processo de formação de hegemonia, seja enquanto membro da

⁷⁴ MENDONÇA, Sonia Regina. *Estado e educação rural no Brasil: alguns escritos*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Faperj, 2007, p. 14.

⁷⁵ Liguori salienta que a expressão Estado Ampliado foi introduzida pela primeira vez em 1975 por Christine Buci-Glucksmann para se referir ao que Gramsci nominava como Estado Integral. A respeito do conceito de Estado Ampliado, ver: BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

⁷⁶ LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Op. cit., p. 46.

⁷⁷ Id., p. 47.

sociedade civil, através de seus aparelhos intelectuais e seus aparelhos privados de hegemonia, até mesmo quando chega ao poder, nesse caso, quando se constitui em Estado.

Quando uma classe social ou fração de classe chega ao Estado, quer dizer que se forjou e materializou-se toda uma visão de mundo, toda uma cultura, por isso para Mendonça hegemonia e cultura na visão de Gramsci,

seria inseparável da Política, logo, também do Estado em seu sentido ampliado, já que até mesmo instituições da sociedade política tipicamente relacionadas à coação – como o Exército, por exemplo – são também responsáveis por uma dada ideologia, logo, cultura⁷⁸.

Portanto:

Pensar o Estado gramscianamente é pensá-lo sob dupla perspectiva: 1) a das formas mediante as quais as frações de classe se consolidam e organizam para além da produção, no seio da Sociedade Civil e 2) a das formas através das quais as agências ou órgãos públicos contemplam projetos e/ou atores sociais emanados dos aparelhos privados dos quais a Sociedade Civil é portadora. Uma delas, certamente, possuíra papel hegemônico junto a um dado órgão, porém, ainda assim, outras lá se farão presentes, através de seus intelectuais, em constante conflitividade⁷⁹.

A importância e o enfoque que Gramsci dá à sociedade civil são de suma importância, pois possibilitam maior compreensão da complexidade que permeia o Estado Capitalista Ocidental. Como observou Liguori, ao tratar da concepção histórico-social de maneira dialética, Gramsci entende Estado e sociedade civil num nexos entre unidade-distinção, que “por um lado, apreende o nexos dialético (unidade-distinção) de Estado e sociedade civil, sem ‘suprimir’ nenhum dos dois termos; por outro, e ao mesmo tempo, indica que tal unidade ocorre *sob a hegemonia do Estado*”⁸⁰.

É esse o caminho apontado por Gramsci para maior compreensão de um dado bloco histórico, buscar analisar a realidade a partir da reciprocidade entre sociedade civil e sociedade política, entre superestrutura e estrutura, sem dissociar-se um do outro, contemplando uma das mais ricas categorias analisadas por Marx, a de totalidade.

A primeira reflexão gramsciana que auxilia a desvendar as estratégias burguesas de expropriação, exploração e dominação de classe na atualidade é, indubitavelmente, a percepção de que as formações sociais capitalistas são um

⁷⁸ MENDONÇA, Sonia Regina. *Estado e educação no Brasil*. Op. Cit., p. 15.

⁷⁹ Id., p. 15

⁸⁰ LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Op. cit. p. 13

bloco histórico formado por estrutura e superestruturas, havendo, pois, “uma necessária reciprocidade” entre ambas, “reciprocidade que é o processo dialético real”⁸¹.

Não perdendo a noção global da realidade, sua totalidade, não se corre o risco de diluir o conceito de luta de classes, da relação entre classes dirigentes e classes dirigidas. Gramsci não substitui a economia pela política, mas passa a enfatizar seu caráter dialético. Liguori observa que a ampliação do conceito de Estado se dá em duas direções, a primeira ele chama a atenção para a ampliação entre política e economia:

“Certamente, o Estado não produz *ut sic* a situação econômica, mas é a expressão da situação econômica; todavia, pode-se falar do Estado como agente econômico precisamente enquanto o Estado é sinônimo de tal situação” (*Q10 II*, 41, p. 1.310)... O Estado, portanto, é “expressão da situação econômica”. Gramsci já escrevera no *Caderno I*: “Para as classes produtivas (burguesia capitalista e proletariado moderno), o Estado só poder ser concebido como forma concreta de um determinado mundo econômico, de um determinado sistema de produção. Conquista do poder e afirmação de um novo mundo produtivo são inseparáveis” (*Q1*, 150, p. 132)⁸².

Ainda Liguori salienta que foi a não separação do Estado e sociedade civil e de política e economia que possibilitou que Gramsci percebesse a nova forma com que a política se transformou no século XX, tanto no que se refere ao campo da produção econômica, quanto à composição das classes sociais. “Gramsci se interessa pelo fenômeno, então novo, dos títulos públicos, que tornam o Estado um poderoso pulmão financeiro a serviço do capital”⁸³. Tal observação está inserida no contexto da crise de 1929, onde o sistema capitalista sofreu fortes abalos, mas como observou Gramsci “o público ‘não rejeita o Estado; quer participar da atividade econômica, mas através do Estado’. E, se o Estado capta a poupança – são conclusões clarividentes do raciocínio gramsciano -, cedo ou tarde não poderia deixar de entrar diretamente na ‘organização produtiva’”⁸⁴. Desta forma ficaria mais fácil para o Estado enquadrar a sociedade civil à organização econômica, visando à manutenção/reprodução de uma sociabilidade inserida no capitalismo.

A segunda ampliação para qual Liguori nos chama a atenção é entre a sociedade política e a sociedade civil. Em uma carta a sua cunhada, Tatiana, Gramsci deixa explícita sua ideia teórica sobre a unidade-distinção entre sociedade política e sociedade civil:

⁸¹ NEVES, Lucia Maria Wanderley. Introdução. In: NEVEZ, Lucia Maria Wanderley. (org.) *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005, p. 21.

⁸² LIGUORI, Guido. Roteiros para Gramsci. Op. cit., p. 15

⁸³ Id., p. 17

⁸⁴ Id.

O projeto de estudo que fiz sobre os intelectuais é muito amplo [...]. Este estudo também leva a certas *determinações do conceito de Estado*, que, habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas etc.), e é especialmente na sociedade civil que operam os intelectuais⁸⁵.

Fica evidente que o Estado não é apenas coerção, mas também consenso, daí a célebre fórmula de Gramsci: *Estado = sociedade política + sociedade civil*, isto é, *hegemonia encorajada de coerção*. Um Estado forte só é possível a partir do momento em que dispõe de todo um aparato de aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil, atuando de maneira conjunta com a sociedade política.

o fato de que tais organismos voltados para a formação do consenso estejam articulados dialeticamente ao Estado permite dizer, sem ambigüidade, que Gramsci está propondo uma leitura forte da morfologia do *poder* na sociedade contemporânea. Um poder hegemônico, no qual – mais uma vez, dialeticamente – nenhum dos dois aspectos (força e consenso, direção e domínio) pode ser cancelado. Um poder hegemônico cujo sujeito é a classe, mas uma classe que – para ser verdadeiramente hegemônica – deve, como veremos, “fazer-se Estado”⁸⁶.

Nesse sentido, uma classe para se tornar hegemônica necessita ter sob seu controle aparelhos de hegemonia, seja a escola, imprensa, televisão, rádio, sendo estes aparelhos fundamentais para a criação do consenso, de um senso comum. No entanto, tal consenso não é possível surgir ou se manter por vontade própria, por isso, uma dada visão de mundo só se torna hegemônica após ter passado por um processo de *correlação de forças*.

Gramsci distingue três momentos em uma correlação de forças:

1. O momento econômico, relacionado à infra-estrutura;
2. O momento político, que permite avaliar o grau de homogeneidade;
3. O momento político-militar, ou momento estratégico.

Edmundo Fernandes Dias destaca que para Gramsci:

As análises das relações de forças são, portanto, vitais para a construção da vontade coletiva nacional-popular ou... para manter as relações sociais

⁸⁵ Id., p. 21

⁸⁶ Id., p. 21-2

vigentes. Permitem “justificar uma atividade prática, uma iniciativa de vontade. Mostram quais são os pontos de menor resistência, onde a força da vontade pode ser aplicada mais frutiferamente, sugerem as operações táticas e imediatas, indicam como se pode fazer melhor uma campanha de agitação política, que linguagem será melhor compreendida pelas multidões, etc.”⁸⁷.

O norte da discussão sobre hegemonia proferida por Gramsci e que serviu de base para o desenvolvimento de várias teses, busca deixar claro que a sociedade capitalista é composta por diferentes classes sociais. Tendo por base o pensamento gramsciano, Edmundo Dias escreve que,

A questão central é o nexo entre a capacidade de construção de uma visão de mundo e realização da hegemonia. A capacidade que uma classe fundamental (subalterna ou dominante) tenha de construir sua hegemonia, decorre de sua possibilidade de elaborar sua visão de mundo própria, autônoma. Esse processo de “construção da hegemonia”, que ocorre no cotidiano antagônico das classes, decorre da sua capacidade de elaborar sua visão de mundo autônoma e da centralidade das classes...Para tal é fundamental ter a capacidade de estruturar o campo de lutas a partir do qual ela poderá determinar suas frentes de intervenção e articular suas alianças⁸⁸.

Sendo assim,

A hegemonia é a elaboração de uma nova *civiltà*, de uma nova civilização. É uma reforma intelectual e moral. O que está em questão é a criação de um “terreno para um ulterior desenvolvimento da vontade nacional-popular, em direção à realização de uma forma superior e total de civilização moderna” da qual o partido dessa classe deve ser o porta-voz e organizador⁸⁹.

A nova racionalidade que deve ser construída deve superar a anterior, levando em consideração a construção de um projeto contra-hegemônico que pautas as condições de existência das classes subalternas. Por isso a importância dada por Gramsci na construção de um projeto intelectual e moral ligado a um programa de reforma econômica. Por isso conceitos como intelectuais, partido, dentre outros são chaves no pensamento de Antonio Gramsci.

O partido para Gramsci deve ser o responsável por realizar a tarefa de desconstrução/construção de uma nova *civiltà*, dando homogeneidade às classes subalternas, tornando as visões de mundo fragmentárias em um todo coletivo e coerente. “O partido deve

⁸⁷ DIAS, Edmundo Fernandes. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: DIAS, Edmundo Fernandes. (org.). *O outro Gramsci*. 3ª ed. São Paulo: 1996, p. 15

⁸⁸ Id., p. 20.

⁸⁹ Id.

assumir a perspectiva da construção de uma visão de mundo, nova e total, que desconstruindo a anterior, se coloque como o horizonte no qual a nova racionalidade possa instalar-se”⁹⁰. Parafraseando Dias: “Hegemonia: racionalidade que se faz história”.

No que diz respeito aos intelectuais, Gramsci inova o conceito. Buci-Glucksmann observa que as idéias de Barbusse exercerão forte influência em Gramsci:

a função dos intelectuais, esses “operários do pensamento”, esses “trabalhadores do espírito”, consiste, quando não se trata de irresponsáveis ou de charlatães, em “traduzir a idéia no caos da vida”. Em outras palavras, face aos intelectuais tradicionais, face a uma “civilização” em crise, Barbusse opõe um *novo tipo de intelectual*. Aí a barreira não passa mais entre aqueles que fazem profissão de intelectuais e os grupos. Para Barbusse, assim como para Gramsci, todos os homens são intelectuais (são “filósofos”)⁹¹.

Assim, um intelectual deve ter amplo conhecimento do mundo e de suas mais variadas visões para poder assim proceder à tarefa de transformá-lo. No entanto a destruição de uma dada ideologia ou visão de mundo não deve apenas ficar no campo das idéias, no plano do discurso, caso isso ocorra, desqualifica a força material das ideologias. “Nenhuma ‘ciência’ destrói ideologia alguma. Enquanto a ideologia criticada tiver base social/material de sustentação ela permanece”⁹². Nesse momento de construção de uma dada ideologia os integrantes das classes subalternas devem fazer parte do processo de desconstrução/construção, pois somente assim se enxergarão como sujeitos históricos, capazes de mudar a realidade há quais vivem.

Podemos observar através da construção teórica acima esboçada que os conceitos de sociedade civil e hegemonia estão fortemente ligados ao conceito de Estado. A sociedade não é algo homogêneo, pacífico, mas sim uma formação heterogênea, formada por diferentes classes sociais, que lutam diariamente pelo poder do Estado, pelo poder de impor sua visão de mundo para todos. É claro que nessa arena de conflitos, as classes desprovidas de capital saem em desvantagem, uma vez que as classes dominantes, ou seja, a burguesia tem as condições de promover sua visão e uma das formas de promoção está na utilização (isso se não forem proprietários) dos aparelhos privados de hegemonia.

Para o filósofo italiano, a peculiaridade do Estado Capitalista Ocidental de seu tempo, consistia no fato dele guardar um espaço de consenso – e não só coerção – entre os grupos que nele se faziam representar, consenso esse

⁹⁰ Id., p. 11

⁹¹ BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado*. Op. cit. p. 114.

⁹² DIAS, Edmundo Fernandes. *Hegemonia: racionalidade que se faz história*. Op. cit. p. 29

entretido e construído a partir dos sujeitos coletivos organizados junto aos aparelhos privados de hegemonia – ou seja, na própria Sociedade Civil, antes de mais nada – bem como através do próprio Estado restrito, que igualmente promove e generaliza a visão de mundo da fração de classe hegemônica⁹³.

Sonia Mendonça faz uma importante observação referente ao pensamento de Antonio Gramsci:

Ainda segundo o autor, as transformações sociais e políticas nas sociedades ocidentais contemporâneas pressupõem a complexificação da Sociedade Civil, através da multiplicação das vontades coletivas organizadas junto aos aparelhos privados de hegemonia, que disputam entre si, todo o tempo, a importância de um dado projeto hegemônico e, por extensão, a tensão entre contra-hegemonias. Mas, para tanto, é indispensável que o sujeito coletivo organizado junto a este ou aquele aparelho privado de hegemonia – donde a importância fundamental dos intelectuais – busque inserir seus representantes – intelectuais – junto a Sociedade Política ou Estado. Vê-se, pois, que a idéia do Estado Ampliado, além de altamente dinâmica, é coerente às lutas de classe que, ininterruptamente, atravessam tanto a sociedade quanto o Estado⁹⁴.

Todos os conceitos aqui analisados – através de uma perspectiva gramsciana – possibilitam avançar na discussão crítica em torno de alguns aparelhos privados de hegemonia, e neste caso específico (brasileiro), me refiro a duas revistas semanais: *Veja* e *Época*. Em que medida os conceitos de Estado, sociedade civil, hegemonia, partido, intelectuais, aparelhos privado de hegemonia, podem estar ligados a *Veja* e *Época*?

1.3 A IMPRENSA E O CAPITAL: construindo consenso

Ignácio Ramonet, na década de noventa, começa a perceber, que já há alguns anos, estamos vivendo um período da história caracterizado pela universalização dos discursos capitalistas, ancorados na ideologia neoliberal, em defesa dos interesses das grandes forças econômicas do capitalismo internacional⁹⁵. Segundo Ramonet, estamos

Atrapados. En las democracias actuales, cada vez son más los ciudadanos que se sienten atrapados, empapados en una especie de doctrina viscosa que, insensiblemente, envuelve cualquier razonamiento rebelde, lo inhibe, lo perturba, lo paraliza y acaba por ahogarlo. Esta doctrina es el pensamiento único, el único autorizado por una invisible y omnipresente policía de la opinión⁹⁶.

⁹³ MENDONÇA, S. R. *Estado e educação no Brasil*. Op. cit. p. 14-5.

⁹⁴ Id., p. 15

⁹⁵ LE MONDE DIPLOMATIQUE. *Pensamiento Crítico vs Pensamiento Único*. Madrid: Debate, 1998.

⁹⁶ RAMONET, Ignácio. Introducción. In: LE MONDE DIPLOMATIQUE. Op. Cit., p. 15.

A construção do Pensamento Único ganha impulso a partir de 1989, ano da queda do Muro de Berlim e derrocada do chamado “socialismo real”. Durante a década de 1990, presenciamos uma série de reformas no campo econômico, político e social⁹⁷.

Ramonet indica algumas características dessa forma de pensamento, dentre elas: a superação da política pela economia, a valorização do mercado “*cuya mano invisible corrige las asperezas y disfunciones del capitalismo*”, da concorrência da competitividade que “*estimulan y dinamizan las empresas, conduciéndolas a una permanente y benéfica modernización*”, do livre câmbio “*factor del desarrollo ininterrumpido del comercio y, por tanto, de nuestras sociedades*”, mundialização da produção manufatureira e dos fluxos financeiros, divisão internacional do trabalho, que “*modera las reivindicaciones sindicales y rebaja los costes salariales*”, moeda forte, “*factor de estabilización*”⁹⁸, a desregulamentação, as privatizações, a liberalização dentre outras características⁹⁹.

A doutrina do Pensamento Único se amparou em ideologias como a do *fim da História*, onde se buscou vender a idéia de que o capitalismo saiu como sistema vitorioso após a Guerra Fria, apresentando-o como forma perfeita de organização social. Porém, muitas críticas passaram a ser feitas para desmistificar o pensamento neoliberal.

Carla Luciana Silva e Gilberto Grassi Calil destacam que como consequência (dentre várias) dessa Nova Ordem Mundial, baseada na ideologia do Pensamento Único, temos a redefinição do papel do Estado, que deixa de exercer funções de caráter social bem como de agente do desenvolvimento nacional.

É nesse contexto que se compreende a privatização e desnacionalização de setores estratégicos e dos principais serviços públicos, bem como a desregulamentação das relações de trabalho. De acordo com os dogmas neoliberais, a intervenção estatal restringiria-se à manutenção do aparato repressivo (política e exército), magistratura (cerceada em sua autonomia) e sistema tributário. O único encaminhamento possível das “questões sociais” seria aquele ditado pela lógica do mercado. Para o restante dos problemas sociais seriam encontradas novas formas de atuação, buscando-se junto à iniciativa privada o financiamento e andamento de projetos. Em consequência, são abandonadas quaisquer pretensões de “desenvolvimento nacional” (nos

⁹⁷ Nesse sentido o “Consenso de Washington” foi importante na criação de uma cartilha que tinha como pauta a defesa do neoliberalismo para a América Latina. Sobre esse assunto, ver: BATISTA, P. N. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas Latino-Americanos. In: BATISTA JR., P. N. *Paulo Nogueira Batista: pensando o Brasil: ensaios e palestras*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

⁹⁸ RAMONET, Ignacio. Introducción. In: LE MONDE DIPLOMATIQUE. Op. Cit., p. 16-17.

⁹⁹ Queremos destacar que a ideologia do Pensamento Único não condiz com a realidade concreta, uma vez que presenciamos uma série de conflitos sociais contrários à ideologia neoliberal, porém tal observação não anula sua eficácia.

moldes “nacionais populares” do reformismo burguês) ou políticas socialmente compensatórias, institucionalizando-se a “lei da selva”.¹⁰⁰

No entanto, como já foi descrito, o Estado é um conjunto de relações sociais, conflitos e antagonismos de classe. À medida que encontramos frações de classe da sociedade civil que buscam adentrar nos aparatos do Estado, tem-se a construção e manutenção de uma dada forma de sociedade.

O modelo neoliberal encontrou representatividade na grande burguesia nacional, que atrelou seus interesses de classe com os interesses do grande capital internacional. Porém o Estado (como já foi mencionado) não deve ser entendido apenas como uma instituição que usa do poder legítimo da força, mas também, busca promover consenso. Considerando que membros da sociedade civil estão presentes no Estado, e a partir do momento que lá se encontram, levam consigo seus interesses particulares de classe para o campo do poder estatal, tem-se a necessidade da formulação do consenso.

Os aparelhos privados de hegemonia, como a imprensa, são de fundamental importância para a compreensão do Estado¹⁰¹. Como observa Liguori “*o fato de que tais organismos voltados para a formação do consenso estejam articulados dialeticamente ao Estado permite dizer, sem ambiguidade, que Gramsci está propondo uma leitura forte da morfologia do poder na sociedade*”¹⁰².

Levando em consideração que vivemos numa sociedade onde a mídia detém um grande poder sobre a coletividade nacional, transformando-se numa força dominante de socialização (e aí podemos destacar o papel fundamental da imprensa), não podemos correr o risco de separar força e consenso, direção e domínio, uma vez que tais fatores devem ser analisados de maneira conjunta, para melhor compreensão das formas de poder na sociedade contemporânea.

Negar as contribuições que alguns meios de comunicação, como a imprensa escrita têm para a manutenção de uma dada ordem social, a capitalista (nos dias de hoje) seria um erro. Hoje podemos observar que com a criação e transmissão de notícias, a imprensa busca criar uma relação com seu receptor, assim ela cria seus significados em torno de um

¹⁰⁰ CALIL, Gilberto; SILVA, Carla Luciana. Impasses do ensino público no Brasil “globalizado”. In: FERNANDES, É. P. et. all (org.) *CONTRAPONOTOS – Ensaios de História Imediata*. Porto Alegre: Folha da História/Livraria Palmarinca Editora, 1999, p. 146.

¹⁰¹ Queremos fazer uma observação nessa afirmação. Quando falamos que a imprensa é de “fundamental importância para a compreensão do Estado”, temos que ter em mente a noção de um Estado ampliado, sua relação com a sociedade civil. Assim sendo, a imprensa, hegemônica, como as revistas *Época* e *Veja*, através de sua ação pedagógica, tem como uma de suas finalidades, dizer para ao público qual é o dever do Estado para com a sociedade. Desta forma, produzindo discurso.

¹⁰² LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Op. cit., p. 21-2.

determinado acontecimento, dando explicações, construindo dessa maneira a sua verdade e posteriormente vendendo como uma verdade histórica. Gabriela Rodrigues ressalta que:

A construção deste pseudo “conhecimento histórico”, nos moldes realizados pela mídia, configura-se num importante instrumento de perpetuação do Pensamento Único. A apreensão crítica da realidade é dificultada em função: da naturalização do acontecido (a partir da qual o evento assume um caráter de inevitabilidade que muitas vezes, o legitima); da sua dissociação com os demais eventos, da análise reduzida à escala local e conjuntural – sem referências aos processos mais amplos, e às estruturas –; do enfoque dado aos antagonismos étnicos, raciais, de gêneros em detrimento de outras contradições mais significativas – como, por exemplo, as de classe¹⁰³.

Carla Luciana Silva ao proceder sua pesquisa tendo por objeto de estudo a revista *Veja* observa que a imprensa se coloca como portadora de uma verdade histórica, com o objetivo (segundo a própria revista) de “rascunhar a história e publicar ‘apenas’ as notícias ‘dignas de serem publicadas’”¹⁰⁴. Podemos observar tal posição nas páginas da própria revista, onde “a imprensa faz o primeiro rascunho da História. Esboço que no, futuro, historiadores poderão usar para compor um quadro mais preciso”¹⁰⁵. Para Silva:

Segundo essa concepção, ela não faz uma interpretação sobre a história, muito menos faz parte da história. É apenas uma prestadora de serviços que resume, de forma ‘crítica, opinativa e real’, os acontecimentos, ainda que reconheça que essa história precise ser ‘passada a limpo’”¹⁰⁶.

A imprensa, representada aqui pelas revistas *Época* e *Veja*, é trabalhada nessa pesquisa não em sua visão liberal, mas sim, através de uma análise gramsciana, que nos possibilita analisar a imprensa como um Aparelho Privado de Hegemonia, podendo considerá-la através de sua ação partidária.

Para melhor compreensão da postura que adotamos referente às análises de *Época* e *Veja* que será trabalhada de maneira específica nos próximos capítulos, acreditamos ser necessário fazer algumas observações da visão que repudiamos, ou seja, o padrão liberal de imprensa.

1.3.1 O modelo liberal de imprensa: “o público tem o direito de saber”

¹⁰³ RODRIGUES, Gabriela. *História*. Op. cit. p. 17.

¹⁰⁴ SILVA, Carla Luciana Souza da. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)*. Op. cit. p. 96.

¹⁰⁵ Primeiro esboço para a História. *Veja*, Carta ao leitor. 12/02/1997, p. 7. Apud: SILVA, Carla Luciana Souza da. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1988 a 2002)*. Op. cit. p. 100.

¹⁰⁶ Id.

Antes de iniciarmos com a discussão sobre o padrão liberal de imprensa é necessário enfatizar, usando as palavras de Ciro Marcondes Filho, e bem utilizadas por Sylvia Moretzsohn que: “imprensa e o capitalismo são pares gêmeos”¹⁰⁷. O que ambos os autores buscam demonstrar em seus trabalhos é que o surgimento de tal atividade profissional, a de jornalista, bem como do órgão de imprensa, é uma atividade e instituição (privada) que nasceu e se desenvolveu a partir do modo de produção capitalista.

Essa imprensa capitalista passará por grandes mudanças desde sua criação por Johannes Gensfleisch zur Laden zum Gutenberg. No século XIX, Friedrich König cria a imprensa rápida, possibilitando um avanço na relação entre imprensa e capital.

Moretzsohn observa que com o advento de uma máquina tão impressionante, os seus custos tornaram-se elevados, sendo mal cobertos pela venda de jornais. No entanto tal característica fez com que *“a liberdade política começa a ser limitada pelas exigências econômicas: a imprensa, para sobreviver necessitará de investimentos crescentes em equipamentos”*¹⁰⁸ sendo assim, observa-se uma ruptura entre *“imprensa como empresa capitalista e imprensa partidária”*¹⁰⁹.

“A imprensa burguesa, particularmente a partir de 1830, começara a definir-se como imprensa de negócios para o comércio de anúncios. É nessa mercantilização do jornalismo que se separam as tendências”... como empresa capitalista, é essa imprensa que mantém as características originais da atividade jornalística: a busca da notícia, o furo, o caráter de atualidade, a aparência de neutralidade, em suma, o caráter “libertário e independente”... “assim como o funcionamento econômico é regido pelo *laissez-faire*, também em pleno capitalismo concorrencial a análise jornalística reflete o livre jogo de forças capitalistas da disputa política”, o que lhe confere uma aparência pluralista, distintamente do caráter da imprensa partidária, contrária a lógica empresarial¹¹⁰.

Sabemos que para além dos interesses econômicos, a imprensa também se destaca pela sua atuação político partidária, pois enquanto aparelho privado de hegemonia, os órgãos de imprensa têm projetos políticos e ideológicos de sociedade a zelar. A simples negação da atividade política pela imprensa, pode ser encarada como uma forma de *“manter uma atitude passiva da sociedade frente ao brutal processo de espoliação e exclusão vivido*

¹⁰⁷ MORETZSOHN, Sylvia. *Jornalismo em tempo real: o fetiche da velocidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2002, p. 40.

¹⁰⁸ Id., p. 44.

¹⁰⁹ Id.

¹¹⁰ Id.

atualmente”¹¹¹. Amparada pelos padrões liberais e seguindo seu discurso, “compete” à imprensa dizer ao público o que ele tem “direito de saber”.

Os princípios que norteiam a imprensa liberal no que diz respeito à prática jornalística estão imbricados com a idéia de “*esclarecer os cidadãos, relacionada a critérios de objetividade que dizem respeito ao suposto poder de ‘verdade’ contido nos próprios fatos*”¹¹². Para Moretzsohn, a noção de verdade, possibilitou formulação de alguns dos princípios básicos da imprensa, como a teoria da responsabilidade social e a definição de “quarto poder”.

A teoria da responsabilidade social chegou ao seu auge com a publicação do relatório *A Free and Responsible Press*, produzida pela Comissão Hutchins onde ditava como deveria ser o comportamento da imprensa, destinada a “*proporcionar ‘um relato verdadeiro, completo e inteligente dos acontecimentos diários dentro de um contexto que lhes dê significado’. Assim, já não bastaria apenas relatar o fato verdadeiramente: ‘agora tornou-se necessário relatar a verdade sobre os fatos’*”¹¹³.

As críticas ao relatório produzidas pela Comissão Hutchins foram inúmeras, ao ponto que levaram a um número grande de jornalistas produzirem um novo relatório, que ficou conhecido, segundo Kent Cooper como “o povo tem o direito de saber”, tendo como um dos princípios básicos que “*‘o público tem o direito de saber o que o governo está fazendo e que a imprensa é a representante do público’ na tentativa de obter essas informações*”¹¹⁴.

Cria-se, assim, o idealismo da imprensa como “quarto poder”, definida em 1828, na Inglaterra por Thomas Macauley, dando origem às metáforas da imprensa, associada a idéia de “cão de guarda” e “representante do povo”¹¹⁵.

Carla Luciana Silva ressalta que na visão liberal, “*esse poder estaria colocado acima dos conflitos sociais, a ponto de tornar a imprensa capaz de imparcialmente julgar os atos do demais poderes institucionalizados, tornado-se uma entidade que vigiaria os outros poderes*”¹¹⁶, competindo à imprensa a função de protetora social, pois, segundo Silva, a imprensa em sua forma liberal

deve ser entendida como um agente neutro, tendo direito ao acesso primordial às informações, para delas fazer as checagens e a divulgação que achar necessário, mas supondo que sempre o resultado do seu trabalho será a

¹¹¹ RODRIGUES, Gabriela. *História: uma ciência do presente*. Op. cit., p. 21.

¹¹² MORETZSOHN, Syslvia. *Jornalismo em tempo real*. Op. cit., p. 55.

¹¹³ Id., p. 57.

¹¹⁴ Id., p. 59.

¹¹⁵ Id., p. 59.

¹¹⁶ SILVA, Carla Luciana. Veja: mais um partido neoliberal . In: *História & Lutas de Classe*. Dossiê: Linguagem, comunicação e cultura. Ano 1 – ed. n° 2, Fevereiro 2006, p. 74.

notícia, um relato *verdadeiro* dos fatos. A população daria uma representação política ao jornalista, que por sua vez seria o vigilante dos poderes constituídos¹¹⁷.

Desta forma podemos destacar que a formulação da opinião pública é outro caráter imprescindível da imprensa liberal, uma vez que ela “*seria expressão do pensamento ‘da maioria’, e justificaria as tomadas de posição dos próprios órgãos de imprensa*”¹¹⁸.

1.3.2 A imprensa como aparelho privado de hegemonia: sua atuação partidária

Este tópico tem como finalidade apresentar o quadro teórico e metodológico pelo qual percorremos no decorrer da pesquisa. Ao optarmos em trabalhar as revistas *Época* e *Veja* através de uma perspectiva gramsciana, deixamos evidente nossa metodologia de estudo, que estará ligada através da análise de editoriais e matérias jornalísticas, para que possamos compreender o posicionamento de *Época* e *Veja* sobre as questões do imperialismo durante o período de 2003 a 2006, ou seja, como durante o primeiro mandato do governo petista, as revistas *Época* e *Veja* trataram assuntos referentes à importação e exportação de capitais¹¹⁹.

Para não cairmos em uma análise acrítica e adotarmos como foco de análise uma contemplação da imprensa a partir de seu posicionamento liberal, encaramos a imprensa em seu sentido partidário. Para Silva, a imprensa “*existe enquanto sujeito político construtor de consenso e de hegemonia: formulador, organizador e fiscalizador de programas e projetos dos quais as próprias empresas jornalísticas fazem parte*”, sendo assim, existe um “*padrão tido como ‘natural’: o liberal. E há uma ação política e econômica passível de ser percebida mas ocultada, a ação partidária: que formula, gerencia e educa*”¹²⁰.

Gramsci acredita que para a elaboração e efetivação da consciência coletiva nacional, é necessário uma série de medidas. Vimos que o Estado pode ser mantenedor de uma dada ordem, sendo nos nossos dias expressado pela manutenção do sistema capitalista, assim como a imprensa, que pode ser defensora de um determinado modo de pensar, pois ela possibilita a difusão de um dado pensamento hegemônico.

Apesar do padrão liberal proferir a liberdade de pensamento, objetividade do discurso jornalístico, acreditamos que a imprensa seja partidária pelo fato da mesma ter seus projetos políticos e ideológicos a defender, desta forma cada veículo de imprensa é um órgão de classe

¹¹⁷ Id.

¹¹⁸ Id., p. 74.

¹¹⁹ Trataremos sobre importação de capitais no capítulo 2, e sobre exportação de capitais no capítulo III.

¹²⁰ Id., p. 75.

e enquanto aparelho privado de hegemonia, oriundo da sociedade civil, busca falar em favor da classe ou frações de classe que tem como objetivo a defesa dos mesmos projetos (ou parecidos) políticos, econômicos e sociais que as revistas defendem.

Dentro desta perspectiva, o papel dos intelectuais é fundamental para as classes dominantes, pois uma *“das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista ‘ideológica’ dos intelectuais tradicionais”*¹²¹, pois para Gramsci *“os intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político”*¹²².

O discurso jornalístico assume uma característica uniformizadora. Gramsci traçou de certo modo a forma de funcionamento de uma redação de revista, para o autor elas *“funcionam ao mesmo tempo como redação e como círculos de cultura”*¹²³, destacando que:

O círculo critica de modo colegiado e contribui assim para elaborar os trabalhos dos redatores individuais, cuja operosidade é organizada segundo um plano e uma divisão do trabalho racionalmente preestabelecidos. Através da discussão e da crítica colegiada (feita através de sugestões, conselhos, indicações metodológicas, crítica construtiva e voltada para a educação recíproca), mediante as quais cada um funciona como especialista em sua matéria a fim de complementar a qualificação coletiva, consegue-se efetivamente elevar o nível médio dos redatores individuais, alcançar o nível ou a capacidade do mais preparado, assegurando à revista uma colaboração cada vez mais selecionada e orgânica; e não apenas isso, mas cria-se também as condições para o surgimento de um grupo homogêneo de intelectuais, preparados para a produção de uma atividade “editorial” regular e metódica (não apenas de publicações de ocasião e de ensaios parciais, mas de trabalhos orgânicos de conjunto)¹²⁴.

As características individuais de cada jornalista devem ser deixadas de lado para a formulação de uma visão mais orgânica, baseada não na opinião individual, mas sim na opinião do dono do órgão de imprensa, não uma opinião baseada em seus interesses particulares e individuais, mas sim, nos interesses de classe¹²⁵.

Para Silva,

¹²¹ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 2. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 19.

¹²² Id., p. 20.

¹²³ Id., p. 35.

¹²⁴ Id., p. 35.

¹²⁵ Por exemplo, nos próximos capítulos, mostraremos como as revistas defendem as grandes empresas capitalistas, seja de origem nacional ou internacional.

As reflexões de Antonio Gramsci sobre o jornalismo são um ponto de partida para avançar com relação à questão da organicidade dos órgãos de imprensa e seu caráter partidário, pois o que dá unidade à “opinião do dono” não é fruto exclusivo de um gosto pessoal. Para Gramsci, jornais e revistas são “*meios para organizar e difundir determinados tipos de cultura*”, e estarão sempre articulados a um agrupamento cultural, “*mais ou menos homogêneo, de um certo tipo, de um certo nível e, particularmente, com uma certa orientação geral*”. A organicidade do jornal, dada pelas relações de classe que ele encerra, lhe confere o caráter de ação *partidária*, atendendo a objetivos previamente definidos. Nesse sentido, Gramsci afirma que “*são os jornais, agrupamentos em série, que constituem os verdadeiros partidos*”. Isso se dá porque eles têm a dupla função: informar e opinar. E o tempo todo as duas são misturadas: a necessidade de ser informado faz com que muitas vezes se receba opinião e programa de ação partidário como sendo mera informação¹²⁶.

Todas essas questões nos fazem pensar sobre o “significado político da manipulação na grande imprensa”.

Para Perseu Abramo a manipulação da informação é uma das principais características do jornalismo brasileiro. Para o autor, o discurso oficial da grande imprensa brasileira que diz que tais órgãos escrevem sobre a realidade, não passa de retórica. Para Abramo, “*a maior parte do material que a imprensa oferece ao público tem algum tipo de relação com a realidade*”, porém uma relação indireta, que ao invés de mostrar a realidade tal como ela é, distorce-a, desta forma “*tudo se passa como se a imprensa se referisse à realidade apenas para apresentar outra realidade, irreal, que é a contrafação da realidade real*”, essa outra realidade “*é uma realidade artificial, não real, irreal, criada e desenvolvida pela imprensa e apresentada no lugar da realidade real*”¹²⁷.

O processo de manipulação da realidade tem várias formas: *padrão de ocultação, padrão de fragmentação, padrão da inversão, padrão de indução* e por fim, *padrão global ou padrão específico do jornalismo de televisão e rádio*¹²⁸.

O padrão de ocultação está relacionado ao que se chama de *fato jornalístico*. Há uma divisão do fato jornalístico em: *fatos jornalísticos* (propriamente ditos) e *fatos não jornalísticos*. Nessa divisão acaba-se excluindo o que a imprensa considera *não jornalístico*, fazendo parte da pauta apenas o que ela considera como fatos jornalísticos. Abramo destaca que

¹²⁶ SILVA, Carla Luciana Souza da. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)*. Op. cit., p. 31.

¹²⁷ ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação da grande imprensa*. 1ª ed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003, p. 23-4.

¹²⁸ O último padrão de manipulação trabalhado por Abramo não será discutido nessa pesquisa, uma vez que aqui trabalhamos com o jornalismo de revista, no entanto, para uma compreensão sobre tal padrão, fica como referência a já citada obra de Perseu Abramo.

o mundo real não se divide em fatos jornalísticos e não-jornalísticos, pela primária razão de que as características jornalísticas, quaisquer que elas sejam, não residem no objeto da observação, e sim no sujeito observador e na relação que este estabelece com aquele. O “jornalístico” não é uma característica intrínseca do real em si, mas da relação que o jornalista, ou melhor, o órgão do jornalismo, a imprensa, decide estabelecer com a realidade.¹²⁹

No padrão de fragmentação o “*todo real é estilhaçado, despedaçado, fragmentado em milhões de minúsculos fatos particularizados, na maior parte dos casos desconectados entre si, despojados de seus vínculos com o geral, desligados de seus antecedentes*”, ou ao contrário, são “*reconectados e revinculados de forma arbitrária e que não correspondem aos vínculos reais, mas a outros ficcionais e artificialmente inventados*”¹³⁰. Tal padrão direciona duas operações básicas: a *seleção de aspectos* e a *descontextualização*.

O padrão de inversão é o “*que opera o reordenamento das partes, a troca de lugares e importância dessas partes, a substituição de umas por outras*”¹³¹, eliminando a realidade original em prol da criação de uma realidade artificial. Abramo destaca várias formas de inversão: *inversão da relevância dos aspectos, inversão da forma pelo conteúdo, inversão da versão pelo fato e a inversão da opinião pela informação*.

Por último Abramo destaca o padrão de indução, onde “*o leitor é induzido a ver o mundo não como ele é, mas sim como querem que ele o veja*”¹³².

A compreensão dos padrões de manipulação nos possibilita entender melhor os seus significados políticos. A distorção da realidade pelos empresários da comunicação não reside apenas em seus aspectos econômicos, como os relacionados aos anunciantes, ou a ambição pelo lucro. Segundo Abramo:

Assim, é sustentável a afirmação ... de que os órgãos de comunicação se transformaram em novos órgãos de poder, em órgãos político-partidários, e é por isso que eles precisam recriar a realidade onde exercer esse poder, e para recriar a realidade precisam manipular as informações. A manipulação, assim, torna-se uma *necessidade* da empresa de comunicação, mas, como a empresa não foi criada nem organizada para exercer *diretamente* o poder, ela procura transformar-se em partido político¹³³.

¹²⁹ ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação da grande imprensa*. Op. cit., p. 26.

¹³⁰ Id., p. 27.

¹³¹ Id., p. 28.

¹³² Id., p. 33.

¹³³ Id., p. 44.

Levando em conta as idéias acima apresentadas, torna-se necessário compreender a história de *Época* e *Veja*, seu surgimento, bem como a linha partidária e orgânica das revistas.

1.4 A IMPRENSA “TEM DONO E O DONO TEM CLASSE”: a criação de *Época* e *Veja*

1.4.1 A *Época* da Globo: a Globo em *Época*

A década de 1950 pode ser considerada como um marco para a imprensa brasileira, uma vez que observa-se a entrada do capital estrangeiro e das multinacionais no país, bem como a implementação de um modelo específico de fazer jornalismo, o modelo norte-americano¹³⁴.

A Rede Globo de televisão surgia em 1965, um ano depois do golpe militar no Brasil, tendo por base o modelo norte-americano de fazer jornalismo e o investimento do capital estrangeiro. Carla Luciana Silva ressalta que “*é no contexto da ditadura e de abertura ao capital externo que se dá a implantação da Rede Globo de Televisão, com a entrada direta de capital estrangeiro e gestão da empresa pelo grupo norte-americano Time-Life*”¹³⁵. Daniel Herz destaca que:

Foi nesse contexto que uma nova estratégia das forças imperialistas aos meios de comunicação, começou a delinear-se. Em 1961 surgiram os contratos elaborados inconstitucionalmente entre as organizações Globo e o grupo norte-americano Time-Life, que iria transformar aquele grupo empresarial brasileiro na maior potência econômica na área de comunicação na América Latina¹³⁶.

A vinculação da Rede Globo de Televisão com o grupo norte-americano *Time-Life* gerou uma CPI que apresentou um relatório considerando o acordo ilegal, porém tal relatório foi arquivado, uma vez que a Rede Globo surgia com uma finalidade bem delineada: a legitimação da ditadura civil militar no Brasil. Assim, a Globo surgiu e se constituiu com o apoio dos militares e seus apoiadores na sociedade civil e empresarial.

¹³⁴ Ver: SILVA, Carla Luciana Souza da. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)*. Principalmente o parte 1.3 do capítulo I: *Padrões externos para a mídia brasileira*.

¹³⁵ Id., 44-5.

¹³⁶ HERZ, Daniel. *A história secreta da REDE GLOBO*. 14ª ed. Porto Alegre, Ortiz, 1991, p. 84.

No final, a Rede Globo saiu inocentada das acusações referentes a sua junção com o grupo norte-americano, sendo absolvida em 23/11/1968 pelo decreto do Presidente Costa e Silva. Os interesses entre a Rede Globo de Televisão e os militares estavam bem alinhados:

A superficialidade com que os ministros da área econômica trataram os problemas levantados não era, por certo causal. O governo implantado em 1964 tratava de contornar as resistências que surgiam, inclusive na área militar, mas manobrava para garantir a implantação da TV GLOBO, que seria um instrumento fundamental na política de internacionalização da economia através da criação de um mercado internacional de produtos industriais sofisticados. Roberto Campos era figura notoriamente identificada com os interesses do capital estrangeiro e também Octávio Gouvêa de Bulhões, que mais tarde chega a ser presidente da poderosa multinacional Ericsson, da indústria que, juntamente com Standart Eletric e Nippon Electric Compav, controlavam o mercado brasileiro de telecomunicações, criado com o maciços investimentos do Governo após 1964.¹³⁷

Podemos perceber que a empresa do “Dr.” Roberto Marinho, surgiu com o apoio de investimento internacional do grupo norte-americano *Time-Life*, sendo que tal manobra era proibida pela Constituição da época. Após a formação da CPI para a apuração dos fatos, um projeto de lei foi aprovado com uma série de deficiências, dando legalidade ao contrato entre GLOBO e *Time-Life*. No Brasil nenhum outro canal de TV recebeu tanto investimento em infra-estrutura, facilitando o domínio do mercado de comunicação pela Rede Globo de Televisão.

As organizações Globo, de tendência marcadamente conservadora, estavam presente na lista de jornais subordinados pela publicidade estrangeira para mover campanhas, por exemplo, contra a nacionalização do petróleo. Essa empresa apresentava grandes perspectivas de expansão. É o que se pode deduzir dos pedidos de 25 emissoras de rádio e televisão, localizadas nos principais estados, feitos pela empresa ao Governo de 1960 e 1961. Com esses projetos de expansão as organizações Globo mostraram não só receptividade à associação com o capital estrangeiro, como também muito critério na escolha do sócio...¹³⁸

Para Daniel Herz “o que transparece na Globo, é a ideologia das classes dominantes”¹³⁹. Na década de 1980 a Rede Globo detinha um império com mais de quarenta empresas com atuação em diversos ramos da economia. Durante quase todo seu período de

¹³⁷ HERZ *apud* SILVA, Carla Luciana Souza da. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)*. Op. Cit. p. 45.

¹³⁸ HERZ, Daniel. *A história secreta da REDE GLOBO*. Op. Cit., p. 94.

¹³⁹ Id., p. 16.

existência, a Globo teve como proprietário o jornalista e empresário Roberto Marinho, que não hesitou em expandir seus negócios. No que diz respeito à área de comunicação,

além dos ramos de televisão, as Organizações Globo envolvem pelo menos 18 emissoras de rádio AM e FM, o segundo maior diário do país, duas editoras de revistas e livros, produtora de vídeo, distribuidora de fitas videocassete, três gravadoras, produtoras de serviços para a publicidade, entre outras empresas. O grupo econômico encabeçado por Roberto Marinho inclui ainda empresas envolvidas em diversos outros ramos: indústria de bicicletas, indústria eletrônica, indústria de telecomunicações, negócios imobiliário, agricultura e pecuária – destacando-se fazendas na Amazônia -, mineração, distribuidoras de títulos e valores, entre outras atividades econômicas.¹⁴⁰

Segundo dados da Organizações Globo¹⁴¹, a empresa conta com

mais de 20 mil funcionários e faturamento de R\$ 5,9 bilhões em 2001, as Organizações Globo estão entre os 20 maiores grupos empresariais brasileiros, ocupando a liderança no mercado de mídia, comunicação e entretenimento. Suas atividades estão estruturadas em três áreas principais: televisão e entretenimento; mídia impressa e rádio; telecomunicações e distribuição¹⁴².

Integram as Organizações Globo, as seguintes empresas:

TABELA 01: Empresas pertencentes às Organizações Globo (2002)

TV GLOBO	Maior rede de TV do Brasil e uma das maiores do mundo, com 113 afiliadas. Líder em 95% das horas de programação da TV brasileira, com 78% de seus programas produzidos no Brasil. Exibiu 47 dos 50 programas de maior audiência em 2001. Participação de 77% nos investimentos publicitários realizados em televisão no país (TV Globo e afiliadas). Cobertura de 98,9% do território brasileiro e 99,8% da população (potencial de 170 milhões de telespectadores). No exterior, sua produção chega a outros 150 milhões de telespectadores em mais de 100 países.
----------	---

¹⁴⁰ Esses dados são da década de 80, e já podemos observar o grande poder de Roberto Marinho, e sua atuação em diversos ramos de e negócios. Id., p. 21.

¹⁴¹ Ressaltamos que esses dados são de 2002, e estão inseridos dentro do recorte temporal desta pesquisa. Em 2010 “A Globo Comunicações e Participações S/A publicou... o balanço financeiro relativo ao ano fiscal de 2009. O grupo, que abriga a Rede Globo de Televisão, Canais Globosat, Globo.com, TV Globo Internacional, Globo Filmes, Som Livre e Editora Globo, faturou R\$ 8,386 bilhões em receita líquida, um crescimento de 10%. Em 2008, a empresa recebeu R\$ 7,602 bilhões”. A partir da reportagem, podemos perceber que muitas das empresas da Organização Globo, continuam em atuação em 2009, porém acreditamos que o assunto carece de um melhor levantamento de dados para compreender o poder de atuação das Organizações Globo. Ver: *Globo divulga balanço* atual. Disponível em: <http://www.adnews.com.br/midia/101360.html> Acessado: 04/07/2001.

¹⁴² Durante a pesquisa em sites pela internet, foi possível encontrar um material produzido pela própria Organizações Globo. No entanto queremos enfatizar a dificuldade para referenciar o material. Assim sendo, colocaremos como referência o site onde o material foi encontrado e o número da página que a citação foi retirada. Ver: ORGANIZAÇÕES GLOBO. Disponível: <http://www.cebds.org.br/cebds/pub-docs/relatorio-sustentabilidade/rel-2002-br/organizacoes-globo.pdf>. Acessado: 21/05/2011, p. 295.

Globo.com	Portal horizontal de internet B2C para entretenimento, informação e educação, oferecendo conteúdos, serviços e transações. Lançado em março de 2000, já é o terceiro portal em audiência da internet brasileira. Oferece serviços que se baseiam nos conteúdos dos veículos das Organizações Globo – televisão, rádio, jornais e revistas.
Globosat	Programadora de canais para TV por assinatura, distribuídos através dos sistemas NET e SKY. Os canais Globosat – GNT, Multishow, Sportv, entre outros, e as joint ventures Rede Telecine, USA, Canal Brasil e Shoptime – transmitem no Brasil e no exterior, com exclusividade, eventos artísticos e esportivos, além de filmes, variedades e conteúdo jornalístico. A Globosat é também responsável pela operação dos canais Globo News, TV Globo Internacional e Futura.
Sigla/Som Livre	Empresa fonográfica e de comercialização de discos e fitas. Produz e comercializa trilhas sonoras das telenovelas da Rede Globo e trabalhos de artistas brasileiros.
Infoglobo	Empresa que edita os jornais O Globo (terceiro em circulação do país, fundado em 1925), Extra e Diário de S.Paulo (adquirido em 2001), além de O Globo On Line e da Agência O Globo. Seu parque gráfico no Rio de Janeiro, com 170.000 m ² , é o maior da América Latina.
Sistema Globo de Rádio	Criado em 1944, o Sistema Globo de Rádio é uma rede de 15 emissoras que atuam nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e Recife, entre elas as rádios Globo AM e FM e a CBN, rede formada por cinco emissoras próprias e 16 afiliadas, exclusivamente dedicada à veiculação de notícias.
Editora Globo	Edita as revistas semanais Época e Quem Acontece; as revistas mensais Marie Claire, Criativa, Casa & Jardim, Crescer, PEGN – Pequenas Empresas Grandes Negócios, Auto Esporte, NET, Globo Rural e Galileu, além das revistinhas da Turma da Mônica, livros, fascículos e kits multimídia.
NET (ex-Globo Cabo)	Maior multioperadora de TV por assinatura da América Latina, com cerca de 1,5 milhões de assinantes. Empresa de capital aberto, opera 18 sistemas de TV a cabo e um sistema MMDS. Sua rede de cabos se estende por mais de 35 mil quilômetros em 67 cidades brasileiras, num total de 6,5 milhões de domicílios cabeados. Oferece ainda o Virtua, serviço de acesso bidirecional à internet em banda larga, e, por meio da Vicom S.A., serviços de comunicação de dados para redes corporativas.
SKY (Net Sat)	Serviço de transmissão digital de TV por assinatura, utilizando miniantenas parabólicas. A SKY é líder em TV por assinatura via satélite no Brasil, com cerca de 700 mil assinantes (57% de participação) em mais de 5 mil municípios. As Organizações Globo atraem 52% dos investimentos feitos em publicidade no Brasil, principalmente pela sua participação no segmento de TV.
ORGANIZAÇÕES GLOBO	As Organizações Globo mantêm, ainda, a Fundação Roberto Marinho. Criada em 1977, a Fundação é a responsável pela implementação do Canal Futura, o primeiro canal educativo brasileiro inteiramente financiado pelo setor privado, e do Telecurso 2000, projeto de educação à distância que atende a milhões de jovens e adultos.

Fonte: Organizações Globo. Disponível: <http://www.cebds.org.br/cebds/pub-docs/relatorio-sustentabilidade/rel-2002-br/organizacoes-globo.pdf>.

Podemos observar uma forte segmentação da Organização Globo no campo da mídia, o que possibilita a organização atender um amplo público.

A partir de do mesmo centro de produção (Organizações Globo), se produz produtos midiáticos dos mais variados: canais educativos (Canal Futura), TV por assinatura (SKY, NET), sistema de rádio, empresa fonográfica, jornais (O Globo), televisão (TV GLOBO), além de editora, que produz revistas para o mais variado público (empresários, mulheres, crianças, etc.).

Carla Luciana Silva fala em “*Uma visão segmentada para uma dominação total*”. Para Silva,

a segmentação está claramente imbuída de processos pós-modernos como a negação da totalidade histórica e da histórica como processo. Além disso, um elemento muito presente é a negação da possibilidade de ação coletiva e diluição da noção de classe, o que serve para negar a luta de classe, assumindo evidente posição ao lado da dominação nas lutas reais. Os sujeitos são segmentados em guetos, tribos, lugares cada vez menores¹⁴³.

A segmentação do poder de Roberto Marinho, em 1998 o leva à criação da revista *Época* que, com pouco tempo de existência, tornou-se uma das maiores revistas em circulação no Brasil.

Segundo Flávio Agnelli Mesquita, a revista *Época*

vende cerca de 600 mil exemplares por semana e atinge, predominantemente, as classes A e B (assim como a maioria dos semanários jornalísticos). *Época* possui um projeto gráfico inspirado na revista alemã “Focus”, com a qual mantém um acordo para a utilização de material fotográfico e editorial com exclusividade no Brasil¹⁴⁴.

Lançada em 25 de maio de 1998, a revista *Época* surgiu com uma proposta: a defesa por um “Brasil do A”. Para *Época*:

Há dois Brasis em confronto. Um “Brasil do A”, dinâmico, inovador, que pensa e age globalmente. E um “Brasil do B”, arcaico, paroquial, provinciano, onde o interesse público é secundário diante de interesses pessoais ou de grupos. *ÉPOCA* luta pelo “Brasil do A”, inserido num mundo sem muros, globalizado. Em nossas páginas e em nosso site, irrigamos os debates com pessoas, idéias e práticas inspiradoras de todos os lugares. É nosso dever ter uma visão crítica dos problemas do Brasil e do mundo, mas também propor uma agenda de soluções para eles.

¹⁴³ SILVA, Carla Luciana. Uma visão segmentada para uma dominação total: editoras, projeto educativa e construção de hegemonia. In: ANTOGNAZZI, I. [et.al.] *Que universidad necesitan los pueblos: a 90 años de la reforma universitaria 1918-2008*. 1. ed. Rosario: Grupo de Trabajo Hacer La História, 2009, p. 212.

¹⁴⁴ MESQUITA, Flávio Agnelli. *As fontes jornalísticas no Caso Dossiê – uma análise de enquadramento da cobertura das revistas Veja, Época, IstoÉ e Carta Capital*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Artes e Comunicação. Bauru, Universidade Estadual Paulista, 2008, p. 56.

O “Brasil do A” é empreendedor e meritocrata. O espírito empreendedor é essencial para promover o desenvolvimento e o crescimento de uma nação. É triste constatar que o ambiente de negócios no Brasil ainda é tão hostil aos empreendedores. Burocracia em excesso, e por baixo de tudo o preconceito arcaico contra o lucro. O lucro gera riqueza, empregos, boas carreiras. Empresa que não lucra é empresa morta, e empresa morta significa desemprego, pobreza, desolação social. O lucro está também na base da responsabilidade social das empresas. Sem lucro e vigor, empresa nenhuma poderia praticar qualquer forma de retribuição à sociedade¹⁴⁵.

A revista assume como discurso ideológico a defesa de um “Brasil do A”. Perguntamos-nos: qual o “Brasil do A” que *Época* defende?

Podemos observar através do texto acima, que o “Brasil do A” de *Época*, é a favor do processo de globalização, pois são crentes em um “*mundo sem muros, globalizado*”. A expressão “*sem muros*” foi muitas vezes utilizada pela literatura, ou em discursos políticos, para afirmar o compromisso em construir um mundo sem fronteiras¹⁴⁶, livre para o mercado, ao mesmo tempo em que faz alusão à queda do Muro de Berlim.

Ao se contrapor à construção de um “Brasil do B”, *Época* se diz lutar contra um Brasil “*arcaico, provinciano, onde o interesse público é secundário diante de interesses pessoais ou de grupos*”. Aqui os interesses de classe da revistas são ocultados por *Época*, que fala em nome do de toda a sociedade, remetendo-se ao conceito de público em oposição aos interesses privados¹⁴⁷.

Ao mesmo tempo em que *Época* se propõe a falar em nome do povo brasileiro (“o povo tem o direito de saber”), assumimos como hipótese que a revista defende os interesses do grande capital, pois são crentes “*no empreendedorismo como força essencial para promover o desenvolvimento e o crescimento do Brasil*”¹⁴⁸.

¹⁴⁵ *Nossa Missão*. Carta do Editor. *Época*. Disponível: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/1,,EMI5583-15247,00.html> Acessado: 11/10/2010.

¹⁴⁶ Só para citar um exemplo, Joaquim Castanheira, ao falar dos atentados de 11 de setembro, destaca uma fala de Bill Clinton: “Em um alentado artigo publicado no final do ano passado em alguns dos mais importantes jornais do mundo, Clinton definiu com felicidade a contradição gerada pela globalização. ‘Os atentados só poderiam ter acontecido em um **mundo sem muros**. A interdependência global trouxe grande riqueza para os americanos, mas criou imensas oportunidades para que as forças da destruição invadissem nossa vida’, escreveu ele. Preciso na identificação do problema, Clinton, como os demais analistas, não consegue apontar as soluções, embora mostre o caminho. ‘A grande lição a ser tirada em favor do mundo interdependente é que não podemos mais negar aos outros aquilo que reivindicamos para nós mesmos’”. Não é nosso objetivo problematizar a fala de Clinton, mas sim mostrar como a expressão *sem muros*, aparece no discurso, remetendo a ideia de um mundo globalizado, sem fronteiras. Ver: CASTANHERIA, Joaquim. *Globalização de cara nova*. Disponível: http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/9119_GLOBALIZACAO+DE+CARA+NOVA Acessado: 05/07/2011. Grifos meus.

¹⁴⁷ Mostraremos nos próximos capítulos como a revista *Época* se coloca a favor de algumas frações de classe da burguesia.

¹⁴⁸ Id.

Nos capítulos 2 e 3, buscaremos mostrar o envolvimento de *Época* com os processos de importação e exportação de capital. Assim, acreditamos que poderemos melhor compreender o “tipo” de Brasil defendido por *Época*.

1.4.2 O surgimento de *Veja*

Para melhor compreendermos o processo de criação da revista *Veja* temos que inseri-la em um quadro de análise mais amplo, ou seja, uma revista pertencente à Editora Abril.

Edina Rautenberg destaca que a Editora Abril, surgiu num primeiro momento (nos anos 1950) exercendo serviços para terceiros, sendo as publicações de histórias em quadrinhos o principal impulso de vendas da editora. As histórias em quadrinhos publicadas pela revistas eram de origem estrangeira¹⁴⁹, assim, podemos perceber que “a base empresarial da Editora Abril era absolutamente internacionalizada”¹⁵⁰. Para além das meras publicações das histórias em quadrinhos a Editora Abril, pertencente a Victor Civita manteve também relações com o grupo norte-americano *Time-Life*. Rautenberg observa que

no início dos anos 60, a Abril contava com uma gráfica instalada e dois blocos de revistas: histórias em quadrinhos e fotonovelas. Posteriormente, a editora vem se especializar em revistas de moda para públicos mais selecionados, além de revistas destinadas ao universo masculino¹⁵¹.

Dentre as revistas lançadas pela Editora Abril, podemos destacar nesse período a revista *Quatro Rodas*, que “veio para divulgar a implantação das indústrias de automóveis no país”¹⁵², *Transportes Modernos*, *Máquinas & Metais*, *Química & Derivados*, “*Plásticos & Embalagens*”, “*Eletricidade*”, e em 1967, surgem a revista *Exame*.

Rautenberg chama a atenção para os públicos alvos das revistas, que não só são “públicos diferenciados em relação a sexo e idade, mas a setores econômicos específicos. A Abril possui revistas para públicos mais selecionados, inclusive, para setores técnicos específicos, garantindo verbas financeiras de vários segmentos da burguesia”¹⁵³.

¹⁴⁹ Por exemplo, em julho de 1950, chega às bancas de revistas brasileiras a primeira história do *Pato Donald*. Ver: MARTINS, Caio. Editora abril lança clássicos da literatura em quadrinhos no 60º aniversário de o Pato Donald no Brasil. Disponível: <http://jovem.abril.com.br/classicosdisney/release.shtml> Acessado: 04/07/2011.

¹⁵⁰ RAUTENBERG, Edina. *A revista Veja e as empresas de construção civil (1968-1978)*. Dissertação de mestrado em História, UNIOESTE, 2011, p. 40.

¹⁵¹ Id., p. 42.

¹⁵² Id.

¹⁵³ Id., p. 43.

Em 1968, é lançada uma nova revista: *Veja*. Como mencionado, assim como a Rede Globo de Televisão, da família Marinho, a revista *Veja*, pertencente à família Civita, tem como característica comum o seu “*caráter multinacional de criação*”, adotando um padrão externo de jornalismo.

A história da revista *Veja* (e sua editora) é marcada pela utilização de padrões internacionais de jornalismo. E, assim como os demais órgãos de imprensa desde os anos 1950, tem uma manutenção dos interesses hegemônicos norte-americanos um ideal inabalável. Assim giram a editora e a revista desde a sua criação, inclusive durante o regime militar. Foi o processo de democratização e os “ventos globalizadores”, aliados a novas tecnologias, que impulsionaram o seu crescimento e a ampliação de suas atividades. Manteve-se sempre buscando equacionar os diversos interesses envolvidos de forma a que o rumo do programa neoliberal se mantivesse¹⁵⁴.

Em relação ao relacionamento entre *Veja* e o grupo de comunicação norte-americano *Time*, Carla L. Silva destaca que:

As ligações com a editora Abril com esse processo são poucas e claras. Victor Civita, ítalo-norte-americano que se naturalizou brasileiro, iniciou seu empreendimento no Brasil como proprietário do direito de publicações de revistas da Disney. Os planos de lançamento de uma revista aos moldes de *Time* no Brasil obedeceram a um planejamento muito cuidadoso. Roberto Civita, filho do proprietário da Abril, foi estudar nos Estados Unidos, estagiando e aprendendo na Times INC, a fórmula para a construção da revista. Durante o estágio “leu todo o que havia nos arquivos da empresa sobre a operação latino-americana”. Foi aluno tão aplicado que ganhou o cargo de vice-diretor de Time Inc. no Pacífico. No entanto, não aceitou, pois os planos do seu pai eram de ampliar o seu próprio negócio: “no Brasil, seria o único a saber os meandros de revistas: tiragens, circulação, tabela de publicidade, campanhas de lançamento e renovação de assinaturas. Seria o único e o primeiro”. Ele teria, nas palavras de Conti: “a sua *Time*, *Veja*, a sua *Fortune*, *Exame*, e a sua *Playboy*”. Posteriormente, os principais diretores da revista também passaram por estágios junto à revistas norte-americanas¹⁵⁵.

Silva também destaca que:

Os relatos sobre a história de *Veja* são dotados de uma certa mitificação, pois, sendo uma das revistas de maior sucesso editorial do país, isso influencia nas análises, altamente elogiosas. O projeto que deu origem à revista chamou-se “Projeto Falcão”, e foi preparado por Raymond Cohen. São muito insuficientes os dados sobre ele apontados na bibliografia. Praticamente se

¹⁵⁴ SILVA, Carla Luciana Souza da. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)*. Op. Cit. p. 37.

¹⁵⁵ Id., p. 55.

resumem à tiragem projetada, de 250 mil exemplares, e o estabelecimento de 25 páginas de publicidade. Os jornalistas que trabalharam na fase inicial da revista foram selecionados em um processo que envolveu 1.800 candidatos que responderam aos anúncios veiculados em outras revistas da Abril que perguntava: “*you want to be a journalist?*” 250 pessoas foram classificadas inicialmente, e “*durante seis meses fazem um curso teórico e prático*”, em São Paulo, com todas as despesas pagas pela editora¹⁵⁶.

A proposta da revista ficou clara desde seu primeiro editorial, de 11 de setembro de 1968, data da primeira edição da revista:

O Brasil não pode mais ser o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos: precisa de informação rápida e objetiva a fim de escolher rumos novos. Precisa saber o que está acontecendo nas fronteiras da ciência, da tecnologia e da arte no mundo inteiro. Precisa acompanhar o extraordinário desenvolvimento dos negócios, da educação, do esporte, da religião. Precisa, enfim, estar bem informado. E este é o objetivo de VEJA¹⁵⁷.

Com um discurso ideológico marcado pela integração nacional e modernização do Brasil, *Veja* se propunha a tornar-se a maior revista semanal brasileira.

Dentro deste contexto histórico, cabe ressaltar que assim como a Rede Globo de Televisão, a revista *Veja* foi partidária do governo civil militar, defendendo-o em favor do anticomunismo, até os seus últimos dias, quando o regime encontrava-se esgotado e sofrendo forte pressão popular.

Além de ser determinante para a manutenção da ditadura civil militar brasileira, a revista *Veja* também foi fundamental nos anos 1990 para a consolidação da proposta neoliberal para o Brasil, a atuação da revista foi determinante para a manutenção dos interesses da elite nacional¹⁵⁸.

Assim como as Organizações Globo, possuidora de um grande mercado midiático no Brasil, o grupo Civita, também tem grande participação dentro desse mercado. A Editora Abril, pertencente à família Civita, é a maior editora de revistas do Brasil, que além de *Veja*, edita mais de 41 títulos diferentes, enquanto a editora Globo, possui 20 títulos¹⁵⁹.

1.5 CONCLUSÕES PARCIAIS

¹⁵⁶ Id., p. 56.

¹⁵⁷ Carta do Editor. *Veja*. 11/09/1968, p. 21.

¹⁵⁸ Ver: SILVA, Carla Luciana. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. Cascavel: Edunioeste, 2009.

¹⁵⁹ SILVA, Carla Luciana. Uma visão segmentada para uma dominação total. Op. Cit., p. 212.

A forma como o capitalismo se consolidou pós a Segunda Guerra Mundial, foi fundamental para predomínio dos Estados Unidos como líder mundial. Instituições como FMI, Banco Mundial dentre outras, foram criadas com o intuito de desenvolver o capitalismo pelo mundo e ao mesmo tempo, promover os interesses dos países mais desenvolvidos (Tríade: Estados Unidos, Europa e Japão).

O neoliberalismo se constituiu como projeto político, econômico e social que deveria se desenvolver em todos os países. Na América Latina, por exemplo, os anos 1980 e 1990 serão fundamentais para a implementação do neoliberalismo. Uma série de medidas foi criada por organismos internacionais, e que serviram de base para reformas em países em desenvolvimento, com o intuito de serem enquadrados na nova lógica do capital, que teve/tem como características marcantes, a exportação e importação de capitais, expresso pelas multinacionais e pelo capital financeiro.

Dentro deste contexto, a mídia foi de fundamental importância para desenvolver uma ação pedagógica, que desse conta de implementar na sociedade um consenso em torno dos princípios neoliberais.

Vimos que a grande imprensa, no caso específico do Brasil, se constituiu enquanto empresa. Ao mesmo tempo em que um órgão de imprensa, como o caso das revistas *Época* e *Veja*, busca o lucro para se manter operante no mercado, também defende, através de sua ação partidária, interesses de frações de classes específicas. No caso das duas revistas aqui estudadas, defendem os interesses tanto da elite nacional, quanto do capital internacional.

Tais questões serão mais bem desenvolvidas nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 2

IMPERIALISMO À ESTRANGEIRA! ÉPOCA E VEJA E A IMPORTAÇÃO DE CAPITAL PARA O BRASIL (2003- 2006)

No primeiro capítulo, foi apresentado um estudo em torno de algumas questões que nos possibilitassem compreender melhor o sistema capitalista neste início do século XXI. Alguns assuntos ainda serão levantados no decorrer da dissertação, porém o foco a partir de agora se dará em torno do capitalismo brasileiro.

A imprensa escrita é encarada por muitos, como fonte secundária no campo da história. Uma visão errônea em torno desse objeto de pesquisa, uma vez que a imprensa vai além da reprodução de fatos sociais, podendo recriar a realidade, como observou Perseu Abramo, sendo a manipulação da informação umas das principais características do jornalismo brasileiro. Com uma forte ação partidária, hoje a grande imprensa liberal é uma das grandes responsáveis pela manutenção da ordem capitalista.

Ao construir hegemonia, buscar convencimento e criar visão de mundo os jornais (em conjunto com os demais instrumentos de mídia) são fundamentais instrumentos da dominação no final do século XX e início do XXI. Exercem a função educativa, educando para o capital¹⁶⁰.

Num primeiro momento, este capítulo tem como finalidade analisar algumas questões teóricas acerca do imperialismo, além de apresentarmos qual o conceito de imperialismo utilizado na dissertação. Tal discussão nos ajudará a melhor compreender o posicionamento

¹⁶⁰ SILVA, Carla Luciana. Uma visão segmentada para uma dominação total. Op. Cit., p. 211.

de *Época* e *Veja* frente às políticas imperialistas neoliberais praticadas no Brasil, em especial as políticas que se referem à importação de capitais, expressa no predomínio das multinacionais instaladas em território brasileiro.

O caminho que buscamos percorrer neste capítulo tem como principal objetivo dentre os apresentados, discutir como *Época* e *Veja* apresentam-se em relação à importação de capitais para o Brasil. Sendo assim, compreender qual o posicionamento das revistas em relação ao sistema neoliberal, bem como a relação das mesmas com o primeiro período do governo Lula é importante para avançarmos na discussão em torno do imperialismo exterior.

2.1 IMPERIALISMO: breves observações teóricas

Podemos encontrar na literatura científica, uma série de autores que se propuseram a compreender as questões do imperialismo.

Pedro Henrique Pedreira Campos destaca que uma das grandes questões em relação ao estudo do imperialismo, diz respeito a seu surgimento, o que o torna um assunto controverso quando visto através de algumas obras.

Alguns autores mencionam 1870 e 1880 (momento conflituoso na Europa) como o marco para a expansão imperialista. Eric Hobsbawm, por exemplo, em seu livro *Era dos impérios: 1875-1914* apresenta como ponto de partida para o estudo do tema, o ano de 1873, ano de início da Grande Depressão (1873-1896) responsável pela expansão imperialista.

Henri Brunschwig em *A partilha da África Negra* vê na década 1880, período marcado pela Conferência de Berlim e a formatação do capital financeiro, como ressalta Campos, um momento decisivo para a formatação do imperialismo.

No caso de Immanuel Wallerstein, o autor faz um recuo longínquo ao passado para compreender o imperialismo, uma vez que parte da idéia de que o imperialismo do século XX (podemos acrescentar também nessa hipótese o imperialismo do século XIX) tem suas origens no século XV, sendo “o sistema mundial, caracterizado pela ordem econômica mundial internacional e pela divisão internacional do trabalho, havendo um ‘âmago’, uma ‘semiperiferia’ e uma ‘periferia’”¹⁶¹.

Assim, observa-se que os recortes temporais, as delimitações cronológicas para apontar o surgimento do imperialismo enquanto um fenômeno histórico e social são inúmeros.

¹⁶¹ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *O imperialismo brasileiro nos séculos XX e XXI: uma discussão teórica*. Disponível: <http://www.uff.br/iact/ArtigosPDF/23T.pdf>. Acessado em: 17/02/10, p. 2.

Pedro Campos, porém, destaca como período fundamental para a análise do imperialismo o recorte entre 1870 a 1914, pois, além de ser um período “*caracterizado sobretudo pelo comércio internacional, mas principalmente por outras formas de relação econômica entre diferentes regiões do mundo*”¹⁶², foi marcado por uma vigorosa literatura científica sobre o tema, podendo destacar intelectuais como: Hobson, Hilferding, Lênin, Rosa Luxemburgo, Bukhárin dentre outros.

Cada autor fez uma análise do imperialismo do seu tempo, porém tais teorias foram e são fundamentais para compreender o imperialismo nos dias de hoje.

O economista inglês John Atkinson Hobson, influenciou vários pensadores como Rosa Luxemburgo e Lênin com sua teoria do subconsumo e superprodução. Campos destaca:

Para Hobson, mais que o comércio internacional, a grande característica da internacionalização da economia em seu tempo era a exportação de capitais, ou melhor, os investimentos pelo mundo realizados sobretudo pela Inglaterra sob forma de construção e gerenciamento de ferrovias – a forma mais nítida -, de portos, de sistemas de iluminação elétrica, de carris urbanos, de sistemas de abastecimento de água, esgoto e gás, além de exploração de projetos de mineração e plantagens. A especificidade do pensamento de Hobson se encontra na explicação do processo de expansão mundial do capitalismo, para ele, devido ao subconsumo e à superprodução nas economias européias centrais, em especial, a inglesa. Devido ao baixo consumo das economias mais dinâmicas, as empresas buscam mercados fora da Europa, o que dá origem ao imperialismo¹⁶³.

Rufdold Hilferding adotará uma análise distinta a de Hobson para compreender o imperialismo. Hilferding defende a tese que a explicação da origem do imperialismo não será encontrada através do estudo do subconsumo e da superprodução, mas sim no estudo do capital financeiro¹⁶⁴, pois a exportação de capitais, responsável pelo imperialismo, “*corresponde a uma nova forma de capital, o financeiro, e se dá na busca de altas taxas de lucro, já que o capital tem por objetivo o lucro e não o mercado*”¹⁶⁵.

Vladimir Ilyitch Ulianov Lênin, tendo por base as teorias de Hobson e Hilferding escreve o livro *Imperialismo: fase superior do capitalismo*, sendo o imperialismo considerado

¹⁶² Idem, p. 3.

¹⁶³ Idem, p. 3.

¹⁶⁴ Hilferding entende capital financeiro como “*o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial*”. Apud: SANTOS, Cleito Pereira dos. Capital financeiro e grupos econômicos no capitalismo contemporâneo. *Antítese – marxismo e cultura socialista*. Outubro, 2004, n° 4.

¹⁶⁵ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *O imperialismo brasileiro nos séculos XX e XXI*. Op. cit., p. 4.

uma etapa que antecede ao socialismo. Para Lênin “*é o capital monopolista que explica o imperialismo e corresponde a ele*”¹⁶⁶, observando que

O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se na sua antítese, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. O que há de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. A livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência, mas esta começou a transformar-se diante dos nossos olhos em monopólio, criando a grande produção e o capital a tal ponto que do seu seio surge o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os *trusts* e, fundindo-se com eles, o capital de uma escassa dezena de bancos que manipulam bilhões. Ao mesmo tempo, os monopólios, que derivam a livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições e conflitos de interesses particularmente agudos e intensos. O monopólio é a transição do capitalismo para um regime superior¹⁶⁷.

O grande capital monopolista¹⁶⁸ centra-se nas mãos de uma pequena parcela da população mundial, pertencente aos países que estão na dianteira do sistema capitalista, subordinando os demais países à lógica do capital-imperialismo¹⁶⁹, acarretando um estado de exploração e dominação de muitas nações pequenas por parte de nações fortes e ricas. Desta forma Lênin caracterizou o imperialismo como parasitário¹⁷⁰. O imperialismo para Lênin, seria

Ampliação da acumulação capitalista, com exportação de capitais e fusão do capital bancário com o industrial; novo arranjo das classes dominantes; nova

¹⁶⁶ Idem, p. 5.

¹⁶⁷ LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. 3ª ed. São Paulo: Centauro, 2005, p. 89.

¹⁶⁸ Pedro H. P. Campos salienta que capital monopolista, corresponderia na concepção de Hilferding ao capital financeiro.

¹⁶⁹ Virgínia Fontes é quem formula o conceito de capital-imperialismo. Para Fontes o capital-imperialismo é uma derivação do imperialismo. Para a autora “*no capital-imperialismo a dominação interna do capital necessita e se complementa por sua expansão externa, não apenas de forma mercantil, ou através de exportações de bens ou de capitais, mas também impulsionando expropriações de populações inteiras das suas condições de produção (terra), de direitos e de suas próprias condições de existência ambiental e biológica*”. O que Fontes busca mostrar, é que o imperialismo, na forma de capital-imperialismo, penetrou em todos os âmbitos da vida social, não apenas no campo econômico, mas também na cultura, nas relações sociais dentre outras formas de expressão humana. Sobre o assunto, ver a obra já citada: FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo*. Op., Cit., p. 149.

¹⁷⁰ Id. p. 126.

forma de extrair sobretrabalho; organização política característica, a social democracia¹⁷¹.

Virgínia Fontes destaca que o estudo feito por Lênin em torno do imperialismo mostra uma “*revolução capitalista no capitalismo*”, sendo fruto de transformações sociais, que tiveram como consequência: a) o poder monopólico e sua relação com o Estado e as frações de classe burguesa; b) “guerras de colonização”, onde o capital monopolista “*implicava no controle político direto através da colonização ou em forma de controle político indireto de países formalmente independentes (semicoloniais), mas cuja dependência com relação aos países imperialistas se aprofundava*”; c) segregação da classe trabalhadora e criação de uma “aristocracia operária”, “*inclinada a apoiar a expansão dos capitais ‘nacionais’*”, gerando um processo de “*dessolidarização entre os trabalhadores dos países imperialistas e os dos países colonizados ou semicoloniais*”¹⁷².

Rosa Luxemburgo também realizou estudos em torno do imperialismo, entendendo que o mesmo significava “*uma busca de mercados decorrentes do subconsumo nas economias centrais*”¹⁷³. A respeito do pensamento de Luxemburgo, Pedro H. P. Campos observa e exemplifica que

a acumulação capitalista necessita de produtores e consumidores não-capitalistas, o que fez com que as empresas dos países centrais buscassem em regiões não-capitalistas a reprodução de seu capital, utilizando ali o trabalho não-assalariado e/ou não-livre. A partir dessa reflexão, a autora refaz os conceitos de mercado interno e externo. Mercado interno seria o ambiente social em que prevaleceria o mesmo modo de produção; assim, os operários alemães consumindo produtos industrializados ingleses fazem-no em um mesmo mercado, em um mercado interno. Mercado externo seria um mercado com outro modo de produção; os camponeses alemães comprando tecido industrializado produzidos no Vale do Ruhr alemão são um mercado externo da economia capitalista alemã¹⁷⁴.

Campos salienta que apesar da rica análise de Rosa Luxemburgo, a autora comete um erro ao pensar que economias capitalistas precisavam de economias não-capitalistas para produção e consumo. Apesar de Luxemburgo ter por base a África e Ásia em seu tempo, onde as empresas dos países imperialistas utilizaram trabalho não-assalariado, “*não há porque isso ser uma lei histórica e nada impede que o contrário aconteça*”, sendo assim, “*não há*

¹⁷¹ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *O imperialismo brasileiro nos séculos XX e XXI*. Op. cit., p. 7.

¹⁷² FONTES, Virgínia. *O imperialismo: de Lenin aos dias atuais*. Outubro. São Paulo, n° 17, 2008, p. 86-7.

¹⁷³ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *O imperialismo brasileiro nos séculos XX e XXI*. Op. cit., p. 7.

¹⁷⁴ Id., p. 7.

impedimento lógico para que essas empresas e esses investidores utilizem formas capitalistas de produção ou vendam seus produtos para consumidores em uma economia capitalista”¹⁷⁵.

Já mencionamos, Virgínia Fontes em seu livro *O Brasil e o capital-imperialismo* adota o conceito de capital-imperialismo, conceito este que adotaremos nesta pesquisa, pois consideramos que o conceito é pertinente para compreensão do imperialismo nos dias de hoje, uma vez que Fontes busca compreender o imperialismo em suas variadas formas. Para Fontes, o capital-imperialismo não se limita apenas “às expropriações primárias e secundárias, mas envolve uma enorme expansão de formas associativas voltadas para a sua dominação, frente móveis de suas expansão internacional, profundamente cosmopolitas e abarcando enormes contradições”¹⁷⁶.

Após fazer uma leitura das referências clássicas em torno do imperialismo Fontes se propôs “a recuperar alguns elementos para uma melhor compreensão da configuração atual do capitalismo”¹⁷⁷, pois, por mais ricas que sejam as contribuições dos autores acima citados (Luxemburgo, Lênin dentre outros), devemos compreender o imperialismo atual através das suas especificidades atuais. Para Fontes:

O capital-imperialismo é devastador, mas envolve na atualidade o conjunto da existência humana. Decerto, políticas diversas – militares, econômicas, sociais – voltadas para relações internacionais, culturais, etc., são conscientemente formuladas para assegurá-lo, seja nas grandes empresas, seja no país preponderante, os Estados Unidos, seja ainda em outros copartícipes do capital imperialismo, em seu âmbito interno ou em seu impulso externo. No entanto, não se trata apenas de expressão de uma “vontade”, mas de uma “necessidade” imperiosa do capital-imperialismo que, aliás, formula suas justificativas exatamente pela falta ou ausência de alternativas. Cresceu a complexidade das interações econômicas e sociais, ao mesmo tempo que as características políticas predominantes procuram reduzir e constranger a capacidade consciente de intervenção humana¹⁷⁸.

Desta forma o capital-imperialismo resultou em “*modificações profundas do conjunto da vida social, que atravessam o universo das empresas, o mundo do trabalho, a forma da organização política, a dinâmica da produção científica, a cultura; enfim, o conjunto da sociabilidade*”¹⁷⁹.

François Chesnais também destaca que tais autores buscaram (cada um a seu modo) mostrar a insurgência de uma nova ordem mundial, “*no sentido de uma integração cada vez*

¹⁷⁵ Id., p. 7.

¹⁷⁶ FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo*. Op. Cit. p. 145.

¹⁷⁷ Id., p. 145.

¹⁷⁸ Id., p. 152.

¹⁷⁹ Id., p. 146.

mais estreita de todas as suas partes, num sistema de relações moldado pelo capital e dominado pelos países capitalistas centrais”¹⁸⁰. No século XX e no século XIX, observamos uma grande expansão de capital oriundo de tais países do centro, em direção às periferias mundiais. A mundialização do capital, com seus IEDs¹⁸¹ (Investimentos Externo Direto), acentuam-se, tanto no campo da produção industrial, através das multinacionais, quanto na produção de serviços, como o caso do capital financeiro, dominado por grandes bancos.

Após uma breve exposição teórica, passaremos agora a ver como as revistas *Época* e *Veja* se colocam perante a importação de capital¹⁸² para o Brasil, ou seja, o imperialismo externo, vindo de fora para dentro, durante o primeiro mandato do governo Lula, que vai de 2003 a 2006.

2.2 “TRADIÇÃO E MUDANÇA”: “Lula é a Terceira Via”

O título deste tópico foi retirado das revistas *Época* e *Veja* respectivamente. Através dele, podemos delinear o caminho indicado pelas revistas na construção de uma proposta de governo após a posse de Lula em 01 de janeiro de 2003.

Na Carta do editor de *Época*, de 13 de janeiro de 2003, busca-se ressaltar o medo oriundo da candidatura e posteriormente, da eleição do candidato Luiz Inácio da Silva em 2002:

É útil recordar o tom alarmista de 2002. Vendia-se a idéia, então, de que Lula não merecia crédito quando dizia que mudara junto com o país. Era como se tudo não passasse de um truque eleitoral, de uma demagogia a ser desmentida logo após a vitória, quando o barbudo de terno Armani vestiria a farda de Fidel Castro. As mesmas vozes, hoje, sustentam que ocorreu uma mudança de identidade. O Lula da campanha era um, o que ocupa a Presidência – ao menos até agora – seria outro¹⁸³.

No final da carta uma frase de Antonio Palocci junta-se ao texto. Nela o ministro da Fazenda salienta que “há *visões diferentes de mundo, projetos diferentes de país*”¹⁸⁴, referindo-se ao ex-governo de FHC e ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que teria como

¹⁸⁰ CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Op. Cit. p. 48.

¹⁸¹ Ver: Id.

¹⁸² Nesta pesquisa entendemos como importação de capitais todo investimento realizado no Brasil a partir da entrada de capitais externos, seja no setor industrial, comercial ou bancário.

¹⁸³ Traição e mudança. *Época*, Carta do Editor. 13/01/2003, p. 18.

¹⁸⁴ Id.

missão, segundo a revista, “*uma tradição e mudança, de quem procura progresso social em brechas na situação existente, e não rupturas*”¹⁸⁵.

Carla Luciana Silva ao proceder seus estudos em torno da revista *Veja*, descreve como a revista foi mudando seu discurso em torno do candidato petista Luis Inácio Lula da Silva. A autora observa que no caso específico de *Veja*, a revista que por muito tempo caracterizava de maneira pejorativa o candidato petista e o Partido dos Trabalhadores (vinculados ao pensamento marxista em defesa do socialismo, visões revolucionárias demonizadas pela revista), foi mudando aos poucos seu discurso, a ponto de mencionar a construção de um *Lula Light*.

Apesar das críticas feitas ao candidato Lula, Silva observa que *Veja* constrói um discurso ameno em relação ao candidato petista:

Embora demarque ainda ambigüidade no candidato, já mostra que ele abandonou elementos que inicialmente eram tidos como imutáveis, especialmente o objetivo do socialismo. A ênfase passa a ser o caminho para governabilidade, os contratos, que, mesmo que não se concorde com eles, deveriam ser cumpridos¹⁸⁶.

Silva ainda destaca que a revista enfatizava que para tudo havia um limite, e apesar de observada uma mudança na proposta de governo do PT, ainda assim, era de se esperar demais de um partido de origem de esquerda como o Partido dos Trabalhadores, que o mesmo se entusiasmasse com idéias que envolvessem privatizações, enxugamento da máquina estatal, reforma da Previdência dentre outras questões.

A adaptação e transformação do projeto político está clara, ainda que com limites colocados: nesse momento não se poderia esperar, “de um petista”, “grandes avanços” como a reforma de Previdência, porque isso ainda seria considerado um acordo de prostituição, inferindo-se das palavras citadas de Lula. Mas está delimitado que mesmo que exista um “sentimento” com relação a um outro projeto (socialista), ele seria inviável, pois “deixou de existir”¹⁸⁷.

Silva ainda destaca a luta travada por *Veja* com os “radicais do PT”, cabendo a esses militantes se contentarem “*com o mundo da fantasia, conscientes de que isso não poderia ser*

¹⁸⁵ Id.

¹⁸⁶ SILVA, Carla Luciana Souza. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)*. Op., Cit., p. 619.

¹⁸⁷ Id., p. 620.

aplicado à vida real, ao seu trabalho”¹⁸⁸. Por “mundo da fantasia”, entende-se um mundo aos moldes do socialismo.

Comparando as duas revistas *Época* e *Veja*, podemos observar que ambas as revistas enfatizam o transformismo (apesar delas não usarem esse termo) de um Lula, que foi no passado militante, porém que chegou para disputar a presidência da República em 2002 com um novo discurso, voltado mais para a defesa do capitalismo contemporâneo.

No que tange à revista *Veja*, queremos chamar a atenção para a Carta ao leitor de 29 de janeiro de 2003, onde anunciava uma nova proposta de governo. Ao assumir o governo, Lula lançou “*as bases reais daquilo que o sociólogo inglês Anthony Giddens em 1994 batizou de terceira via, a sonhada alternativa tanto ao neoliberalismo quanto à social-democracia*”¹⁸⁹. O “casamento público e simbólico” segundo a revista foi quando Lula tornou-se “*o primeiro chefe de Estado a comparecer tanto ao Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, quanto ao Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça*”¹⁹⁰.

Veja já propagava as ideias da Terceira Via muito antes da eleição de Lula, em edição de 30/09/1998, a revista apresenta em suas páginas amarelas uma entrevista com Anthony Giddens. Perguntado sobre o que seria a Terceira Via, Giddens responde:

A filosofia da “terceira via” preocupa-se em procurar o sentido das três grandes revoluções: a globalização, a transformação da intimidade e a mudança do relacionamento do homem com a natureza. A partir dessas análises, projeta políticas que, sendo realistas, não deixam de ser radicais. Ou seja, não abram mão de solidariedade e inclusão social

[...]

Digamos que a “terceira via” defendida por nós é a social-democracia modernizada. Ela é um movimento de centro-esquerda, ou do que temos chamado de “centro radical”. Radical, porque não abandonou a política de solidariedade que tradicionalmente foi defendida pela esquerda. De centro, porque reconhece a necessidade de trabalhar alianças que proporcionem uma base para ações práticas. Da comparação entre os diversos países que têm lidado com essa hipótese, percebe-se que está emergindo uma agenda comum. Seus principais objetivos são a reforma do Estado, a revitalização da sociedade civil, a criação de fórmulas para o desenvolvimento sustentado, preocupação com uma nova política internacional. Dito assim parece vago, mas é exatamente o que políticos como o inglês Tony Blair, o francês Lionel Jospin, o italiano Romano Prodi e, por que não?, Fernando Henrique Cardoso estão fazendo hoje em dia ¹⁹¹.

¹⁸⁸ Id., p. 620.

¹⁸⁹ Lula é a terceira via. *Veja*, Carta ao leitor. 29/01/2003, p. 09.

¹⁹⁰ Id.

¹⁹¹ Há uma alternativa. *Veja*. Páginas Amarelas, 30/09/1998, p. 11-14.

O trabalho coordenado pela Professora Lúcia Maria Wanderley Neves, que resultou no livro *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*, mostra que a proposta da Terceira Via desenvolvida pelo sociólogo Anthony Giddens e enfatizada por *Veja* em 1998 (que fez a revista mencionar em 2003 que o governo de Luís Inácio Lula da Silva seria um governo que estaria por consolidar-se com as ideias da Terceira Via), serviu na verdade, para dar base à implementação nos anos 1990 do neoliberalismo no Brasil.

André Silva Martins destaca que a Terceira Via,

propõe, por meio da fórmula “democratização da democracia”, reafirmar uma ação burguesa de dominação sob nova roupagem, que advoga a importância da “cidadania ativa” e da participação social na vida do país e elimina, por mecanismos políticos e legais, a participação sobre a economia¹⁹².

Martins sustenta que a Terceira Via foi utilizada pela burguesia brasileira (principalmente a industrial) para a consolidação de sua hegemonia nos anos de 1990. Martins destaca a atuação da entidade Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), que junto com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) buscaram promover a Terceira Via, que “*passou de fato a ganhar uma sistematização precisa para se tornar referências de planos de governo de vários países e plataforma política de vários sujeitos políticos coletivos organizados na sociedade civil*”¹⁹³.

Martins ainda observa que,

com essa movimentação, foi-se firmando uma nova concepção política muito próxima do pensamento da Terceira Via – de que no mundo atual só há espaço para as saídas negociadas. Nessa linha, o PNBE empenhou-se na difusão, para toda a sociedade, inclusive para as lideranças da Central Única dos Trabalhadores (CUT), de que os “antagonismos de classe” devem ceder lugar ao reconhecimento das “diferenças de interesses” e que a energia empregada no “confronto político” deve ser convertida em uma nova postura, a da “colaboração social”.¹⁹⁴

A Terceira Via é uma proposta defendida pela burguesia nacional, em especial a burguesia industrial. Uma proposta que recusa a todo custo o pensamento socialista como proposta de sociedade, que se coloca contra as ações dos movimentos sociais e que buscou assentar toda a sociedade dentro da lógica desigual do capital.

¹⁹² MARTINS, André Silva. Estratégias burguesas de obtenção do consenso nos anos de neoliberalismo da Terceira Via. In: NEVEZ, Lucia Maria Wanderley. (org.) *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005, 144.

¹⁹³ Id., p. 141.

¹⁹⁴ Id., p. 142.

Nesse sentido, podemos afirmar apesar de entendermos que tal assunto carece de aprofundamentos, que a revista *Veja*, enquanto aparelho privado de hegemonia, foi de fundamental importância na criação de consenso em torno do pensamento da Terceira Via, seja por abrir espaço ao pensamento de Giddens, ou até mesmo, enfatizando (com entusiasmo) que Lula seria a Terceira Via, ou seja, uma “*Lula Light*”.

Podemos, de certa forma, observar o tom otimista de ambas as revistas em relação o governo, que num passado não muito distante levantava a bandeira do socialismo. Assim sendo, as críticas à trajetória ao Partido dos Trabalhadores presentes em *Época* e *Veja*, vão dando espaço, num primeiro momento, a um discurso mais ameno, onde o governo eleito passou a ser visto como uma continuação do governo antecessor.

Com os ajustes de tom mais harmonizados com o discurso petista, ficou evidente para os brasileiros que o governo Lula será, felizmente, a extensão do que FHC vinha fazendo nas finanças públicas e, em certa medida, no campo social¹⁹⁵.

Como destaca *Época*, “*embora tenha feito carreira política naquele mundo que genericamente se chama de esquerda, Lula sempre foi menos de esquerda do que a maioria*”¹⁹⁶.

Fica claro compreender a mudança de identidade que a revista assinalava em sua Carta do editor de 13/01/2003. Ao optar por um “terno Armani”, Lula deixava de lado as bandeiras que defendia durante a ditadura e se enquadrava ao projeto neoliberal de sociedade. Na concepção gramsciana de pensamento, Lula passou por um processo de transformismo, deixando de lado o pensamento de esquerda a favor do discurso hegemônico burguês.

Muitas são as razões para que *Época* e *Veja* enfatizem sobre uma certa continuação das políticas neoliberais adotadas no governo FHC, estarem presentes no governo Lula. Como observa Leda Paulani:

Desde seu início, em janeiro de 2003, o governo Lula vem praticando uma política econômica de inclinação inequivocamente liberal, confirmando o que muitos esperavam, alguns com angústia, outros com alívio. Teses e argumentos incansavelmente defendidos ao longo dos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), sempre criticados pelo Partido dos Trabalhadores, são agora afirmados pelo governo deste último com desconcertante naturalidade¹⁹⁷.

¹⁹⁵ Um bom começo. *Veja*, Carta ao leitor. 8/01/2003, p. 07.

¹⁹⁶ Lula e a moderação. *Época*, Carta do Editor. 05/05/2003, p. 27.

¹⁹⁷ PAULANI, Leda. *Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 15.

Defensoras dos princípios liberais, *Época* e *Veja* se inclinam em defesa do grande capital e das frações de classe burguesa. Tal defesa é histórica e vem de longa data¹⁹⁸.

Em edição comemorativa de aniversário de 35 anos, *Veja*, por exemplo, deixa claro seu posicionamento em defesa do liberalismo econômico. “*Para marcar seus 35 anos de existência, Veja buscou em seus arquivos uma seleção de entrevistas altamente significativas*”¹⁹⁹, como as entrevista concedida por Margaret Thatcher em março de 1994 e Friedrich Von Hayek em dezembro de 1979.

Ambos os entrevistados são enaltecidos por *Veja*. Hayek por sua trajetória enquanto economista, intelectual, que lutou contra as idéias de John Maynard Keynes na segunda metade do século XX. Já Thatcher é vista como a executora das ideias do “profeta Hayek”, um “exemplo de mulher” que colocou o novo liberalismo econômico em prática.

Veja destaca que quando Thatcher se encontrou no governo em 1979, a Inglaterra era vista por muitos como uma das nações européias mais atrasadas em questão de industrialização “*em onze anos e meio no poder, Thatcher privatizou furiosamente, peitou sindicalistas, encolheu o governo e recuperou a propriedade dos ingleses*”²⁰⁰. Tudo o que um “bom governante” deve fazer ao entrar no governo, que segundo *Veja* seria lutar contra os trabalhadores em defesa da propriedade privada, beneficiando a economia de livre mercado.

Paulani apresenta algumas razões para compreender a tal “virada” política do Partido dos Trabalhadores que difere dos seus ideais de origem, e à medida que avançamos com a pesquisa, poderemos observar que se assemelham à ação partidária das revistas *Época* e *Veja* que tem como premissas básicas (para citar algumas): manutenção do Estado nas mãos das frações de classe burguesa, defesa da propriedade privada, defesa dos interesses imperialistas externos, reorganização e exploração da classe trabalhadora para atender aos interesses do capital²⁰¹.

Dentre alguns motivos que levaram ao transformismo do governo Lula, Paulani destaca a “Tina” (“*There is no alternative*”):

O primeiro elo da cadeia argumentativa que sustenta a força da Tina é o de que existe só uma macroeconomia. Repetido hoje de A a Z, ou seja, por

¹⁹⁸ A relação da revista *Veja* com o pensamento neoliberal já foi estudada pela Prof. Carla Luciana Silva, na obra já citada nessa dissertação: *Veja: o partido neoliberal*. No que se refere à revista *Época*, carece de estudos sobre o assunto.

¹⁹⁹ 35 anos comemorados com 35 grandes entrevistas. *Veja*. Especial 35 anos. 24/09/2003, p. 10.

²⁰⁰ Os campeões do liberalismo. *Veja*. Especial 35 anos. 24/09/2003, p. 70. Grifos meus.

²⁰¹ Tais premissas citadas devem ser entendidas como hipótese de pesquisa, buscaremos, com o decorrer do trabalho comprovar tais afirmações.

economistas das mais variadas filiações ideológicas, o argumento reza que não há política econômica de direita, de esquerda ou de centro. Existe a política certa, tecnicamente (*sic*) fundamentada, neutra; e existe a política errada, irresponsável, utópica, ingênua, populista²⁰².

O Brasil deveria dançar conforme a “dança macroeconômica”, se enquadrando na lógica do capital conforme orientam as grandes instituições internacionais como FMI, BM e OMC. Desta forma, mexer na taxa de juros, no câmbio flutuante, na livre movimentação de capitais, como destaca Paulani, são ações inaceitáveis.

Não é demais lembrar que essa política macroeconômica, considerada a única correta porque a única verdadeiramente científica, implica, particularmente no caso da economia como a brasileira, a extinção do espaço em si da política econômica: a política monetária fica atrelada às metas inflacionárias; fiscal, aos superávits; e a cambial é comandada pelo próprio mercado. Nesse contexto, aliás, não há rigorosamente nenhuma diferença entre a independência do Banco Central e sua “autonomia operacional”²⁰³.

Época e Veja, usando-se dos padrões liberais da imprensa, mostram o caminho que o governo devia seguir para se enquadrar dentro dos limites do livre mercado, enfatizando o discurso da Tina e para que assim o Brasil não se torne “*uma espécie de asilo de idéias [comunistas], um lugar onde elas buscam abrigo depois de terem se aposentado em outros lugares do planeta*”²⁰⁴, referindo-se à antiga URSS.

2.3 SE AJUSTANDO AO NEOLIBERALISMO: a busca pela credibilidade

Os primeiros resultados demonstram que os objetivos estão sendo atingidos. O risco país não para de cair, os títulos da dívida externa alcançam um valor que é recorde histórico. A economia segue devagar, o desemprego está altíssimo e o crescimento sustentado é uma esperança. Mas já deu para perceber que perdeu quem apostou na piora da crise. Ao menos por enquanto, o moderado Lula é um vitorioso²⁰⁵.

O essencial dos discursos feitos por Lula e Palocci, no entanto, é a afirmação inequívoca das promessas de campanha de manter as conquistas da estabilidade monetária e da austeridade nas contas públicas²⁰⁶.

²⁰² PAULANI, Leda. *Brasil Delivery*. Op. cit. p. 16.

²⁰³ Id.

²⁰⁴ Um asilo de idéias. *Veja*, Carta ao leitor. 28/07/2004, p. 09.

²⁰⁵ Lula e a moderação. *Época*, Carta do editor. 05/05/2003, p. 27.

²⁰⁶ Um bom começo. *Veja*, Carta ao leitor. 08/01/2003.

Ambas as citações, a primeira da revista *Época* e a segunda de *Veja*, foram retiradas do editorial das revistas. Através delas, podemos observar um discurso ameno sobre os primeiros meses do mandato do governo Lula. Como mencionado anteriormente, antes de chegar ao governo, o Partido dos Trabalhadores era temido por defender as ideias comunistas, depois da eleição o partido passou a ser visto como um mantenedor das políticas econômicas neoliberais no Brasil.

Para Paulani o segundo elo da cadeia argumentativa que dá sustentação a Tina, é justamente a busca e a manutenção pela credibilidade. Nesse sentido, *Época* e *Veja* não hesitam em sair defendendo “a queda acelerada do risco-país, a recuperação do preço dos C-Bonds (títulos brasileiros negociados nos mercado internacionais)”²⁰⁷.

No decorrer das suas páginas, tanto *Época* quanto *Veja* reforçam seus discursos em torno da busca pela credibilidade. Abaixo, apresentaremos algumas reportagens de *Época* e *Veja* em torno do discurso da credibilidade, onde buscaremos contrapor com a bibliografia. Num primeiro momento, argumentamos que *Época* e *Veja* são entusiastas em relação à credibilidade, pois está é uma prática que viabiliza a consolidação do neoliberalismo.

É possível encontrar no final do texto (APÊNDICES) quadros que apresentam uma série de reportagens sobre o assunto (neste caso, sobre a “busca pela credibilidade”), elaborada a partir de um levantamento feito nas revistas durante o período de 2003 a 2006. Enfatizamos que esta metodologia é empregada neste capítulo e no capítulo 3. As matérias que se encontram nos quadros, foram retiradas do editorial de ambas as revistas, além de matérias encontradas na sessão Economia & Negócios de *Época* e de *Veja*²⁰⁸. Para a elaboração dos quadros, foi adotado como procedimento padrão: trazer o autor da reportagem (quando existir), título da reportagem, data da publicação e algumas passagens sobre o próprio texto da revista. Tais passagens foram retiradas com o intuito de mostrarmos qual o posicionamento de *Época* e *Veja* sobre as questões aqui levantadas²⁰⁹.

A busca pela credibilidade acarretou uma série de medidas que vão desde ao aumento da taxa de juros, contenção da inflação, queda do risco país, redução do valor do dólar, manutenção do superávit primário, reforma trabalhista e previdenciária.

É comum encontrarmos nas revistas frases como: “o governo promete economizar R\$68 bilhões para acalmar investidores e dar estabilidade ao país”²¹⁰, “um índice criado

²⁰⁷ PAULANI, Leda. *Brasil Delivery*. Op. cit., p. 17.

²⁰⁸ Sobre a busca pela credibilidade, ver: APÊNDICE I – Quadros 1 e 2.

²⁰⁹ Caso o texto seja retirado do editorial, ele se encontrará referido como Carta ao Leitor (*Época*) ou Carta do Editor (*Veja*).

²¹⁰ O arrocho petista. *Época*. 10/02/2003.

pelas empresas de rating para mostrar se os investidores internacionais podem ou não confiar no país”²¹¹, “Agora, com a inflação derrotada a golpes de penúria, o BC tenta assumir a ponta também no processo de soltar amarras que impedem o país de voltar a crescer”²¹².

Paulani destaca que a busca pela “credibilidade” do país nos primeiros meses de governo Lula, mostra como o governo se comprometeu em reforçar e manter intacta a política econômica iniciada no governo FHC²¹³.

Na Carta do Editor de 08/09/2010, *Época* enaltece o trabalho do governo após certo período de “turbulência”:

Depois de dias de turbulência, incluindo a confirmação de que a economia estava oficialmente em recessão, o país finalmente foi agitado por boas notícias. A primeira veio de fora: o risco Brasil, o índice que mede os ânimos dos investidores internacionais em relação à nação, bateu os 660 pontos, o menor dos últimos três anos. A aprovação do texto da reforma tributária e a aceitação das mudanças exigidas pelos governadores também injetaram otimismo no mercado, empurrando a cotação do dólar para baixo²¹⁴.

Já *Veja* fala em

manter o superávit primário enquanto não houver redução substancial e duradoura do risco Brasil. O que significa: como não pode elevar mais a carga de impostos, o governo tem de gastar menos para que sobre mais dinheiro no cofre para pagar dívidas – o que faz aumentar a confiança dos investidores²¹⁵.

As duas matérias reforçam o compromisso do governo com a estabilidade econômica do país, estabilidade essa orientada por empresas de *rating*, que medem o risco Brasil, onde a partir dele é possível saber o grau de vulnerabilidade de um país, possibilitando às grandes empresas capitalistas direcionar seus investimentos.

Ao enfatizar a credibilidade, as revistas estão defendendo os interesses das diversas frações de classe burguesa nacional e internacionais. Porém esse discurso esconde uma série de consequências, em especial para a classe trabalhadora, desregulamentando cada vez mais o campo do trabalho e reduzindo os direitos sociais.

Armando Boito Jr. observa que de certa forma

²¹¹ O risco e a especulação. *Época*. 14/07/2003.

²¹² BC contra a recessão. *Época*. 21/11/2003.

²¹³ PAULANI, Leda. *Brasil Delivery*. Op. cit. p., 17.

²¹⁴ Enfim boas notícias. *Época*. 08/09/2003.

²¹⁵ A agenda encontrada. *Veja*. 15/01/2003.

o atual governo permite o desrespeito à legislação trabalhista, graças à política de omissão da fiscalização do trabalho, mantém os trabalhadores sem política salarial de reposição das perdas, realizou uma nova contra-reforma da Previdência que apenas retirou direito dos trabalhadores, aprovou uma nova Lei de Falências que, a partir de um certo montante, obriga a empresa, em processo falimentar, priorizar o pagamento de dívidas bancárias em detrimento do pagamento dos débitos com os trabalhadores²¹⁶.

Boito cita a reforma da Previdência, onde podemos ver como se dá o ataque aos direitos da classe trabalhadora.

Veja ao escrever sobre a reforma previdenciária salienta que “a reforma da Previdência deixou há muito tempo de ser uma questão de múltipla escolha. Ela é obrigatória”²¹⁷.

Paulani, de forma crítica, assinala que está privatização não se trata de

uma privatização ao estilo convencional, mas da constituição, para o setor privado, de uma espécie de reserva de mercado, na qual as oportunidades de ganho podem ser bastante promissoras, já que são cerca de 4,5 milhões de servidores públicos no país. A criação de fundos de pensão complementares para servidores públicos, geridas pela iniciativa privada, aliás, é compromisso que faz parte do acordo do Brasil com o FMI assinado em agosto de 2002 e que foi tranquilamente acatado pelo governo do PT na revisão feita em março de 2003²¹⁸.

A proposta da previdência que *Veja* diz ser obrigatória, é uma proposta que reduziria os benefícios a serem pagos pelo Estado aos trabalhadores, além disso, somado a isso, possibilitaria a abertura de um grande mercado previdenciário a ser explorado pelos setores privado nacional e internacional, mercado esse que se encontraria nas mãos do Estado²¹⁹.

As matérias e editoriais a respeito do assunto que circundam o corpo das revistas, induzem o leitor a vê-las como algo natural e necessário à sociedade. Usando da retórica dos gastos públicos, *Veja* escreve:

os aposentados do serviço público ganham proventos enormemente maiores que os aposentados do setor privado – essa despesa é a maior causa do desequilíbrio nas contas públicas. Sem que algumas faixas do privilégio sejam corrigidas, não haverá nenhuma reforma da Previdência. E, sem ela, não pode

²¹⁶ BOITO JR, Armando. A burguesia no governo Lula. In: ARCEO, Enrique; BASUALDO, Eduardo M.. *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. 1ª. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO, 2006, p. 241.

²¹⁷ Privilégios adquiridos. *Veja*, Carta ao leitor. 22/01/2003, p. 07.

²¹⁸ Id., p. 19 (nota de rodapé)

²¹⁹ PAULANI, Leda. *Brasil Delivery*. Op. cit. p., 19.

haver esperança de recuperação para toda a economia, porque é seu rombo que inviabiliza a queda dos juros e os investimentos do governo²²⁰.

A reforma da Previdência, como ficou claro, é tida como um dos caminhos rumo ao crescimento econômico na opinião de *Veja*. Em *Época*, além da defesa da reforma da Previdência, a reforma Tributária também é vista com certa obrigatoriedade.

Passado o sufoco que pautou a aprovação do texto da reforma da Previdência, o governo se movimenta em torno de uma questão igualmente importante para o futuro do país – a reforma tributária, um assunto tão explosivo como polêmico. Trata-se de um tema explosivo porque provoca mudanças na vida do poder público, das empresas e das pessoas físicas. E é polêmico porque inúmeros grupos o enxergam de maneira diferente: uns desejam pagar menos impostos, e na outra ponta, outros querem arrecadar mais com tributos²²¹.

Ressaltada como uma questão de importância para o Brasil, a reforma Tributária, da Previdência e a reforma Trabalhista somam-se a uma série de medidas neoliberais, tanto no campo político quanto econômico, como a busca pela credibilidade no mercado mundial, a superação do superávit primário dentre uma série de outras medidas que levam à consolidação de frações de classe burguesa dentro desse projeto neoliberal.

2.4 ÉPOCA E VEJA NO GOVERNO LULA: consolidação do projeto hegemônico neoliberal e expansão imperialista

2.4.1 Algumas observações sobre o neoliberalismo: o caso brasileiro

No capítulo 1 focamos a questão do neoliberalismo na América Latina e optamos por dar destaque à situação do Brasil neste capítulo.

Dentre os principais países da América Latina o Brasil foi o último a implementar um projeto neoliberal. Luiz Filgueiras observa que apesar do Brasil ter como referência países da América Latina, o governo de Thatcher, na Inglaterra, de Reagan nos EUA e as instruções de organismos internacionais como o FMI, “*o projeto neoliberal no Brasil foi constituindo e consolidando o seu programa político ... no próprio processo de sua implementação, como*

²²⁰ Privilégios adquiridos. *Veja*, Op. Cit., p. 07.

²²¹ O segundo round. *Época*, Carta do editor. 25/08/2003, p. 18.

resultado das disputas políticas entre as diversas classes e frações de classe”²²². As dificuldades estariam, segundo Filgueiras, relacionadas aos diferentes interesses de classe durante os anos de 1980: de um lado, a defesa do modelo de substituição de importações (MSI), e de outro a mobilização das classes trabalhadoras, manifestada na constituição do “*Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT) e na realização de cinco greves gerais entre 1983 e 1989*”²²³.

Apesar das mobilizações dos trabalhadores ocorridas na década de 80, não foi possível a criação um novo projeto de sociedade de cunho democrático e popular, o que “*acabou possibilitando, em determinado momento (a partir da eleição de Fernando Collor em 1989), a unificação das diversas frações do capital [apesar de suas disputas internas e contradições] em torno do projeto neoliberal*”²²⁴.

Até o final da década de 1980 o interesse das “frações de classe do bloco dominante”²²⁵ tentava reviver as políticas do “decadente” MSI. Em contrapartida, no meio acadêmico (de oposição heterodoxa) e empresarial criava-se um novo modelo neodesenvolvimentista²²⁶ contrário ao MSI.

Com o fracasso do Plano Cruzado – bem como os demais planos que se seguiram na segunda metade da década de 1980 – e ao longo dos embates travados na Assembléia Constituinte (1986-1988), o projeto neoliberal foi se desenhando e se fortalecendo, passando do campo meramente doutrinário para se constituir em um programa político, com a formação de uma percepção, entre as diversas frações do capital, de que a crise tinha um caráter estrutural e, portanto, que o MSI havia se esgotado e que o projeto

²²² FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: ARCEO, Enrique; BASUALDO, Eduardo M.. *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. 1ª. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO, 2006, p. 180. (nota de rodapé).

²²³ Id., p. 181.

²²⁴ Id.

²²⁵ Esse conceito tem como origem o pensamento de Nicos Poulantzas e é usado por Filgueiras. “Conceitualmente, o bloco dominante na sociedade é composto, em cada conjuntura, por distintas classes e frações de classes, assumindo uma delas a posição de liderança e hegemonia no seu interior, que se caracteriza pela capacidade de unificar e dirigir, política e ideologicamente, as demais a partir de seus interesses específicos, transformados e reconhecidos como parte dos interesses gerais do conjunto do bloco”. Nesse sentido a imprensa, vista como aparelho privado de hegemonia, é fundamental para a formação e a manutenção de uma visão de mundo hegemônica. Id. (nota de rodapé).

²²⁶ O modelo neodesenvolvimentista, segundo Bianchi, expressava a “reforma do sistema financeiro, subordinando-o ao financiamento do desenvolvimento; controle público das empresas estatais, ‘preservando a capacidade produtiva dos setores estratégicos fundamentais (insumos básicos, energia, petroquímica, mineração e telecomunicações), cujo desempenho eficiente é fundamental para a expansão do parque industrial brasileiro’ e fechando as estatais deficitárias; uma política industrial que privilegiasse os setores capazes de irradiar novas tecnologias e permitisse avançar no processo de substituição de importações; uma política de investimentos estatais que maximizasse a geração de empregos, e ‘uma nova atitude na regeneração da dívida externa’”. *Apud* FILGUEIRA, Luiz. *O neoliberalismo no Brasil*. Op. Cit. p. 182.

neodesenvolvimentista era incapaz de responder os problemas por ela colocados²²⁷.

Assim, o liberalismo a partir de 1990 com o governo Collor inaugura uma fase da história brasileira, denominada por Filgueiras de “Era Liberal”, pois

apesar da existência de algumas iniciativas nesse sentido, durante o governo Sarney, e de uma já forte massificação e propaganda dessa doutrina nos meios de comunicação de massa, havia uma forte resistência à mesma, calcada principalmente, na ascensão política, durante toda a década de 1980, dos movimentos sociais e do movimento sindical. A Constituição de 1988, apesar de seus vários equívocos, foi a expressão maior dessa repulsa da sociedade brasileira, por isso mesmo, ela foi alvo privilegiado tanto do Governo Collor quanto do governo Cardoso, que recolocou, mais tarde, o projeto liberal nos trilhos²²⁸.

Filgueiras observa que o projeto político neoliberal brasileiro organizou de maneira distinta as relações políticas entre as várias frações de classe na sociedade brasileira. Pois, além de possibilitar a transnacionalização dos grandes grupos econômicos nacionais e fragilização financeira do Estado brasileiro, possibilitou uma crescente subordinação da economia nacional frente aos fluxos internacionais de capitais. Desta forma observa-se uma nova configuração hegemônica das frações dominantes²²⁹, que formam um novo bloco dominante:

o capital financeiro internacional – expresso na movimentação dos fundos de pensão, dos fundos mútuos de investimentos e dos grandes bancos dos países desenvolvidos -; os grande grupos econômico-financeiros nacionais, que conseguiram sobreviver até aqui, ao processo de globalização, em função de sua capacidade competitiva ou através da associação (subordinada) com capitais estrangeiros; e o capital produtivo multinacional (associado ou não ao capital nacional). Todos eles tendo aumentado suas respectivas influências no bloco dominante²³⁰.

²²⁷ Id., p. 183.

²²⁸ Id., p. 183.

²²⁹ Filgueiras ressalta que: “Na formulação gramsciana, a classe ou fração de classe hegemônica é aquela que ocupa/exerce o lugar/função mais estratégico(a) e decisivo no modo de acumulação num determinado período histórico e, a partir de seus interesses específicos – econômicos e políticos -, consegue soldar organicamente (compatibilizar) os interesses das demais frações do capital, de forma que a sua dominação é aceita (consentida) por estas últimas. Quando a fração de classe hegemônica consegue também expressar e articular os interesses das frações de classe subalternas, essa hegemonia se estabelece sobre o conjunto da sociedade, obtendo-se, assim, um consenso. Segundo Gramsci, quando isso ocorre, o grupo social hegemônico afirma sua capacidade de liderança e direção política, intelectual e moral”. Id., p. 183 (nota de rodapé).

²³⁰ Id., p. 183-4.

Tendo em vista essa nova formatação do poder nas mãos dos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais: do capital financeiro, da indústria, agricultura, comércio e serviços, buscaremos analisar a relação das revistas *Época* e *Veja* com o neoliberalismo e a expansão imperialista, que nesse capítulo tem como foco a importação de capitais.

2.4.2 Importação de capital: multinacionais e capital financeiro

Theotonio dos Santos descreve as multinacionais como “célula do imperialismo contemporâneo”²³¹. Tendo escrito esta obra em 1977, num contexto distinto dos dias de hoje, o autor não levou em consideração, em suas análises, a relevância e domínio do capital financeiro. No entanto, suas observações são fundamentais para as análises críticas em torno das multinacionais.

As multinacionais têm um papel de destaque nas revistas *Época* e *Veja*, ocupando uma série de páginas, onde são apresentadas como fundamentais para a sociedade brasileira. As contradições que os monopólios estrangeiros geram não são relatadas pelas revistas acarretando um processo de ocultação por parte da imprensa²³². Vejamos o caso de *Época*.

O subtítulo da matéria da revista *Época* de 30/06/2003 traz o seguinte enunciado: “empresas modernas e custos baixos levam grupos estrangeiros a produzir aqui para vender no Exterior”²³³, já na matéria encontramos a seguinte fala:

O plano do governo brasileiro de aumentar as exportações ganhou um aliado importante. Grandes empresas multinacionais com filiais por aqui começaram a mudar suas operações locais para vender mais no exterior. O movimento iniciou-se como uma alternativa ao crescimento fraco da economia local, mas seus primeiros resultados foram tão bons que o improvisado virou estratégia. O **Brasil está se transformando em plataforma de exportação para grupos internacionais**, em setores nos quais provou ter boa qualidade de produção e custos mais baixos que nos países ricos²³⁴.

Nessa reportagem *Época* apresenta o que seria um grande negócio para o Brasil: instalação de empresas estrangeiras que usam o Brasil como plataforma de exportação de seus produtos. Dentre os setores que a revista destaca, encontram-se três: o grupo europeu de

²³¹ SANTOS, Theotônio dos. *Imperialismo e corporações multinacionais*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

²³² Sobre as multinacionais no caso específico de *Veja*, ver: RAUTENBERG, Edina. *Veja e as multinacionais no Brasil (1968-1975)*. Trabalho de Conclusão de Curso em História, UNIOESTE/MCR, 2008.

²³³ Produto tipo exportação. *Época*. 30/06/2003, p. 52.

²³⁴ Id., p. 52. Grifos meus.

siderurgia Arcelor, que “*escolheu o país como sua principal base global para exportações*”²³⁵ e que possui uma fábrica de siderurgia em Vega do Sul, Santa Catarina; o grupo têxtil da Espanha, Zara²³⁶; e o setor automobilístico. Sobre este último *Época* destaca que:

em 1997, no auge da euforia pós-Real, o mercado brasileiro consumiu 2 milhões de carros e todos os grandes grupos globais resolveram investir aqui. A capacidade de produção saltou para 3,2 milhões de veículos por ano, mas o mercado recuou para 1,5 milhão. Exportar foi a solução. A Volkswagen vendeu mais carros para o Exterior entre 2000 e 2002 do que nos 10 anos anteriores²³⁷.

Podemos observar que a revista vê as multinacionais como um grande aliado para o crescimento econômico do país. Como prova do entusiasmo de *Época* podemos citar uma foto apresentada na matéria que traz a seguinte legenda: “*BOA NOTÍCIA: Guy Dollé, da Arcelor conta para Lula por que escolheu o Brasil*”²³⁸.

No processo de análise da revista *Época*, observamos uma grande quantidade de matérias sobre o setor automobilístico²³⁹. Doze foram as matérias levantadas na revista, onde classificamos em três grupos principais: o **primeiro grupo** (que soma metade das matérias) são matérias que tratam de como as montadoras estão elaborando suas estratégias de vendas²⁴⁰, para aumentar suas fatias de mercado, que vai desde: a) criação de novos modelos de carros (como é o caso dos carros conhecidos como “*compacto premium*”); b) retorno ao mercado de modelos de carros consagrados no passado, como é o caso do Mustang da Ford; c) elaboração de carros específicos para o público feminino, citando como exemplo a Volvo; d) destaque para a empreitada de produzir motores não tão difundidos, como é o caso da Volkswagen, que passou a aumentar a fabricação de ônibus e caminhões.

O **segundo grupo** diz respeito a assuntos que tratam sobre os desafios encontrados pelas montadoras no mercado²⁴¹. Sobre essa questão destacamos: a) entrevista de Rogelio

²³⁵ Id., p. 52

²³⁶ “A Zara Brasil faz parte de um grupo de distribuição de roupas que está presente em todo o mundo, conhecido por Inditex, atualmente é o um dos maiores grupos do ramo da moda, focado principalmente em moda feminina, pois sem dúvida as mulheres são as maiores consumidoras de moda, em todo o mundo, não só através de roupas mas também sapatos e acessórios de moda. No geral as mulheres fazem o mundo da moda girar, comprando roupas e mais roupas femininas”. Disponível em: <http://zarabrasil.net/> Acessado: 29/05/2011.

²³⁷ Id., p. 53.

²³⁸ Guy Dollé na época era presidente mundial do Grupo Arcelor. Id., p. 53.

²³⁹ Sobre a indústria automobilística nas páginas de *Época*, ver: APÊNDICE 2 – Quadro 3.

²⁴⁰ O título das matérias que tratam sobre as estratégias de venda são: *A vez dos compactos*; *A volta de um mito*; *Carro de Mulher*; *O desafio da GM*; *O caminhoneiro da Volks e Fiat renova a frota*.

²⁴¹ O título das matérias que tratam sobre os desafios encontrados no mercado pelas montadoras são: *O mercado interno encolheu*; *A hora da tesoura* e *Os novos desafios*.

Golfarb, presidente da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), que assim como *Época* está “preocupado” com o Brasil, pois o país corre o risco de ficar “*fora da rota dos novos investimentos do setor automotivo*”²⁴²; b) além de tratarem de assunto que envolvem os desafios enfrentado pelas montadora, como a redução de vendas no mercado interno, cortes nos gastos, dentre outros.

O **terceiro grupo** são matérias entusiastas, que mostram o que “deu certo”²⁴³, como: a) desenvolvimento de modelo de carros 100% nacional, onde se leva em conta o gosto do público local; b) o exemplo do funcionário que “triunfou”, como é o caso de Antonio Maciel Neto, que deixou a presidência da Ford em São Bernardo do Campo, para ser vice-presidente mundial da Ford, em Detroit; e c) e os exemplos que as montadoras nacionais podem dar para as demais, como foi com a Ford Brasil, que em momentos de crise financeira internacional, vendeu bem mais que as demais montadoras no restante do mundo.

No caso de *Veja* encontramos um número inferior de matérias (num total de três) sobre a indústria automobilística²⁴⁴. A primeira diz respeito ao mercado de carros de luxo, visto como um grande potencial de vendas no Brasil e cita como exemplo a BMW. A segunda reportagem trata de Luca Di Montezemolo (novo presidente mundial da Fiat), visto pela revista, como a personificação do capital. *Veja* o compara com um “desses heróis de que a história capitalista está cheia”²⁴⁵. Como observa Carla L. Silva, “*os grandes capitalistas são expostos por Veja como sendo verdadeiros exemplos de pessoas que ‘deram certo’, ‘alcançaram o sucesso’, o que ocorre em sintonia com a naturalização da riqueza*”²⁴⁶.

A última matéria levantada em *Veja*, sobre a indústria automobilística, fala sobre os desafios de montadoras, como a GM e Ford, que devido à série de crises financeiras mundiais, “*são consideradas empresas de alto risco nos EUA*”²⁴⁷.

Luis Paulo Bresciani mostra o processo de consolidação da indústria automotiva no Brasil, que surgiu em 1950, e passou por um processo de reestruturação nos anos seguintes (com destaque para os anos de 1990), tanto no que diz respeito à produção, quanto em sua relação com a organização sindical. Bresciani apresenta como a indústria automotiva,

²⁴² Os novos desafios. *Época*. 11/10/2004.

²⁴³ As matérias referentes a esse grupo são: *Carro à brasileira; Do ABC para Detroit e A filial que ensina a matriz*.

²⁴⁴ Sobre a indústria automobilística nas páginas de *Veja*, ver: APÊNDICE 2 – Quadro 4.

²⁴⁵ Outro herói capitalista. *Veja*. 06/06/2004.

²⁴⁶ SILVA, Carla Luciana Souza da. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)*. Op. cit. p. 384.

²⁴⁷ Namoro com o precipício. *Veja*. 11/05/2005.

principalmente nos anos 1990, foi aos poucos reduzindo o poder da força sindical, e conseguindo aprovar medidas favoráveis ao setor automotivo²⁴⁸.

De um modo geral, podemos destacar que as revistas *Época* e *Veja*, apesar dos altos e baixos da economia nacional e internacional, buscam enfatizar as grandes conquistas das montadoras de carros no Brasil. As matérias que dizem respeito aos momentos de crise enfrentada pela indústria automotiva, por exemplo, geralmente vem acompanhadas de alguma “orientação” de como o governo deve “agir” para que essas dificuldades sejam reduzidas, e o crescimento passe a ser contínuo²⁴⁹.

Assim como em *Época*, o capital imperialista multinacional tem grande destaque em *Veja*. Segundo a matéria de 06 de agosto de 2003:

O Brasil parece estar em um desvio na rota dos negócios internacionais. Nos primeiros anos após o Plano Real, a abertura da economia e a privatização fizeram o Brasil disputar com outros países emergentes o posto de principal destino dos investimentos estrangeiros. Em 2000, entraram no Brasil 32,7 bilhões de dólares, um recorde histórico. O tempo dos investimentos gordos acabou. Neste ano, as empresas estrangeiras devem colocar no Brasil 8 bilhões de dólares, uma queda de cerca de 50% em relação ao ano passado. Embora o problema seja global, o Brasil proporcionalmente perdeu mais que outros emergentes. O México terá recebido no fim do ano 80% do volume de investimentos no país em 2002. A China e a Polônia, dois adversários do Brasil na disputa por dólares, devem receber o mesmo montante do ano passado²⁵⁰.

Mais adiante a revista traz a opinião do professor da Universidade de Princeton, Alexandre Scheinkman²⁵¹, onde diz que o baixo investimento estrangeiro no Brasil se deve pelas “incertezas domésticas”, cerca de 60%, e 40% devido ao “desaquecimento global”.

²⁴⁸ Ver: BRESCIANI, Luis Paulo. Os desejos e o limite: reestruturação industrial e ação sindical no complexo automotivo brasileiro. In: LEITE, Marcia de Paula. (org.). *O trabalho em movimento: reestruturação e sindicatos no Brasil*. Campinas, SP: Papius, 1997.

²⁴⁹ Compreendemos que as discussões sobre a relação entre *Época* e *Veja* e a indústria automobilística está longe de ser encerradas, por exemplo, acreditamos que para melhor compreensão da relação entre *Época* e *Veja* com o setor automotivo, seria enriquecedor para o trabalho aqui desenvolvido, realizar um levantamento publicitário nas revistas sobre a propaganda das montadoras em ambos os periódicos, mas devido a questões metodológicas, não iremos realizar tal análise. No caso de *Veja*, Carla Luciana Silva apresenta no CAPÍTULO 2 – *Veja*: ação partidária e programa intelectual, tópico 2.5 – A publicidade: sustentando a economia de mercado, um levantamento dos anunciantes de *Veja*. A partir desse levantamento podemos destacar que as montadoras de automóveis estão entre os maiores anunciantes da revistas. A Volkswagen, por exemplo, além de ser o maior anunciador dentre as montadoras, é a empresa que mais anunciou em *Veja*, durante o período estudado, assumindo o primeiro lugar entre os anunciantes. Além da Volkswagen, encontramos entre os 20 maiores anunciantes: *Ford* (3º posição); *General Motors* (7º posição); *Renault* (13º posição) e *Fiat* (16º posição). Ver: SILVA, Carla Luciana Souza da. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)*. Op., Cit., p. 149.

²⁵⁰ Um desvio de rota. *Veja*. 06/08/2003, p. 108.

²⁵¹ Os intelectuais têm um papel bem determinante dentro da imprensa. Para Carla L. Silva, “uma das formas criadas para se legitimar é abrir espaços para opinião, como se fossem espaços para divergência, nos espaços

Quanto às “incertezas domésticas”, podemos observar que tal discurso enfatiza a necessidade do Brasil de se enquadrar à lógica do capital internacional, dentro dos limites das políticas neoliberais.

Já em 27 de agosto de 2003, podemos encontrar uma matéria intitulada *Uma nova agenda*, com o subtítulo: “*o pai do Consenso de Washington faz autocrítica e sugere novas estratégias para a América Latina*”²⁵². Nela *Veja* divulga o novo trabalho do economista inglês John Williamson, que buscou fazer um balanço das medidas adotadas no passado pelas economias da América Latina²⁵³.

Nogueira Batista destaca que “*o ideário neoliberal já havia sido, contudo, apresentado de forma global pela entidade patrocinadora da reunião de Washington - o ‘Institute for International Economics’*”²⁵⁴.

Veja destaca que Williamson identificou três falhas na “agenda original”²⁵⁵ do Consenso: a primeira falha ocorre do “*fato de não ter pesado a possibilidade de ocorrência de crises externas desestabilizadoras, como as da Rússia, do México e da Ásia*”; a segunda falha é devido a baixa ênfase dada aos fatores institucionais, onde Williamson salienta que “*os países desenvolvidos têm em comum é uma democracia que funciona, um Legislativo que cria regras e um Judiciário que faz com que elas sejam cumpridas*”; e a terceira residia no erro de “*acreditar que os sérios problemas de distribuição de renda e a penúria se resolveriam pela subida da maré econômica*”²⁵⁶.

Veja assinala que Williamson traz uma nova proposta para os países da América Latina, onde o “novo consenso”, “*incluiria uma agenda institucional e outra de combate à iniquidade – as quais em nenhum momento são incompatíveis com a boa gestão econômica proposta no modelo original*”²⁵⁷.

concedidos a colonistas, mas que acabam mantendo o tom monocórdio do restante da revista”. In: SILVA, Carla Luciana. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)*. Op. Cit., p. 132.

²⁵² Um nova agenda. *Veja*. 27/08/2003, p. 108.

²⁵³ Sobre o Consenso de Washington, Paulo Nogueira Batista destaca que: “em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos Funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados – FMI, Banco Mundial e BID - especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo ‘Institute for International Economics’, sob o título ‘Latin American Adjustment: howmuch has happened?’, era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. Às conclusões dessa reunião é que se daria, subseqüentemente, a denominação informal de ‘Consenso de Washington’”. Ver: BATISTA, Paulo Nogueira O consenso de Washington. In: BATISTA JR, Paulo Nogueira. *Paulo Nogueira Batista: pensando o Brasil : ensaios e palestras*. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 115-16.

²⁵⁴ Id., p. 116.

²⁵⁵ Expressão usada pela própria revista para definir o conjunto de ideias que girou em torno do Consenso de Washington.

²⁵⁶ Um nova agenda. *Veja*. 27/08/2003, p. 108.

²⁵⁷ Id.

As práticas políticas adotadas através do Consenso de Washington são retratadas como sinônimo de boa gestão econômica, mas que deveria passar por algumas alterações (acima citadas), que “*de certa maneira, o governo de Fernando Henrique Cardoso já estava preocupado com todas essas questões, e o de Lula parece que também vai encarar os mesmos desafios*”, diz Williamson a *Veja*, que segundo a revista “*tem um carinho especial pelo Brasil*”.

A conclusão a que se chega no fim do livro é que o receituário de Williamson perdeu o caráter polêmico que tinha catorze anos atrás. Somando-se as propostas originais com a nova agenda social e institucional, pode-se dizer que há ali nada que o atual governo de esquerda do Partido dos Trabalhadores não subscreva. O consenso de Washington poderia ser chamado, sem nenhum problema, “*Consenso de Brasília*”²⁵⁸.

Podemos afirmar que houve a busca por criação de consentimento em torno das ideias que foram formuladas em novembro de 1989. O capital-imperialismo não se impõe somente através da força, da coerção, mas também por formas educativas e pedagógicas, forjando um discurso hegemônico. Nesse sentido as revistas *Época* e *Veja* se mostram eficientes na defesa dos interesses do grande capital. Não estamos afirmando que esse consentimento se deu de maneira passiva, sem contestação por parte dos movimentos sociais que se opunham as práticas políticas e econômicas do Consenso de Washington. No entanto, afirmamos, que *Veja*, buscou tornar as consequências do Consenso de Washington brandas ao dar voz ao “pai do Consenso”. *Veja* realiza uma interpretação nociva das consequências promovidas pelo Consenso de Washington ao longo dos anos em que ele esteve em prática (presente, com suas diferenças, em governos como o de FHC e no Partido dos Trabalhadores). *Veja* ao refazer uma releitura das ideias originais do Consenso de Washington, buscou colocar na “ordem do dia” ações não pensadas em 1989, mas que quatorze anos depois passam a fazer parte do discurso neoliberal, como é o caso de se pensar em uma “*nova agenda social e institucional*”²⁵⁹.

O que o Consenso de Washington propôs foi a consolidação de uma postura subalterna para os países da América Latina. Estados Unidos e instituições financeiras ditavam como deveria ser organizada a economia e política dos países do continente latino americano²⁶⁰.

²⁵⁸ Id.

²⁵⁹ Um nova agenda. *Veja*. 27/08/2003, p. 108.

²⁶⁰ Paulo Nogueira Batista fala que organizações mundiais criavam documentos específicos para o Brasil, onde orientava como deveria ser a inserção do Brasil no cenário internacional. Um documento criado pelo Banco Mundial, por exemplo, chamado de “*Trade Policy in Brazil: the Case for Reform*”, relatava que tal inserção deveria ser através da revalorização da agricultura de exportação. Tal discurso teve foi endossado pela Fiesp, o

No campo social Paulo Nogueira Batista assinala que

O “Consenso de Washington” não tratou tampouco de questões sociais como educação, saúde, distribuição da renda, eliminação da pobreza. Não porque as veja como questões a serem objeto de ação numa segunda etapa da liberalização econômica. Isto é, deverão emergir exclusivamente do livre jogo das forças da oferta e da procura num mercado inteiramente autoregulável, sem qualquer rigidez tanto no que se refere a bens quanto ao trabalho. Um mercado, enfim, cuja plena instituição constituiria o objetivo único das reformas²⁶¹.

As adaptações ao “mundo globalizado” onde têm-se o predomínio das grandes multinacionais e do capital financeiro, são apresentadas por *Época* e *Veja* como benéficas e necessárias. Para que isso aconteça é preciso adotar uma série de políticas econômicas e sociais de orientação liberal que parte de organizações internacionais como o FMI e o Banco Mundial.

No caso das multinacionais, a ênfase dada a este mundo corporativo é grande. O capital estrangeiro que aqui se instalou é apresentado sem suas contradições. François Chesnais destaca que para que isso ocorra,

é preciso que a sociedade se *adapte* (está é a palavra-chave, que hoje vale como palavra-de-ordem) às novas exigências e obrigações, e sobretudo que descarte qualquer idéia de procurar orientar, dominar, controlar, canalizar esse novo processo. Com efeito, a globalização é a expressão das ‘forças de mercado’, por fim liberadas dos entraves nefastos erguidos durante meio século. De resto, para os turiferários da globalização, a necessária adaptação, pressupõe que a liberalização e a desregulamentação sejam levadas a cabo, que as empresas tenham absoluta liberdade de movimentos e que todos os campos da vida social, sem exceção, sejam submetidos à valorização do capital privado²⁶².

Um processo de ocultação é realizado, onde se busca selecionar o que o leitor precisa saber levando o mesmo à indução²⁶³, direcionando-o a ver o mundo não como ele é, mas como as revistas querem que ele veja, contribuindo e sendo fundamental para a adaptação do sujeito às leis do capital.

que acarretava “uma inversão do processo nacional de industrialização, como se a vocação do Brasil, às vésperas do século XXI, pudesse voltar a ser de exportador de produtos primários, como o foi até 1950”. In: BATISTA, Paulo Nogueira. O consenso de Washington. Op. Cit., p. 117.

²⁶¹ Id., p. 123-24.

²⁶² CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Op. cit. p. 25.

²⁶³ Essa afirmação merece uma ressalva, uma vez que teríamos que fazer um estudo aprofundado de recepção por parte do público e os feitos que as revistas exercem na sociedade, porém partimos do pressuposto, que essa é a intenção das revistas, fazer com que o público acredite na verdade criada por elas: *Época* e *Veja*. Ver: ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. Op. cit.

Ao longo do período analisado, uma série de matérias é direcionada a destacar a ação dos grupos estrangeiros no Brasil²⁶⁴. No total foram catalogadas 31 matérias em *Época* (14 reportagens) e *Veja* (17 reportagens) sobre os grupos estrangeiros.

Os assuntos das matérias são bem diversificados. Dentre eles, encontramos matérias que tratam como as empresas multinacionais estão organizando suas estratégias de vendas no Brasil, que tem como objetivos a consolidação, ou aumento de mercado²⁶⁵.

Podemos visualizar essa afirmativa através de como algumas das noticiais são apresentadas: *“Como a Coca-Cola usou das velhas garrafas de vidro para barrar o avanço das tubainas e voltar a ganhar dinheiro no Brasil”*²⁶⁶; *“Gerente-geral da Louis Vuitton revela como se constrói uma grife de luxo e diz que países como o Brasil, a China e a Índia são prioridades para a companhia no momento”*²⁶⁷; *“Empresa quer dobrar mercado fotográfico brasileiro e planeja fabricar câmeras digitais no país”*²⁶⁸; *“Para dar seguimento a sua fome de crescimento, a Lenovo escolheu o Brasil como um dos oito mercados mais estratégicos para a companhia”*²⁶⁹; *“A L’Oréal, o maior produtor de cosméticos, sabe que as mulheres não são todas iguais”*²⁷⁰; *“Os mexicanos da Del Valle chegaram ao Brasil há seis anos, lideram o mercado e agora ataçam a gana dos concorrentes”*²⁷¹; *“Nos últimos cinco anos, a venda de motos cresceu 75% no Brasil”*²⁷².

Quem também ganha muito destaque nas revistas, dentro do período analisado são as companhias de telefonia, que somam seis matérias ao todo. Escolhemos três trechos de matérias para demonstrar como o campo da telefonia aparece em *Época* e *Veja*: *“Empresas americanas e européias entram em confronto pelo controle da telefonia celular no Brasil”*²⁷³; *“A Telmex leva a Embratel e se consolida como o terceiro grupo de telefonia do país”*²⁷⁴; *“O magnata mexicano comprou a Embratel por quase a metade do valor pago na privatização”*²⁷⁵.

²⁶⁴ Sobre os investimentos estrangeiros em *Época* e *Veja*, ver: APÊNDICE III – Quadros 5 e 6.

²⁶⁵ Como exemplos citamos as reportagens de *Época*: *O passado venceu; Luxo de emergentes; A ousadia da Kodak; O apetite dos chineses*. Em *Veja* destacamos: *Muito além do BATOM; Eles ensinaram o Brasil a beber suco; O sucesso em duas rodas*.

²⁶⁶ O passado venceu. *Época*. 23/08/2004.

²⁶⁷ Nessa reportagem também é possível visualizar a afirmação de um padrão de vida baseado na riqueza. *Luxo de emergentes*. *Época*. 13/09/2003.

²⁶⁸ A ousadia da Kodak. *Época*. 14/03/2005.

²⁶⁹ O apetite dos chineses. 02/01/2006.

²⁷⁰ Muito além do BATOM. *Veja*. 08/01/2003.

²⁷¹ Eles ensinaram o Brasil a beber suco. *Veja*. 15/01/2003.

²⁷² O sucesso em duas rodas. *Veja*. 16/07/2003.

²⁷³ Duelo de morte na telefonia. *Época*. 07/04/2003.

²⁷⁴ O olé dos mexicanos. *Época*. 03/05/2004.

²⁷⁵ Slim fez o 21 da Embratel. *Veja*. 24/03/2004.

No Brasil o mercado de telecomunicações é rentável, salientamos que “*a venda das Teles no Brasil foi o maior processo de privatização realizado no mundo, num montante de R\$ 85 bilhões, desde o governo Collor até agora*”²⁷⁶.

Época e *Veja* assumem um tom monocórdio em relação às empresas de telecomunicação, apresentando suas “aventuras” em território brasileiro na disputa e consolidação pelo mercado nacional.

Outro grupo que chama bastante a atenção, devido ao número de matérias (seis no total), é o grupo norte americano Wal-Mart. *Época* destaca que o grupo de varejo norte americano é tido como uma referência para medir “*o pulso da economia*”²⁷⁷ olhando para os números (em lucros) do Wal-Mart. *Veja* chega a mencionar que o grupo está “*revolucionando o capitalismo*”:

A Wal-Mart leva a máxima do corte de custos a níveis desconhecidos e ganha consumidores, mas também críticas... Por seu tamanho colossal, obsessão pelo corte de custos, ganhos de produtividade, baixos salários pagos aos funcionários e dura negociação com fornecedores, a Wal-Mart tornou-se um dos dínamos do império americano²⁷⁸.

Observamos que *Veja* chega até mencionar as críticas feitas ao Wal-Mart, porém a revistas não registra quais são estas críticas, o que, por sua vez, desqualifica sua importância.

Sobre a forma de reduzir custos, que acaba atingindo diretamente os trabalhadores, a revista apresenta um discurso otimista em relação ao modo como a Wal-Mart consolidou sua posição no capitalismo global. Seu lema de negócios é: “*preços baixos todos os dias*”. Com esse lema, o Wal-Mart se tornou uma das maiores corporações mundiais. Destacamos que os altos lucros alcançado pelo Wal-Mart, “*é oriundo de um regime de baixos salários, disciplinas de trabalho rígida e controle administrativo centralizado (até mesmo a temperatura em cada uma das mais de 3500 lojas do Wal-Mart nos EUA é controlada por sua sede em Bentonville, Arkansas)*”²⁷⁹.

Stephen Gill observar que a “*exploração dos resultados do trabalho acarreta uma enorme transferência de riqueza e recursos a esta plutocracia, apesar dos donos do Wal-Mart argumentarem, indiscutivelmente, que isso exemplifica a eficiência do capitalismo*”²⁸⁰.

²⁷⁶ PT: Informativo Semanal da Bancada Estadual do Rio Grande do Sul. Número 134, Ano 05, Maio /1999, p. 01.

²⁷⁷ O varejo no poder. *Época*. 21/07/2003.

²⁷⁸ A reinvenção do capitalismo. *Veja*. 14/01/2004.

²⁷⁹ GILL, Stephen. As contradições da supremacia dos EUA. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin. (Orgs.). *O império reloaded*. 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO, 2006 (Socialist Register, 2005), p. 41.

²⁸⁰ Id., p. 42. Grifos meus.

A eficiência do capitalismo anunciada pelos donos do Wal-Mart sofre uma série de denúncias, principalmente, no que diz respeito às condições de trabalho de seus funcionários. Como exemplo de tamanha exploração e contradição, Arturo Balderas Rodríguez relata a discriminação sexual promovida pelo grupo estadunidense:

La suprema corte de Estados Unidos emitió esta semana un fallo favorable a la corporación Wal-Mart en su disputa con un millón y medio de trabajadoras que la acusaron de discriminación sexual en las condiciones de trabajo, específicamente en su política salarial y oportunidades de ascenso. La decisión de la corte se dividió en dos partes: en la primera fue unánime en contra del derecho de las trabajadoras a demandar a la empresa conjuntamente ("*class action*"); en la segunda, el asunto específico de la discriminación sexual, no hubo unanimidad. En esta parte los cuatro jueces liberales, de los nueve que integran la corte, dieron la razón a las demandantes, y los cinco jueces conservadores concedieron la razón a la empresa²⁸¹.

Podemos observar o trabalho do governo dos EUA na defesa dos interesses da corporação. Como observa Gill, “*a era atual de globalização é dominada pelos esforços dos EUA em estender o império da sociedade civil e garantir o mercado mundial para o domínio do capital*”²⁸², enquanto isso, observamos

um tipo de revolução na relação entre o capital e o trabalho nos EUA, que o neoliberalismo disciplinar quer reproduzir no mundo inteiro. Na verdade, enquanto a classe trabalhadora dos EUA consegue preços baixos todos os dias no Wal-Mart, ela também é arrastada pela sujeição do endividamento e sofre com programas sociais federais mal financiados²⁸³.

A “revolução do capitalismo” promovido pelo Wal-Mart que *Veja* enfatiza com entusiasmo passa por uma série de denúncias. Dentre as principais denúncias, como já foi mencionada, estão as relacionadas com as péssimas condições de trabalho de seus trabalhadores.

Em nenhum momento, as matérias de *Época* e *Veja*, buscam apresentar para seus leitores, as fortes denúncias que o Wal-Mart recebe devido a sua forma exploratória de gerar lucros. No entanto, podemos observar que ambas as revistas trazem matérias enunciando a chegada do grupo ao Brasil.

²⁸¹ Essa é apenas uma das várias denúncias que podemos encontrar e citar. Ver: RODRÍGUES, Arturo Baldera. *Discriminación en Wall-Mart*. Disponível: <http://www.jornada.unam.mx/2011/06/27/opinion/016a1pol> Acessado: 05/07/2011.

²⁸² GILL, Stephen. As contradições da supremacia dos EUA. Op. Cit., p. 44.

²⁸³ Id., p. 42.

Em 07/04/2003, a revista *Época* anunciava: “Leilão do BomPreço decidirá disputa entre Pão de Açúcar, Carrefour e Wal-Mart pela ponta do varejo”, “A especulação de mercado põe na primeira fila da disputa os americanos do Wal-Mart”²⁸⁴, já em 10/03/2004, quase um ano depois, *Veja* noticiava: “A Wall-Mart compra o Bompreço e já é a terceira maior rede no país”²⁸⁵.

Desta forma, destacamos que durante o período analisado, podemos observar uma grande ênfase dada no campo dos serviços, em especial a presença dos supermercados, dentre eles o Wal-Mart no Brasil, que somando as matérias de *Época* e *Veja*, contabilizam seis matérias. Além dos supermercados, na área de serviços também destaque-se os investimentos no campo da telefonia, que também somam seis matérias.

Ainda sobre as importações de capital, somando-se a essas notícias também encontramos matérias que mencionam os “fracassos” de investidores estrangeiros. Como mencionado anteriormente (quando tratamos da indústria de automotores), quando se tem uma situação de insucesso, a “culpa” pelo “fracasso” é geralmente atribuída aos fatores internos ou a crises mundiais²⁸⁶, mas nunca ao desenvolvimento de políticas e formas de organização das próprias empresas.

Durante o processo em que levantamos as matérias, em nenhum momento nos deparamos com matérias que denunciasses as práticas destas empresas no Brasil. Como já mencionado, as contradições inerentes a esse processo de importação de capital são deixadas de lado, uma vez que a garantia do domínio do capital sobre a sociedade é uma prioridade máxima.

Chesnais observa que

o IED (investimento estrangeiro direto) suplantou o comércio exterior como vetor principal no processo de internacionalização; seu papel é tão importante nos serviços como no setor de manufaturas. O IED caracteriza-se por alto grau de concentração dentro dos países adiantados, especialmente os da tríade. Esse acerto de alvo se faz às custas dos países em desenvolvimento (...) Os grupos industriais tendem a se reorganizar como “empresas-rede”. As novas formas de gerenciamento e controle, valendo-se de complexas modalidades de terceirização, visam ajudar os grandes grupos a reconciliar a centralização do capital e a descentralização das operações, explorando as possibilidades proporcionadas pela teleinformática e pela automatização. O grau de interpenetração entre os capitais de diferentes nacionalidades aumentou. O investimento internacional cruzado e as fusões-aquisições transfronteiras

²⁸⁴ O jogo pela liderança. *Época*. 01/09/2003.

²⁸⁵ O Brasil na mira. *Veja*. 10/03/2004.

²⁸⁶ Em uma de suas matérias *Época* escreve: “Gastos altos, poucas descobertas, óleo de pouca qualidade e indefinição fiscal afastam petrolíferas estrangeiras da costa nacional”. In: Acabou-se o encanto. *Época*. 07/07/2003.

engendram estruturas de ofertas altamente concentradas a nível mundial. Sobre essa base, houve o surgimento de oligopólios mundiais num número crescente de indústrias. Constituídos sobretudo por grupos americanos, japoneses e europeus, eles delimitam entre si um espaço privilegiado de concorrência e de cooperação. Esse espaço é defendido contra a entrada de novos concorrentes de fora da área da OCDE, tanto por barreiras de entrada de tipo industrial, quanto por barreiras comerciais regidas pelo GATT. A ascensão de um capital muito concentrado, que conserva a forma monetária, a qual favoreceu, com grandes lucros, a emergência da “globalização financeira”, acentuou os aspectos financeiros dos grupos industriais e imprimiu uma lógica financeira ao capital investido no setor de manufaturas e serviços²⁸⁷.

Podemos observar que além da expansão imperialista no campo da indústria e serviços, Chesnais salienta a expansão do capital financeiro que tem uma autonomia *relativa*, uma vez que os capitais que se encontram valorizados na esfera financeira, porém nasceram e nascem na esfera produtiva.

Para Fontes, estamos presenciando hoje sob uma nova forma de concentração que

deriva do impulso monopólico propiciado pelo estreitamento da relação entre dois tipos específicos de grandes capitalistas (o capitão de indústria e o banqueiro) característico do início (e de boa parte) do século XX., porém desembocou na constituição de imensos conglomerados multinacionais para, finalmente, se encaminhar em direção a uma propriedade quase descarnada do capital, transformando-se num capital-imperialismo tentacular e abrangendo alguns países até então periféricos²⁸⁸.

Foi Marx, durante as décadas de 1860 e 1870, um dos primeiros a observar que o “*capital monetário concentrado vive às custas da criação de riquezas*”. Percebeu ele que havia grande quantidade de capital sob o controle dos banqueiros, permitindo “*que esse capital deixe de ser simples elo de valorização do capital na produção industrial, para se constituir em força independente e ninho de acumulação de lucros financeiros*”²⁸⁹. Para Chesnais os fundos de pensão e os fundos mútuos são os maiores ninhos para acumulação de lucros financeiros.

Independente de seus aspectos de agiotagem como capital que rende juros, o capital monetário concentrado representa “a forma mais alienada, mais fetichizada da relação capitalista”, a forma D-D’ (isto é, aquela em que um

²⁸⁷ CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Op. cit. p. 33. Em relação às siglas: OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio).

²⁸⁸ FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Op. Cti., p. 155.

²⁸⁹ CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Op. cit. p. 33, p. 246.

capital D se fecunda e gera D', sem passar por um investimento produtivo). Essa é a forma de “*o dinheiro que gera mais dinheiro*, um valor que valoriza a si mesmo, sem nenhum processo [de produção e de comercialização de mercadorias] que servia de mediação entre os dois extremos”. “O lucro dos banqueiros não passa de uma retenção sobre a mais-valia que vai depender do grau de centralização e de concentração atingido pelo capital monetário”²⁹⁰.

Num primeiro momento, poderíamos dizer que empresa capitalista tradicional tem como concorrente as sociedades anônimas, sociedades por ações, dando uma nova dinâmica ao capitalismo, onde têm-se grupos de capitalistas que buscam a concentração de capital através da valorização, especulação financeira, sem precisar investir diretamente na indústria. Porém Fontes nos alerta que:

O predomínio do capital monetário em escala internacional se acompanha, pois, da generalização de dois mitos, ambos resultantes de sua percepção unilateral: o de que é na atividade da gestão intelectual (sobretudo na complexa gerência de riscos e de taxas, na gestão internacionalizada de capital monetário) que se produz o lucro e o segundo mito, seu complemento, o de que o trabalho vivo não mais teria qualquer função na vida social²⁹¹.

Esses mitos têm por finalidade negar a origem social do capital monetário, onde buscam-se enfatizar “*a suposição de que haja atividades puramente monetárias, sem envolvimento com os processos produtivos, como um puro produto da multiplicação do capital*”²⁹², desta forma, “*o relativo isolamento dos grandes proprietários de capital monetário (portador de juros) diante do capital funcionante (extrator de mais-valor) não significa a redução deste último, mas sua maior expansão*”²⁹³.

Para Reinaldo Gonçalves, em 2006 a economia do Brasil teria se caracterizado por quatro processos a partir de 1995. O primeiro diz respeito às “*políticas macroeconômicas restritivas e convencionais, principalmente as políticas de juros reais elevados e de aumento da carga tributária*”. O segundo “*abarca as medidas de liberalização e abertura externa nas esferas comercial, produtiva, tecnológica e monetário-financeiro*”. O terceiro processo diz respeito ao baixo desempenho do crescimento econômico e da redução das desigualdades. E o último processo “*trata do avanço e da consolidação da dominação do capital financeiro comandado pelos grandes bancos privados nacionais*”²⁹⁴.

²⁹⁰ Id., p. 246-47.

²⁹¹ FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo*. Op. cit. p. 26.

²⁹² Id., p. 26.

²⁹³ Id., p. 22.

²⁹⁴ GONÇALVES, Reinaldo. Desestabilização macroeconômica e dominação do capital financeiro no Brasil. In: ARCEO, Enrique; BASUALDO, Eduardo M.. *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y*

Reinaldo Gonçalves destaca que desde a década de 1980, o Brasil tem passado por uma série de problemas de “desestabilização macroeconômica”, como inflação, contas externas, finanças públicas, renda, investimento e emprego. Assim, as medidas macroeconômicas têm sido totalmente restritivas, com destaque para 1995.

Essas políticas são reforçadas por políticas tributárias e fiscais restritivas. Neste caso, trata-se tanto do aumento da carga tributária quanto da definição de metas de superávit primário. Ao excluir o pagamento dos juros das metas fiscais, o governo cria um extraordinário mecanismo de transferência de renda do conjunto da população para os rentistas do setor financeiro. Esse mecanismo inibe, ainda mais, o crescimento econômico na medida em que transfere renda de grupos sociais, com elevada propensão a gastar (trabalhadores) para um grupo minoritário rentista do capital financeiro. Os rentistas operam no circuito da valorização financeira lastreada, fundamentalmente, na expansão da dívida pública (dívida mobiliária do governo federal)²⁹⁵.

Para Gonçalves, no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) e o primeiro do Governo Lula (2003-2006), a política macroeconômica foi marcada por:

metas inflacionárias rigorosas que são operadas com juros altos; política fiscal restritiva vinculada a superávits fiscais primários e regime de câmbio flexível que, nos momentos de excesso de liquidez internacional, gera forte sobrevalorização cambial e nos momentos de turbulência externa ou interna provoca abruptas desvalorizações da moeda nacional²⁹⁶.

Para Gonçalves, a economia brasileira passou por péssimo desempenho a partir de 1995, tornando o Brasil mais “*subdesenvolvido nos últimos anos de liberalização, abertura e políticas macroeconômicas restritivas*”²⁹⁷, favorecendo a concentração do capital financeiro como setor dominante no Brasil.

No que concerne ao capital financeiro, encontramos uma série de matérias nas revistas *Época* e *Veja*, tais matérias encontram-se no APÊNCICE IV.

Assim como acontece com o capital produtivo das multinacionais, *Época* e *Veja* tratam dos assuntos que envolvem o capital financeiro de forma natural, onde as contradições geradas a partir do capital financeiro são ocultadas.

experiencias nacionales. 1ª. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO, 2006, p. 207.

²⁹⁵ Id., p. 208.

²⁹⁶ Sobre o governo Lula algumas observações já foram feitas no capítulo, onde o governo deu prioridade pela busca da credibilidade. Id., p. 208.

²⁹⁷ Id.

Podemos encontrar frases nas matérias que confirmam essa afirmativa. Por exemplo, a revista *Época* ao falar sobre o capital financeiro afirma que sua relação com a economia brasileira “virou lua-de-mel” e que “a impressão que o Brasil despertava nos investidores passou da absoluta desconfiança para um nível de confiança sem precedentes”²⁹⁸. Tal afirmação além de acentuar a importância do capital financeiro nas relações econômicas, mostra como o capital financeiro foi fundamental para a busca da credibilidade da economia brasileira durante o governo Lula.

O destaque em que as instituições financeiras ganham no Brasil chegou a proporções tão grandes a ponto de mudar o mapa de negócios dos grandes bancos estrangeiros. Os lucros ganhos em território nacional são tão grandes que chegam a influenciar “o resultado global de grandes corporações, com sedes em países ricos”²⁹⁹, como é o exemplo de bancos como Santander da Espanha e ABN Amro da Holanda.

Os resultados alcançados pelo Brasil foram tão expressivos durante o primeiro mandato do governo Lula a ponto dos investidores estrangeiros investissem de maneira pesada no país, tal acontecimento é exposto com o otimismo por *Época*. Para a revista, “se um país pudesse ser resumido aos indicadores de seu mercado financeiro, o Brasil estaria vivendo grandes momentos”, somente “em agosto, a Bolsa de Valores de São Paulo recebeu um saldo de R\$ 1 bilhão em investimentos estrangeiros”³⁰⁰.

Para além das questões acima citadas, podemos observar pelas matérias destacadas os “grandes feitos” financeiros no mundo e no Brasil, como: a venda da Losango, incentivo ao crédito popular, ênfase na criação do maior banco do mundo (Mitsubishi UFJ Holdings), a boa lucratividade dos bancos no Brasil, privatização de bancos público (como no caso do Banco do Estado do Maranhão - BEM), a formação da “nova safra” de banqueiros.

Entendemos que se faz necessário no ato de proceder à crítica ao capital financeiro, uma maior e profunda análise das mais variadas interfaces de atuação do capital financeiro. Por exemplo, achamos necessária uma análise do capital financeiro com a sociedade civil, para assim compreendermos como tal instituição (os bancos) tornaram-se instituições com um poder de decisão tão grande. Sem falar que não podemos esquecer, como ressalta Fontes, que o capital monetário só é possível de se realizar, “expandindo a atuação funcionante, a extração do mais-valor que o nutre”³⁰¹.

²⁹⁸ Mais uma chance. *Época*. 12/01/2001.

²⁹⁹ Dinheiro a brasileira. *Época*. 12/07/2003.

³⁰⁰ O rico “efeito férias”. *Época*. 08/09/2003.

³⁰¹ FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo*. Op. cit. p. 35.

Através das matérias podemos observar a diversificação que assume o capital financeiro no Brasil, seja pela sua origem, área de atuação ou inserção no mercado nacional.

Armando Boito Jr., destaca que temos no Brasil um capital financeiro que gira em torno dos grandes bancos comerciais – nacionais e estrangeiros – como é o caso dos bancos Bradesco, Unibanco, Itaú, Santander, ABN Amro, Citibank, dentre outros (além dos bancos de investimentos como é o caso do Goldman, citado por *Época*). Em 2005 o balanço dos lucros trazia a notícia de que os cinco maiores bancos do Brasil detinham 69% de todo o lucro do sistema bancário, se levasse em consideração os dez maiores bancos a parcela subiria para 83% de lucros³⁰². Boito destaca que:

No Brasil, grandes bancos e grandes grupos industriais mantêm-se relativamente separados, é uma particularidade brasileira, no quadro da América Latina, é a importância dos grandes bancos nacionais – setor que, aliás, até meados da década de 1990, não apresentava investidores estrangeiros dignos de nota. As demais empresas e instituições que integram o capital financeiro são os bancos estrangeiros comerciais e de investimentos que, sem possuir rede de agências no Brasil, possuem investimentos de curto e longo prazo no país, fundos e investimentos e fundos de pensão nacionais e estrangeiros³⁰³.

Para Boito:

Esse conjunto de empresas e instituições centraliza dinheiro e poupança para lançá-los no *ciclo curto* de valorização do capital (D-D’). No Brasil e em outros países dependentes, esse capital funciona, em grande medida, como capital usurário e predador, o capital dinheiro portador de juro que se valoriza a taxas muito elevadas, sem financiar a produção capitalista – posse de títulos da dívida pública, fornecimento de empréstimos ao consumidor a taxas que chegam a 8% ao mês, empréstimos consignado a taxas ditas *populares*, dirigidos a assalariados e aposentados de baixa renda. Esse mesmo capital funciona, secundariamente no caso do Brasil, como capital indiretamente ligado à produção, quando é capital dinheiro portador de juro por ter sido adiantado na forma de empréstimos ao capitalista ativo, ou capital dinheiro portador de dividendos, quando é utilizado na compra de ações no mercado bursátil³⁰⁴.

Esses bancos têm como função a centralização do capital dinheiro e poupança, lançando-os no “ciclo curto” de valorização, a qual Marx denominou de D-D’, funcionando,

³⁰² BOITO JR, Armando. A burguesia no governo Lula. In: ARCEO, Enrique.; BASUALDO, Eduardo M.. *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. 1ª. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006, p. 207

³⁰³ Id.

³⁰⁴ Id., p. 243-44.

segundo Boito, como capital usurário e predador, que tem um alto grau de valorização, sem investir na produção.

Para que haja essa valorização do capital financeiro, Boito destaca que algumas políticas de Estado são fundamentais, como: a) interação entre mercado financeiro nacional e internacional, através da desregulamentação financeira, conversão de moedas, aplicação livre dos títulos públicos nas bolsas de valores; b) cambio relativamente estável; c) pagamento da dívida pública externa e interna, com alta elevação dos juros, para garantir lucros em torno dos títulos públicos detidos; d) liberdade para o capital financeiro cobrar o quanto achar necessário pelos empréstimos cedidos á capitalistas e consumidores; e) ajuste fiscal, para garantir o pagamento dos juros dos títulos da dívida pública (no caso do Brasil: superávits primários)³⁰⁵.

Boito afirma que podemos falar em “hegemonia do grande capital financeiro” no atual modelo capitalista neoliberal, uma vez que encontramos uma relação estreita entre as entidades financeiras e os governos de FHC e Luis Inácio Lula da Silva.

A política desses governos, de Fernando Henrique Cardoso a Luís Inácio Lula da Silva, vem sendo orientada e plenamente aprovada pelo FMI, Banco Mundial, Febraban e outras instituições. Um indicador significativo desta situação é a simbiose que verifica-se entre os dirigentes dos sucessivos governos do período, principalmente os dirigentes do Ministério da Fazenda e do Banco Central, e os dirigentes do setor financeiro nacional e internacional³⁰⁶.

Podemos concordar com Chesnais, que afirma, junto com vários autores, que o movimento de mundialização é excludente:

O movimento da mundialização é *excludente*. Com exceção de uns poucos “novos países industrializados”, que haviam ultrapassado, antes de 1980, um patamar de desenvolvimento industrial que lhes permite introduzir mudanças na produtividade do trabalho e se manterem competitivos, está em curso um nítido movimento tendente à marginalização dos países em desenvolvimento³⁰⁷.

Seguindo essa linha de raciocínio, e apesar de todo processo de exclusão, podemos pensar no caso do Brasil, como uma exceção de certa forma (conforme mencionou Chesnais), uma vez que o Brasil além de ser um país onde o imperialismo externo buscou se enraizar -

³⁰⁵ Id., p. 244-45.

³⁰⁶ Id., p. 245-47.

³⁰⁷ CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Op. cit. p. 33.

através do capital corporativo com suas multinacionais e os bancos (comerciais e de investimentos) - tem tendências imperialistas, sendo um país que exporta capital, principalmente no campo do capital industrial.

Tal assunto será abordado neste próximo capítulo.

2.5 CONCLUSÕES PARCIAIS

O estudo levantado em torno de algumas questões teóricas a respeito do imperialismo nos possibilitou apresentar neste capítulo, um conceito mais atual do imperialismo, trabalhado e discutido nesta pesquisa, como capital-imperialismo. Tal definição nos ajudou a melhor compreender o posicionamento das revistas *Época* e *Veja* sobre as políticas neoliberais adotadas e praticadas no Brasil (principalmente durante o primeiro mandato do governo Lula), tendo como enfoque principal as importações de capital.

Ao se posicionar a favor do discurso ideológico de “busca pela credibilidade”, *Época* e *Veja* apontam como deve ser o melhor caminho adotado pelo novo governo petista. Um caminho que deve respeitar os compromissos afirmados no governo de FHC com os organismos internacionais, além de continuar implantando uma série de medidas que favoreçam o pleno desenvolvimento do neoliberalismo no Brasil.

Dentro desse “desenvolvimento pleno”, destacamos a atuação dos grupos estrangeiros no Brasil, que encontram espaços em ambas as revistas. Através da ênfase dada as grandes corporações multinacionais, como as montadoras de carros, prestadoras de serviços (Walmart), bem como os grupos financeiros, podemos observar que tanto *Época* quanto *Veja*, agem em consonância com o grande capital internacional.

CAPÍTULO 3

IMPERIALISMO À *BRASILEIRA!* *ÉPOCA* E *VEJA* E A EXPORTAÇÃO DE CAPITAL (2003-2006)

No capítulo anterior nos preocupamos em analisar a relação de *Época* e *Veja* com o capital internacional. Editorial e notícias foram objeto de análise, onde foi possível esboçar uma linha de raciocínio que nos possibilitou compreender o discurso de *Época* e *Veja* no que diz respeito à importação de capitais estrangeiro no Brasil³⁰⁸.

Podemos observar que tal processo se encontrou inserido dentro de um contexto histórico, denominado por Virgínia Fontes de capital-imperialismo. A partir da Segunda Guerra Mundial ocorreu uma reestruturação na conjuntura mundial, os Estados Unidos torna-se a nação hegemônica, juntamente com esse fato, uma série de instituições foi criada para a manutenção da ordem capitalista, como FMI, Banco Mundial dentre outras.

Os países da Tríade (Estados Unidos, Europa e Japão) se encontravam em um estado avançado de acumulação e concentração de capitais, sendo as multinacionais um exemplo deste processo de acumulação.

³⁰⁸ Temos em mente que muitos aspectos desta pesquisa carecem de melhor análise. Entendemos que muitas questões levantadas e afirmadas devem ser melhor problematizadas, por exemplo: quando falamos que o capital internacional (multinacionais e bancos) gerou contradições sociais, desigualdade e exclusão, acreditamos que para comprovar nossa afirmação se faz necessário uma análise de outras sessões das revistas além do editorial e da sessão Economia & Negócios, e principalmente sua confrontação com outras fontes.

Desta forma observa-se que o capitalismo não se limitou apenas em manter suas relações em sociedades “avançadas”, mas também se expandiu para sociedades tidas como “atrasadas”, de capitalismo tardio, como a brasileira³⁰⁹.

Se no capítulo anterior nos debruçamos em torno da relação de *Época* e *Veja* com a importação de capital, este capítulo tem como objetivo realizar o caminho inverso, ou seja, estudar o processo de consolidação do Brasil como país capital-imperialista no início do século XXI. Como sempre salientado, este período corresponde ao primeiro mandato do governo petista. O objetivo da análise gira em torno de compreender as relações do capital-imperialismo brasileiro a partir das revistas *Época* e *Veja*, onde buscamos mostrar como ambas as revistas defendem através da sua ação partidária o modelo capital-imperialista.

A posição do Brasil como país capital-imperialista, bem como a defesa dos interesses burgueses em *Época* e *Veja*, será demonstrada através de estudos específicos como nos casos da Petrobrás, Vale do Rio Doce, Grupo Gerdau dentre outros.

3.1 O BRASIL E A EXPANSÃO CAPITAL-IMPERIALISTA

3.1.2 De “atrasado” a “moderno”: o processo de transição entre o modelo agrário-exportador para urbano-industrial

A partir de 1930 o Brasil passa por mudanças substantivas, tanto no que diz respeito ao modo de produção aqui implantado, como nas novas formas de organização do trabalho e de acumulação capitalista.

No Capítulo 2 de *Critica a razão dualista*³¹⁰, Francisco de Oliveira destaca que a Revolução de 1930 foi relevante em dois aspectos: primeiro, porque possibilitou a derrocada da hegemonia agrário-exportadora, e segundo, porque consolidou o modelo de produção urbano-industrial³¹¹. Observa-se paulatinamente uma mudança de poder na sociedade brasileira, que exigiu uma série de mudanças para atender os interesses da burguesia nacional. Dentre essas mudanças a reformulação do aparelho estatal será determinante.

Para Oliveira o que se realizou foi a introdução de um novo modelo de acumulação capitalista que necessitou de uma série de medidas reguladoras para a consolidação de uma

³⁰⁹ É durante o governo de Juscelino Kubitschek, por exemplo, que chegam ao Brasil as grandes multinacionais de carros, como Volkswagen, General Motors, Mercedes-Benz e Toyota.

³¹⁰ OLIVEIRA, Francisco de. (1972) *Critica à razão dualista/ O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

³¹¹ Oliveira observa que apesar da mudança que ocorre no campo da produção no Brasil, é somente em 1956 que a renda do setor urbano-industrial supera a do setor agrícola. Id., p. 35.

economia de base urbano-industrial. Dentre as medidas mais importantes realizada nesse período, podemos destacar a consolidação da legislação trabalhista, onde foi fixado um valor piso salarial, conhecido como salário mínimo.

O salário mínimo tanto naquele momento, como nos dias de hoje, pode ser interpretado e visto como “salário de subsistência”³¹². Para isso, a participação do Estado se torna fundamental. Porém sua atuação não se limitará apenas à formulação e consolidação de uma legislação trabalhista. O Estado passou a operar uma série de medidas, seja através da *“fixação dos preços, na distribuição de ganhos e perdas entre os diversos estratos ou grupos das classes capitalistas, no gasto fiscal com fins de subsídios a outras atividades produtivas”*³¹³.

Para Oliveira, o que se realizou foi uma ampliação do Estado que se prolonga até o governo Kubitschek. As empresas passaram a contar com uma série de medidas que ajudariam no processo de expansão da produção capitalista industrial. Além das medidas já citadas, foi de fundamental importância para a consolidação do modelo urbano-industrial o

investimento em infra-estrutura, impondo o confisco cambial ao café para redistribuir os ganhos entre grupos das classes capitalistas, rebaixando o custo de capital na forma do subsídio cambial para as importações de equipamentos para as empresas industriais e na forma de expansão do crédito a taxas de juros negativas reais, investindo na produção (Volta Redonda e Petrobras, para exemplificar), o Estado opera continuamente transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema³¹⁴.

Outro fator determinante para a consolidação do modelo urbano-industrial no Brasil, diz respeito ao novo papel da agricultura brasileira. Para Oliveira, a agricultura no Brasil, após 1930 assume uma nova e importante função: primeiro Oliveira constata que a agricultura deveria ser vista como um elemento do “velho mercado”, deixando de ser o setor central do sistema capitalista brasileiro, segundo, que a agricultura também teria que suprir as necessidades do mercado interno, das massas urbanas, *“para não elevar o custo da alimentação, principalmente e secundariamente o custo das matérias-primas, e não obstaculizar, portanto, o processo de acumulação urbano-industrial”*³¹⁵.

³¹² O cálculo do salário mínimo tinha por base atender as necessidades básicas dos trabalhadores - como alimentação - para que os mesmos pudessem ter condições de se manter no posto de trabalho. Deixava-se de lado qualquer critério que buscava levar em consideração a participação nos ganhos (lucros) da produção, por exemplo.

³¹³ Oliveira destaca que um dos papéis do Estado foi de criar a base onde o modelo capitalista urbano-industrial pudesse se assentar, assim, as empresas teriam e encontrariam facilidades para reproduzir-se. Id., p. 40.

³¹⁴ Id., p. 40-41.

³¹⁵ Id., p. 42.

O estudo das questões agrárias no período da transição de uma economia agrário-exportadora para urbano-industrial se torna importante segundo Oliveira, na medida em que possibilita compreender o processo de consolidação de expansão capitalista no Brasil.

Apesar de parecer existir certa dualidade entre o setor agrário-exportador e urbano-industrial, entre o “atrasado” e o “moderno”, não devemos nos limitar a essa interpretação. A consolidação do sistema capitalista no Brasil se deu por via de contradições entre classes e intra-classes. Tais observações foram apontadas por Oliveira e Fontes³¹⁶. Para Virgínia Fontes,

a grande diversidade associativa interburguesa favoreceu uma maior flexibilidade do conjunto das classes dominantes diante de situações de crise, internas e externas, abrindo válvulas de escape e permitindo acordos e ajustes no sentido de impulsionar fronteiras à exploração capitalista, assegurando-se a sobrevivência de setores menos ágeis, amparando-os, confortando uma espécie de retaguarda burguesa interna, ao passo que os setores de ponta encontravam-se libertos de peias para expandir-se.

A constituição de aparelhos privados de hegemonia foi fundamental para defesa de interesses das classes burguesas e agrárias, que possibilitou a consolidação do modelo urbano-industrial.

No que remete ao setor agrícola, por exemplo, encontramos contradições de interesse entre a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB). Enquanto a SNA era formada por grandes proprietários de várias localidades do Brasil e defendiam uma produção agrícola voltada para o mercado interno, a SRB era formada basicamente por proprietários paulistas, voltados principalmente para a exportação³¹⁷.

Apesar das contradições entre os dois grupos, destacamos que os conflitos engendrados pela SNA e SRB “*em última instância, conduziram o processo a expandir as fronteiras da acumulação de capitais e a coligar diferentes formatos de industrialização sem uma ruptura entre o setor agrário e o setor urbano-industrial*”³¹⁸.

Levando-se em consideração esse processo dicotômico entre “atrasado” e “moderno”, a SRB, uma entidade de caráter agro-exportador (principalmente café), cientificista e industrializante, saiu vitoriosa na luta contra a SNA. Fontes salienta que a vitória da SRB

³¹⁶ Ver as obras já citadas: OLIVEIRA, Francisco de. (1972) Crítica à razão dualista. Op. Cit.. FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Op. Cit..

³¹⁷ Sobre a agricultura no Brasil, é de suma importância mencionar as pesquisas e contribuições realizadas pela historiadora Sônia Regina Mendonça que se debruçou nos estudos em torno das questões agrárias no Brasil.

³¹⁸ FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Op. Cit., p. 221.

necessitava de um suporte estatal mais complexo e elaborado do que tinha a SNA³¹⁹. Desta forma,

a industrialização do campo brasileiro modificaria, enfim, a estrutura representativa das diversas frações dessa burguesia e, sem eliminar suas antecedentes, passaria a ter como fulcro outras entidades associativas, como a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), porta-voz do agronegócio estreitamente associado aos grandes capitais multinacionais internacionais, mas agregando em seu interior expressivas parcelas da grande burguesia agroindustrial brasileira³²⁰.

Podemos destacar que a consolidação de um modelo agrícola para o Brasil, foi resultado de interesses políticos distintos e que atendeu de certa forma aos interesses urbano-industriais bem como aos interesses do capital internacional. Desta forma chegamos a nossa primeira indagação: como a agricultura, devido a sua importância, é tratada nas páginas de *Época e Veja*?

O recorte temporal desta pesquisa se limita ao período de 2003 á 2006. Porém, podemos observar, que o modelo agrário que se originou dos conflitos entre SNA e SRB (onde esta última agremiação saiu vitoriosa) tem muita semelhança com o modelo (ou a proposta de se fazer agricultura no Brasil) encontrado nas revistas *Época e Veja*.

Analisando as revistas *Época e Veja* buscamos mostrar que as questões acima apresentadas são verificáveis nas revistas, pois ambas mostram como o desenvolvimento da agricultura brasileira caminhou em direção a uma agricultura agro-exportadora, de alta tecnologia que atendesse tanto o mercado interno e externo. Para que essa afirmação fosse comprovada, buscamos analisar uma série de reportagens em *Época e Veja* referente ao modelo agrícola brasileiro.

Para começar, destacamos uma reportagem da revista *Época* de 28 de abril de 2003, onde mostra que a safra brasileira de soja, pela primeira vez ultrapassou a produção estadunidense:

o Brasil está colhendo agora uma safra recorde de 112,4 milhões de toneladas de grãos. É um estupendo crescimento de 70% num prazo de apenas dez anos. O agronegócio passou a valer R\$ 424,4 bilhões, 29% do Produto Interno Bruto do país. Pela primeira vez na História a exportação brasileira de soja superou a

³¹⁹ Fontes destaca: “A SNA se implantou a partir de extensa rede nacional, com intensa atuação técnica, política e ideológica. Contava com publicações próprias que consolidavam e difundiam uma pauta política, culminando com intensa atividade para a implantação de um aparelho estatal que permaneceu durante muitos anos sob sua direção, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC)...”. Id. p., 221.

³²⁰ Id. p. 221-22

dos Estados Unidos, donos da maior agricultura do mundo. As lavouras daqui já se tornam as mais competitivas em clima tropical³²¹.

Ressaltamos que a produção de soja estadunidense tem como principal destino o mercado interno, apenas o seu excedente é destinado à exportação, o que nos leva a questionar se os dados apresentados pela revistas realmente condizem com a realidade, assim sendo, fica a questão: se somado o total da produção destinada tanto para o consumo interno, quanto para a exportação, o Brasil conseguiria bater o recorde da produção de soja estadunidense?

O que é importante nos ater é sobre a forma como a revista apresenta a questão: o recorde da safra de soja é apresentado como um marco para a agricultura. A manutenção da produção de produtos agrícolas é de longa data defendida para os países em desenvolvimento como o Brasil, vide exemplo das propostas estabelecidas no Consenso de Washington.

A matéria além de ressaltar o aumento da safra brasileira de soja, também enfatiza o trabalho das cooperativas como determinantes, e traz como exemplo a Cooperativa Agropecuária Morãoense:

Criada em 1970 para resolver problemas de armazenamento dos pioneiros, a Cooperativa Agropecuária Morãoense (Coamo) é a principal responsável pelos recordes de safra na região. Hoje no posto de maior cooperativa agrícola da América Latina, ela fatura R\$ 2,2 bilhões. Possui um parque industrial com duas fábricas de esmagamento de soja, refinaria de óleo, indústria de margarina e gordura vegetal, fiação de algodão e moinho de trigo³²².

Sonia Regina Mendonça destaca a atuação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) como “*nova força hegemônica do patronato rural brasileiro*”³²³ nos anos 1990, o que fez surgir em 1993 a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG), sendo legitimada, segundo Mendonça, a partir de dois fatores:

de um lado, a “certeza” da existência de elaboração de uma “nova agricultura” no país, diversa daquela até então vigente e, de outro, a urgência em estabelecerem-se canais de representação política mais eficazes e compatíveis com a relevância dessa “nova” agricultura³²⁴.

Para Mendonça, o que a OCB e mais tarde a ABAG concretizaram, foi “*um poderoso complexo de cunho muito mais comercial e financeiro*”, constituindo desde o início, “*um*

³²¹ A salvação da lavoura. Época. 28/04/2003, p. 55.

³²² Id., p 56.

³²³ MENDONÇA, Sonia Regina de. A nova hegemonia do patronato agrário brasileiro: da organização das cooperativas brasileiras à associação brasileira de agribusiness. In: *Antítese – Marxismo e Cultura Socialista*. n° 02, Maio de 2006, p. 24.

³²⁴ Id.

pool de empresas e não numa associação de entidades patronais, embora seus dirigentes insistissem em afirmar o contrário”³²⁵.

Como bem mencionado por Virgínia Fontes, as cooperativas assumiram um papel determinante na agricultura brasileira, sendo representantes do agronegócio, da produção e colheita *higt tech*, que por sua vez tem forte ligação com os capitais multinacionais, sendo os “gigantes multinacionais”, ao lado do Banco do Brasil, os maiores responsáveis pelo financiamento da safra brasileira, segundo a reportagem da revista *Época* de 28 de abril de 2003.

As mesmas questões são encontradas na revista *Veja*. Em uma Carta ao Leitor de 12 de março de 2003, diz:

O Brasil e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se entendem muito bem. O país e seu governante sinalizam para o mundo que há uma coerência de pensamento quanto aos caminhos que podem tirar o Brasil de sua duradoura fragilidade financeira e afastá-lo do espectro das frequentes crises econômicas. Mesmo com o cenário adverso criado pela iminência da guerra dos Estados Unidos contra o Iraque, todos os indicadores que costumam assombrar a economia brasileira estavam claramente positivos na semana passada. A cotação do dólar caiu, derrubada pelo melhor desempenho da balança comercial desde 1993 e pelo anúncio da safra recorde de soja nacional, que deve superar a dos Estados Unidos no mercado mundial pela primeira vez³²⁶.

O aumento da produção agrícola, visando sempre o aumento do superávit primário vem ao encontro do discurso da busca do Brasil pela credibilidade no mercado internacional. Porém tal discurso é falacioso uma vez que o objetivo maior como observa Paulani é a engorda do capital, principalmente o especulativo.

No entanto, são as duas edições especiais de *Veja* sobre o agronegócio que nos chamam atenção. Nelas podemos observar o modelo de agricultura defendido pela revista. Ambas as edições são de 2004, sendo a primeira publicada em abril com o título “*Agronegócio – Retrato de um Brasil que dá certo*” e a segunda publicada em outubro com o título “*Agronegócios & Exportações*”, logo abaixo do título desta última lê-se: “*SUCESSO – As empresas e as estratégias do Brasil que dá certo*”.

Os assuntos tratados nas duas edições especiais de *Veja* sobre o agronegócio são inúmeros, todos eles vêm de acordo com o que já foi dito anteriormente, assim, enfatizam a construção de um modelo agrícola que se iniciou com a Revolução de 1930 e chega ao início

³²⁵ Id., p. 25.

³²⁶ A hora da colheita. *Veja*, Carta ao Leitor. 12/03/2003, p. 09.

do século XXI sendo fundamental para o desenvolvimento do capitalismo bem como sua manutenção.

Dentro dos assuntos destacam-se: os *recordes* do agronegócio (exportação de produtos agrícolas), *tecnologia*, *maquinário*, incentivo a *pesquisa* de ponta. Traz relatos de pessoas que formaram fortuna em cidades antes consideradas os “eldorados da lavoura”, que conseqüentemente e positivamente para a revista *Veja*, possibilitaram a formação de uma nova geração de produtores e profissionais liberais com forte influência no interior. Traz uma lista dos principais e maiores eventos nacionais. Falam das oportunidades nas novas fronteiras agrícolas, soluções para aumentar a produção e conseqüentemente o lucro, além de levantar questões sobre a Reforma Agrária, vista pela revista, como desnecessária para o Brasil e contraproducente.

No APÊNDICE 05, quadros 9 e 10, apresentamos um levantamento de matérias nas revistas *Época* e *Veja* com assuntos referentes à agricultura e agronegócio durante o período de 2003 a 2006. O levantamento tem como objetivo mostrar como o agronegócio é tido como fundamental para a manutenção dos pilares do modelo capitalista neoliberal.

Nas revistas *Época* e *Veja*, foram destacadas doze matérias que dizem respeito à agricultura e agronegócio. Das matérias selecionadas chamamos a atenção para dois temas centrais: MST e Reforma Agrária, e exportações de produtos agrícolas.

No que diz respeito às matérias que tratam sobre as exportações de produtos agrícolas, elas vão ao encontro das propostas defendidas em 1989 pelo Consenso de Washinton³²⁷. *Época*, chega a mencionar que “a falta de infra-estrutura compromete a competitividade agrícola do país”³²⁸, já *Veja* destaca a título de matéria que a agricultura seria o motor do Brasil³²⁹, destacando os recordes da safra nacional.

Podemos observar que as questões levantadas em relação ao processo de consolidação de um novo modelo agrícola para o Brasil, que começou a ser formatado a partir de 1930, alcançariam um alto nível de desenvolvimento no início do século XXI. Como exemplo – bem enfatizado por ambas as revistas – destacamos o entusiasmo em relação à safra recorde de soja no período de 2004, a “arrancada do café”, com aumento da produção destinado ao mercado de grãos finos, sem mencionar as exportações de produtos do agrobusiness em que o Brasil dominou em 2004.

³²⁷ Como já foi mencionado dentre das várias propostas formuladas durante a reunião de 1989, a revalorização da agricultura de exportação era uma das orientações para países como o Brasil. Ver o já citado artigo de Paulo Nogueira Batista, *O consenso de Washington*.

³²⁸ A soja perdeu o trem. *Época*. 24/02/2004.

³²⁹ Agricultura, o motor do Brasil. *Veja*. 30/04/2004.

As tentativas de consolidação de uma agricultura comercial que atenda a demanda do mercado interno e externo são levadas a sério pelo governo e enfatizadas pelas revistas. A reportagem de *Veja* de 05/05/2004 onde o governo brasileiro saiu vitorioso da OMC para redução dos subsídios agrícolas nos Estados Unidos no que se refere à produção de algodão, mostra os esforços do governo na busca pela manutenção das taxas de exportação dos produtos primários. Nesse caso específico, a vitória gira em torno das exportações de algodão, sendo descrita por *Veja*, como “*um marco na história do comércio mundial*”³³⁰.

A agricultura no Brasil assumiu um papel importante no decorrer da história brasileira. O hibridismo entre indústria e agricultura iniciado pós 1930³³¹, nos possibilita ver a relação intrínseca entre os dois setores da economia (agricultura e indústria).

A reportagem de *Época* de 17/05/2004 exemplifica bem essa afirmação, pois “*além dos setores que exportam diretamente, o outro destaque da indústria são os que fornecem insumos e equipamentos para a agricultura de exportação*”³³², a produção de fertilizantes (junto com a petroquímica), por exemplo, destacou-se como um dos setores que mais prosperou em 2003.

Num primeiro momento pode até soar que as mudanças na produção brasileira – de setor agrário para industrial – engendram certa dualidade, porém, essa afirmação nos impossibilita enxergar a relação entre ambos os setores, que foi fundamental no processo de acumulação capitalista no Brasil.

A agricultura foi fundamental para o processo de consolidação do sistema urbano-industrial, uma vez que ela atende às necessidades da indústria, tanto que se refere ao fornecimento de mão-de-obra, que acarretará na formação de um exército industrial de reserva nas cidades, quanto pelo fornecimento de produtos alimentícios.

A indústria também passou a ter grande influência na construção do novo modelo agrícola no Brasil, onde se consolidaram novas formas de produção no campo. A produção agrícola passou por um processo drástico de mecanização, sendo sua produção destinada ao comércio interno e externo, favorecendo a formação de um proletariado rural³³³.

Outra questão que chama bastante a atenção nas matérias selecionadas, diz respeito ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Tanto em *Época*, quanto em *Veja*, o MST tem um forte destaque, que vai desde o editorial até em matérias publicadas pelas revistas. As

³³⁰ O peso da vitória do Brasil no algodão. *Veja*. 05/05/2004.

³³¹ Francisco de Oliveira destaca a importância da criação de um novo modelo agrícola para o Brasil, que foi fundamental para a consolidação do modelo urbano-industrial. Ver: OLIVEIRA, F. de. *Crítica a razão dualista*. p. 42.

³³² Indústria de volta ao começo. *Época*. 17/05/2004, p. 46.

³³³ OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica a razão dualista*. Op. Cit. p., 47-48.

matérias em ambas as revistas assumem um tom pejorativo, reafirmando a posição política partidária de *Época* e *Veja* contra os movimentos sociais.

O direito à propriedade privada e ao latifúndio é defendido de maneira escancarada e irrestrita. Como ressalta *Época*: “*Difícil imaginar um fazendeiro, dono de terras produtivas ou não, assistir passivamente a uma invasão em sua propriedade*”, assim sendo, tais “invasões” deveriam ser evitadas, pois para a revista, em tom de ameaça, “*toda ação leva a uma reação, o que se espera, numa situação dessas, é mais violência*”³³⁴. De certa forma a revista ao dizer que é “*difícil imaginar um fazendeiro, dono de terras produtivas ou não, assistir passivamente a uma invasão em sua propriedade*”, abre margem para a legitimação da violência do campo, em defesa da propriedade privada.

As Escolas Itinerantes do MST também são alvo de críticas. *Veja* descreve as escolas do MST como “nocivas”, uma vez que elas inculcariam “*em uma parcela dos jovens uma ideologia revolucionária que, antes de ser derrotada pelos fatos no século passado, produziu toda sorte de miséria, guerra e infortúnio*”. Na visão de *Veja*, os estudantes estariam sendo doutrinados não para aprenderem lições de civismo, mas sim, os “*rudimentos da revolução marxista*”³³⁵.

Questionamo-nos qual é o civismo que *Veja* diz ser fundamental para os estudantes dos acampamentos do MST saberem? Esse civismo diz respeito aos ensinamentos da democracia burguesa.

Maria Rodrigues, educadora no Rio Grande do Sul, ressalta que as escolas itinerantes dizem respeito a uma proposta de educação específica, diferente da educação fornecida pelo Estado. Para a educadora, “*essas crianças estão sob risco da violência da polícia, sob ameaça do latifúndio, passam frio e fome nos acampamentos, já que estão junto da família na luta pela reforma agrária. As escolas itinerantes são o lugar onde elas conseguem refletir sobre própria realidade*”³³⁶.

Fontes destaca que o MST no campo da luta política, tem como principal característica a reivindicação pela reforma agrária, porém encontrou resistência por parte dos setores do latifundiário rural e setores proprietários urbanos, que juntos combatiam o movimento a favor de manter intacto o estatuto da propriedade no Brasil.

³³⁴ Fonteles e as invasões. *Época*, Carta do Editor. 18/08/2003, p. 18.

³³⁵ Sete de setembro vermelho. *Veja*, Carta ao leitor. 08/09/2004, p. 09.

³³⁶ BENVENUTI, Patrícia. Professores de escolas itinerantes fazem greve de fome no RS. Disponível: <http://www.brasildefato.com.br/node/1770>. Acessado: 25/02/2011.

Diferente dos demais movimentos sociais, entretanto o MST precocemente defrontou-se com o extremo conservadorismo no meio rural e com a coligação com os setores proprietários urbanos contra qualquer alteração do estatuto da propriedade no Brasil. A defesa abstrata da propriedade unificava os setores dominantes, levando-os a apoiar o uso aberto da violência armada pelos proprietários rurais e a referendar a leniência e complacência características do Estado brasileiro diante da violência dos proprietários³³⁷.

É de longa data que a revista *Veja* se coloca contra os movimentos sociais, que buscam a contestação do modelo capitalista de produção e da democracia burguesa³³⁸. Em relação à revista *Época*, o assunto carece de estudos mais aprofundados, quando o assunto são os movimentos sociais, pois, para que o assunto seja melhor abordado, é necessário buscar compreender as relações da revista *Época* com os movimentos sociais desde sua gênese. O recuo do estudo nos permite delinear uma linha de pensamento mais denso, podendo assim traçar um panorama mais completo sobre a relação de *Época* com os movimentos sociais.

No que nos interessa, podemos destacar o quanto a estruturação das relações de trabalho a partir do Estado e a consolidação de um modelo agrícola agroexportador, ligado aos interesses do capital internacional, foram necessárias para a consolidação de uma nova forma de organizar a sociedade brasileira, que caminhou em direção a uma organização urbano-industrial.

3.1.3 A consolidação do modelo urbano-industrial

Procuramos destacar anteriormente, a importância que a agricultura teve para o Brasil no processo de consolidação do modelo capitalista, e através das análises das revistas *Época* e *Veja* sobre o assunto, podemos constatar que a agricultura não deixou de ser fundamental para a manutenção de uma ordem capitalista burguesa no Brasil. No entanto, o modelo dito “atrasado” (agro-exportador), deixou de ser o motor chave da economia - porém, não desnecessário - para dar espaço a um modelo mais “moderno” e dinâmico de economia: o industrial.

Deixando de lado qualquer análise dualista, a indústria constituiu-se como meio determinante na forma de organização das relações de produção do sistema capitalista no Brasil após 1930, passando a orientar todo o processo de acumulação de riquezas. Francisco

³³⁷ FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo. Op. Cit., p. 233.

³³⁸ Ver além da já citada obra da historiadora Carla L. S. Silva: *Veja: o indispensável partido neoliberal* (1988 a 2002) o trabalho de Edina Rautenberg: RAUTENBERG, Edina. A revista *Veja* e os grupos guerrilheiros no Brasil (1968-1972). In: *Revista História e Luta de Classes*. Dossiê Militares e Luta de Classes. nº10 - novembro de 2010. pp.44-50.

de Oliveira tece uma série de críticas ao modelo cepalino, que se limitava a ver o processo de industrialização como uma necessidade histórica de superar o atraso brasileiro. Desta forma o que se encontraria após 1930 era uma urgência em substituir as importações, por um modelo nacional de produção de bens industriais. No entanto, essa visão reducionista faz parecer que *“a industrialização substitutiva de importação funda-se numa necessidade do consumo e não numa necessidade da produção, verbi gratiae, da acumulação”*³³⁹, assim sendo, destaca que a industrialização não visa atender as necessidades de consumo e sim de acumulação.

No Governo de Juscelino Kubitschek o processo de acumulação capitalista ganhou novos contornos e se acentuaram. Ramos da indústria, como: automobilístico, construção naval, mecânica pesada, cimento, papel e celulose, que foram prioridade do governo, que buscou consolidar definitivamente o setor industrial. Nesse sentido, novamente o Estado deteve um papel importante, pois

lançar-se-á num vasto programa de construção e melhoramento da infraestrutura de rodovias, produção de energia elétrica, armazenagem e silos, portos, ao lado de viabilizar o avanço da fronteira agrícola “externa”, com obras como Brasília e a rodovia Belém-Brasília³⁴⁰.

É nesse período que a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), consolida-se como a maior entidade de caráter empresarial do Brasil, contrapondo-se a CNI (Confederação Nacional da Indústria), considerada até então o aparelho privado de hegemonia chave dos interesses industriais.

As classes industriais, desde 1930, aos poucos foram consolidando seu poder hegemônico na sociedade brasileira. O Estado nesse sentido foi de fundamental importância para a realização de seus projetos burgueses³⁴¹, sempre rechaçando as atividades de grupos populares.

A vinculação entre Estado e sociedade civil se acentuará no período da Ditadura Militar brasileira, como bem observa Virgínia Fontes:

Após o golpe de Estado civil-militar de 1964, houve uma importante expansão de associações empresariais por setores e ramos de produção a partir da década de 1970, as chamadas “associações paralelas”, que duplicavam a estrutura de representação empresarial oficial, de cunho corporativo-estatal. A

³³⁹ OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica a razão dualista*. Op. Cit., p. 49.

³⁴⁰ Op. Cit., p. 72.

³⁴¹ Quando nos referimos ao papel do Estado na construção ou manutenção dos interesses da burguesia industrial, não nos referimos o Estado como um Estado Objeto, mas sim, na concepção gramsciana de Estado Ampliado.

elas é preciso agregar outros tipos de organização, de caráter profissional, porém com abrangência nacional, em sua maioria pré-existente ao golpe de Estado e que teriam importante papel na luta antiditatorial, como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o Clube de Engenharia, dentre inúmeras outras...³⁴²

Eli Diniz salienta que a adesão do empresariado nacional ao “pacto autoritário” deu-se logo no primeiro momento de instauração da ditadura militar. Desde o processo de derrubada do Governo Goulart até a consolidação da ditadura, a participação dos empresários foi fundamental. Porém, Diniz destaca que

a ruptura do empresariado com o pacto autoritário ocorreu depois de 1974, quando o agravamento das dificuldades econômicas e, posteriormente, o fechamento crescente do processo decisório determinariam uma insatisfação acentuada, sobretudo em alguns de seus segmentos³⁴³.

Foi no período da ditadura que o empresariado aperfeiçoou sua capacidade organizativa. Observa-se a partir de 1964 uma acentuada proliferação dos setores de ponta da economia. Para Diniz a “*fragmentação do empresariado industrial, do grande número de pequenas e médias empresas e da diversificação da estrutura de representação de interesses*”, fez com que segmentos de peso da indústria, “*localizados nos setores de ponta e no estado mais desenvolvido do País, afirmaram-se como os principais interlocutores do Governo*”³⁴⁴. Desta forma, apesar do apoio encontrado após o golpe militar, as classes empresariais (seja brasileira ou estrangeira) verão na regulamentação por parte do Estado ditatorial brasileiro um entrave para seu desenvolvimento, assim sendo, chegam a desenvolver “*um programa para o Estado, que deveria modificar-se, mas para melhor atender a seus próprios anseios*”³⁴⁵. Assim,

³⁴² FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Op. Cit., p. 225.

³⁴³ DINIZ, Eli. *As elites empresariais e a Nova República: corporativismo, democracia e reformas liberais no Brasil dos anos 90*. Ensaios FEE: Porto Alegre, ano 17, n° 2, 1996, p. 61.

³⁴⁴ Id., p. 61-62.

³⁴⁵ Essa questão fica visível na fala do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, que em 1986, declarava: “os senhores certamente já me ouviram falar que o Brasil é um país em que *o Estado é forte e a sociedade é fraca*. Ao longo de nossa História, passada e recente, as instituições governamentais lograram obter um alto grau de controle, tutela e dominação sobre os outros segmentos da sociedade, fazendo com que as instituições sociais no Brasil crescessem sob uma patente fragilidade. Apesar de numerosa e economicamente poderosa, a classe empresarial não fugiu a essa dominação. A tal ponto que, até hoje, ela não detém um poder político compatível com seu poder econômico”. Apud FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Op. Cit., p. 241. Grifos da autora.

as entidades empresariais atuavam corporativa e politicamente como sociedade civil, no sentido gramsciano, como aparelhos privados de hegemonia, e participavam intimamente do Estado, antes e durante o período ditatorial. Apresentavam-se, entretanto, como sociedade no sentido liberal, contrapondo-se ao Estado³⁴⁶.

Em contrapartida “à centralidade dos interesses industriais correspondeu o enfraquecimento dos sindicatos e federações integrantes da estrutura corporativa”³⁴⁷, observou-se o enfraquecimento dos sindicatos, que com o passar do tempo, foi perdendo autonomia e subordinando-se ao Estado.

Da mesma forma, podemos destacar que enquanto o empresariado brasileiro consolidou sua hegemonia, tivemos uma efervescência dos movimentos sociais no período ditatorial. Enquanto entidades de cunho popular como PT, CUT e MST, que foram produto da luta política contra a ditadura civil militar e lutavam cada uma a seu modo contra o governo autoritário militar, o empresariado nacional, buscava manter sua dominação, enaltecendo o discurso em defesa da propriedade privada e da iniciativa de livre mercado.

Para Eli Diniz, a ditadura civil militar realizou um grande projeto que acarretou em uma série de mudanças na organização da economia e sociedade no Brasil. Nesse período o “Estado Autoritário” completou o processo de industrialização que iria consolidar de vez o modelo de “substituição de importações”, desta forma, tornou-se fundamental uma redefinição das políticas industriais que condiziam com as novas condições do País. Diniz destaca que:

Uma etapa ter-se-ia esgotado, delineando-se um novo movimento. Segundo a perspectiva que se afirmaria nos anos 80, tornou-se ainda imperativa a necessidade de um salto qualitativo no que diz respeito à inserção do País no sistema internacional. A nova orientação, em consonância com a agenda neoliberal, sustentaria que o capitalismo brasileiro já estaria maduro e em condições para competir no mercado internacional, o que exigiria uma revisão da política de comércio exterior e uma reversão do protecionismo industrial³⁴⁸.

A partir dos anos 1980, o grau de abertura da economia brasileira aumentou, um consenso entre os empresários industriais é formado em favor das políticas neoliberais,

³⁴⁶ FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Op., Cit., p. 242.

³⁴⁷ DINIZ, Eli. *As elites empresariais e a Nova República: corporativismo, democracia e reformas liberais no Brasil dos anos 90*. Ensaios FEE: Porto Alegre, ano 17, n° 2, 1996, p. 62.

³⁴⁸ Questões como a relação entre capital nacional e estrangeiro merecem ser mais bem aprofundadas. A partir dos anos 1980 com o processo de privatizações a entrada do capital estrangeiro no Brasil se acentuará, e a relação com o capital nacional se torna mais complexa. DINIZ, Eli. *As elites empresariais e a Nova República: corporativismo, democracia e reformas liberais no Brasil dos anos 90*. Op. Cit., p. 55-56.

acarretando em medidas que defendiam a desregulamentação do Estado, a acentuação das privatizações e o desenvolvimento do livre mercado.

Após a consolidação da Nova República, o empresariado industrial assume um papel de destaque, exemplo disso, são suas entidades como FIESP, FIERJ, FIERGS, Associações Comerciais de São Paulo, Rio de Janeiro e outras, que passaram a ter uma grande importância dentro do cenário econômico nacional. Para Diniz, esse período também foi marcado pela entrada de membros da sociedade civil (ligados a indústria) no Estado, como foi o caso de Dilson Funaro, Ministro da Fazenda à época do Plano Cruzado. Sem mencionar nos vários cargos políticos que foram disputados por empresários nas eleições de 1986, chegando a ter um representativo número de empresários urbanos (23,43%) na Constituinte.

Através dos seus aparelhos privados de hegemonia: FIESP, FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), UBE (União Brasileira de Empresários)³⁴⁹, os representantes industriais na Constituinte foram fundamentais para a aprovação de medidas que diminuíssem o poder do Estado e o fortalecimento do mercado. No que se referiu ao campo dos trabalhadores, esforços não foram medidos para que se evitasse a aprovação de medidas que favorecessem os direitos trabalhistas³⁵⁰.

Nos anos de 1990 o contexto econômico internacional fazia com que o Brasil começasse uma nova fase na sua política sócio-econômica. Observa-se nesse período

mudanças tanto no contexto internacional, com o aumento dos fluxos financeiros e da disponibilidade de capitais, como na conjuntura nacional, com uma nova configuração das forças políticas e coalizões dominantes. Internamente, marcado pela reestruturação de um movimento em torno da necessidade de uma ruptura com a antiga ordem, tendo em vista a implantação de um novo modelo econômico centrado no mercado. Desencadeia-se, então, a mobilização pela revisão da Constituição recém-votada, a despeito de muito de seus dispositivos não terem sido sequer regulamentados. Seus preceitos teriam envelhecido antes mesmo de se consolidarem. Aumentam as pressões por um processo de desconstrução legal e institucional, que abriria o caminho para a refundação do Estado e da sociedade de acordo com os novos parâmetros consagrados internacionalmente³⁵¹.

³⁴⁹ Também surge nesse período: Associação Brasileira das Indústrias de Base (Abdib), Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA), Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), além da criação de novas organizações como: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) e os Institutos Liberais, com destaque para os de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Sobre esse assunto, ver: DINIZ, Eli. *Globalização, elites empresariais e democracia no Brasil dos anos 90*. Ensaios FEE: Porto Alegre, v. 20, n° 1, 1999, p. 164.

³⁵⁰ Id.

³⁵¹ Id., p. 167.

Diniz destaca que a globalização, bem como as políticas governamentais e de estabilização, fizeram com que o setor industrial passasse por fortes transformações em sua estrutura. Ao mesmo tempo em que encontraremos um processo de fechamento e desnacionalização de alguns setores como têxtil, calçados, bens de capital, eletrodomésticos, produtos de higiene e limpeza e autopeças, também nesse momento, observaram no âmbito das grandes empresas, uma série de fusões, aquisições ou até mesmo associações com grupos estrangeiros, “*atingindo empresas tradicionais do País, como Metal Leve, a Cofap e a Freios Varga, no setor de autopeças, a Brasmotor, os Grupos Arno e Refripar, no setor de eletrodoméstico, ou, ainda, o Grupo Villares, no setor de siderurgia e aço*”³⁵². Em relação às empresas transnacionais, as mesmas continuaram mantendo sua posição de destaque na produção local, como é o caso do setor automobilístico. Diniz observou nesse período que:

Se antigas lideranças perdem expressão, dadas as dificuldades de sobrevivência diante do aumento da concorrência externa e dos efeitos diversos da política governamental, como a abertura descontrolada e os estímulos ao capital internacional, outros líderes ganharam projeção, beneficiando-se das oportunidades abertas pelas privatizações, como é o caso do empresário Benjamin Steinbruch, do Grupo Vicunha, que dirige um complexo nas áreas de portos, ferrovias e energia, sendo hoje o presidente dos conselhos da Companhia Siderúrgica Nacional, da Light e da Vale do Rio Doce. Para esse empresário dos novos tempos, o futuro do capitalismo no Brasil implica maior inserção externa e uma articulação mais profunda com o capital internacional³⁵³.

Podemos observar - como já mencionado - uma mudança de mentalidade na forma de condução da política sócio-econômica com a adoção de uma agenda neoliberal, que buscou enterrar de vez o discurso nacionalista nascente no período de Getúlio Vargas, em favor de uma visão mais internacional de economia, ligada aos interesses do capital internacional e as orientações oriundas de organizações como o FMI, BM dentre outras.

Deste processo de reestruturação do empresariado no Brasil, destacamos as divergências de projetos distintos. A luta intra-classe é presenciada através de duas agremiações: a FIRJAN e a FIESP. Enquanto a FIRJAN, sob a presidência de Eugênio Gouveia Vieira, do grupo Ipiranga, estreitou relações com o Governo Federal, identificando-se com as práticas neoliberais, a FIESP, que segundo Diniz, representava 42% do PIB industrial do País nesse período, sob a presidência de Horácio Piva, do grupo Klabin, da área de papel celulose, defendia uma postura mais independente. Diniz destaca que Piva,

³⁵² Id., p. 169.

³⁵³ Id., p. 170.

eleito em setembro de 1998, impõe-se uma ruptura com a prática de adesão, a fim de que a FI ESP assumira a postura mais apropriada de grupo de pressão. Além disso, critica fortemente o alijamento dos empresários do processo decisório, afirmando que a classe toma conhecimento das políticas governamentais pelos jornais, não sendo ouvida, nem consultada, pelas autoridades públicas, que revelariam sistemático descaso em relação às entidades empresariais. Manifesta, também, clara discordância em relação à equipe econômica do Governo, que estaria preocupada, fundamentalmente, com as questões financeiras, abandonando o setor produtivo à própria sorte. Finalmente, questionando o tratamento preferencial dispensado ao capital internacional, pede isonomia para a empresa nacional, afirmando que não se trata de solicitar o retorno do protecionismo e do paternalismo estatal (ISTOÉ Dinheiro, 1998; JB, 1998). O que se reivindica, salienta, é que seja concedido à indústria local tratamento que lhe garanta igualdade de condições em relação aos concorrentes estrangeiros³⁵⁴.

Diniz, também destaca que um quadro de incertezas frente às crises internacionais e as políticas adotadas no Brasil levou ao aumento da entrada de grupos empresariais no aparato do Estado,

assim, observou-se uma forte mobilização em torno das eleições gerais de outubro de 1998, não só em apoio a candidatos considerados afinados com as propostas do setor, como investindo em candidatos próprios. Apurados os resultados, segundo dados da imprensa, os industriais conseguiram eleger uma bancada de 38 deputados federais, vários dos quais ligados a federações e associações empresariais, como Carlos Eduardo Moreira Ferreira (PFL-SP), ex-Presidente da FIESP, e Emerson Kapaz (PSDB-SP), ex-Presidente do PNBE, além de Armando Monteiro Neto (PMDB-PE) e Francisco Garcia (PFL-AM), Presidente das Federações Industriais dos Estados de Pernambuco e Amazonas respectivamente³⁵⁵.

Podemos observar que houve uma forte mudança no aparelho produtivo em face de abertura e internacionalização da economia brasileira, desta forma, setores de ponta da indústria brasileira, bem como empresas estatais, passaram por um processo de internacionalização de sua produção, levando-as a expandir seus negócios a outros países, em especial na América Latina³⁵⁶. Tendo como objetivo a formulação de uma nova estratégia que preservasse os interesses das elites capitalistas brasileiras, várias indústrias brasileiras lançaram-se num processo de associação com o capital internacional, acarretando numa redefinição de suas políticas de expansão, o que levará à consolidação do capital-imperialismo brasileiro.

³⁵⁴ Id., p. 171.

³⁵⁵ Id., p. 173.

³⁵⁶ Veremos por exemplo, como as revistas *Época* e *Veja*, tratam de casos como os da Petrobras, Grupo Gerda e as Empreiteiras.

Para Virgínia Fontes, o Brasil passa a fazer parte do grupo de países retardatários que se enquadram dentro da lógica do capital-imperialismo. Apesar das contradições intraburguesas no Brasil, os projetos realizados nas últimas décadas do século XX e início do XXI pela burguesia nacional (através da inserção no Estado) tinha um caráter transformista, ora em defesa de associações dependentes e subalternas com o capital internacional, ora em defesa da consolidação de uma base própria e forte de reprodução capitalista no Brasil. Salientamos que tais projetos se consolidaram em face da luta contra os movimentos sociais, bem como através da acumulação do capital em torno da exploração de mais-valor. Porém Fontes salienta que apesar das contradições, dos diversos debates e distintos projetos, tudo isso não passa de divergências fictícias. Se por um lado encontramos uma “direita dura para fora”, do outro encontra-se “uma esquerda para o capital” (governo Lula). Assim, encontramos “duas faces da mesma moeda”, que apesar de estarem de lados opostos, fazem parte do mesmo processo³⁵⁷.

3.2 EXPORTAÇÕES DE CAPITAL BRASILEIRO

Depois de um breve levantamento histórico, veremos como se articularam e se encontram algumas das principais empresas brasileiras dentro deste quadro de expansão capital-imperialista. Assim, buscamos analisar como as revistas *Época* e *Veja* se posicionam em relação a alguns grupos brasileiros frente a seu processo de expansão capital-imperialista.

Já na década de 1960 encontramos indícios de internacionalização de capitais brasileiros³⁵⁸. No entanto é a partir de 1990 que vemos uma aceleração e forte concentração de capitais brasileiros. Para Fontes tal concentração foi

potencializada tanto internamente quanto pelo suporte externo, através do gigantesco crescimento de Investimentos Diretos Estrangeiros (IDEs) na economia brasileira, concentração estimulada através das privatizações e da centralização (fusões e aquisições) de empresas, perpetuando o padrão das associações entre capitais brasileiros e estrangeiros³⁵⁹.

³⁵⁷ FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital-imperialismo*. Op., Cit., p. 307-08.

³⁵⁸ Podemos destacar nesse período, por exemplo, as empresas de engenharia brasileira. Ver: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras. In: *Revista História e Luta de Classes*. Dossiê Imperialismo: Teoria, experiência histórica e características contemporâneas. n° 10 – ano 04, novembro de 2008, p. 61- 66. Ver também: RAUTENBER, Edina. *A revista Veja e as empresas de construção civil*. Op. Cit..

³⁵⁹ FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Op. Cit., p. 328.

Fontes também destaca a importância do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que participou ativamente dos processos de privatizações no período FHC, direcionando-as e favorecendo alguns grupos nacionais.

As empresas brasileiras ao longo de sua história, e principalmente no período de FHC, marcado pelo assentamento das práticas neoliberais, foram consolidando sua atuação em território nacional e internacional, assumindo, muitas delas, uma posição de destaque dentro de um contexto regional, listando-se entre as maiores transnacionais da América Latina, como demonstra a tabela abaixo:

TABELA 02: Empresas transnacionais latino-americanas entre as maiores transnacionais não financeiras de países em desenvolvimento, 1993 e 2003 (*milhões de dólares*)

Empresa	Setor	Ativos no exterior e classificação em 1993		Ativos no exterior e classificação em 2003	
Cemex (México)	Cimento	3603	1	11.054	5
Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras (Brasil)	Petróleo e gás	NA	6	7.827	8
Grupo Televisa S.A de C.V. (México)	Mídia	948	8		
Souza Cruz S.A. (Brasil)	Tabaco	770	9		
Empresas Ica Sociedad Controladora S.A. (México)	Construção	316	24		
Compañía Manufacturera de Papeles y Cartones (Chile)	Papel e celulose	242	27		
Sadia Concordia S/A Indústria e Comércio (Brasil)	Alimentos	211	29		
Companhia Cervejaria Brahma (Brasil)	Bebidas	187	30		
Indústria Vilares (Brasil)	Diversificado	NA	32		
Embraer (Brasil)	Aeronaves	NA	35		
Usiminas (Brasil)	Metais	114	36		
Aracruz Celulose (Brasil)	Papel e celulose	NA	37		
Ceval Alimentos (Brasil)	Alimentos	NA	40		
Cia. De Acero Del Pacifico (Chile)	Metais	102	42		
Cia. Hering (Brasil)	Têxteis	31	44		
Grupo Sidek (México)	Hotéis	30	45		
Vitro Sociedad Anónima (México)	Vidro	NA	46		
América Móvil (México)	Telecom			8.676	6
Companhia Vale do Rio Doce (Brasil)	Mineração			3.155	23
Metalúrgica Gerdau S.A. (Brasil)	Metais			2.056	31
Grupo Bimbo S.A. de CV (México)	Alimentos			1.156	45
Gruma S.A. de C.V. (México)	Alimentos			1.086	48

Fonte: UNCTAD, 1995, 2005.

Nota: na ausência de dados sobre ativos no exterior ou quando a divulgação desses dados não foi autorizada, a UNCTAD classificou as empresas com base em uma média de vendas no exterior e emprego no exterior. (Dados extraídos de Márcia Tavares³⁶⁰).

Observa-se um número significativo de empresas de capital brasileiro entre as maiores transnacionais da América Latina (12 empresas brasileiras, 08 empresas mexicanas, 02 empresas chilenas).

Márcia Tavares destaca que “em 1994, havia seis empresas brasileiras (Souza Cruz, Petrobras, Sadia, Brahma, Usiminas, Aracruz Celulose) entre as 50 maiores empresas transnacionais não financeiras de países em desenvolvimento”³⁶¹, em 2003 apenas três empresas: Petrobras, CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) e Gerdau. A tabela abaixo apresenta as maiores empresas brasileiras com investimentos no exterior:

TABELA 03: Principais empresas brasileiras com investimento produtivos no exterior 2004-2005 (Milhões de dólares)

Empresa	Setor	Vendas totais (milhões de US\$) (2005)	Distribuição geográfica dos investimentos ^a				
			AL	AN	EU	AP	OT
Petrobras	Petróleo	58 360,8	X	X	X	X	X
CVRD	Mineração	14 522,5	X	X	X	X	X
Gerdau	Siderurgia	9 076,7	X	X	X		
Usiminas	Siderurgia	5 571,3	X				
AmBev	Bebidas	6 817,9	X	X			
Belgo-Mineira	Siderurgia	4 596,1	X				
CSN	Siderurgia	4 288,3		X	X		
Embraer	Aeronaves	3 902,0		X	X	X	
Norberto Odebrecht	Engenharia e Construção Civil	2 723,9	X	X	X	X	X
Votorantim Cimentos	Cimento	2 021,5		X			
TAM	Transporte aero	2 413,3	X				
Klabin	Papel e Celulose	1 156,2	X				
Weg	Bens de capital	1 074,4	X				
Embraco	Componentes eletrodomésticos	860,7	X	X	X	X	
Marcopolo	Carrocerias para ônibus	730,2	X		X	X	X
Andrade Gutierrez Construção	Engenharia e Construção	622,0 ^b	X		X	X	X
Camargo Correria Cimentos	Cimento	446,6	X				
Queiroz Galvão	Engenharia e construção	ND ^c	X				

³⁶⁰ TAVARES, Márcia. *Investimento Brasileiro no Exterior: panorama e considerações sobre políticas públicas*. Santiago: CEPAL/ONU, 2006, p. 53.

³⁶¹ Id., p. 19.

Tigre	Tubos e conexões	ND	X				X
Sabó	Autopeças	ND	X	X	X		

Fonte: adaptado de CEPAL (2006) e atualizado com dados fornecidos pela revistas América Economia.

^A AL: América Latina e Caribe; AN: América do Norte; AP: Ásia e Pacífico; EU: Europa, OT: Outros.

^B Dado para 2004.

^C Não disponível. (Dados extraídos de Márcia Tavares³⁶²)

Em relação à segunda tabela, Tavares realiza três constatações:

A primeira constatação que se faz a partir dessa tabela é a importância das empresas de recursos naturais, Petrobras e Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e de materiais básicos, como aço, cimento, papel e celulose. Em segundo lugar, nota-se a importância de empresas estatais (a Petrobras) e ex-estatais (CVRD, Usiminas, CSN, Embraer). Nenhum dos dois aspectos é surpreendente, dada a estrutura produtiva, as vantagens comparativas do país e a história de seu desenvolvimento industrial, em que o Estado teve forte participação principalmente até os anos noventa. A terceira constatação é que, conforme o padrão identificado para as transnacionais latino-americanas em geral, onde se trata de produtos primários e produtos ou serviços intermediários, os investimentos são feitos em nível global e, quando se trata de investimentos em bens de serviços de consumo de massa, são mais frequentes os investimentos em nível regional. No Brasil mais do que em outros países da região, as maiores empresas com investimentos no exterior estão mais concentradas em bens e serviços intermediários do que em bens de consumo de massa³⁶³.

Um dos fatores determinantes que levou à queda do número de empresas nacionais entre as maiores da América Latina se deve à própria implementação do neoliberalismo no Brasil na década de 1990, que acarretara segundo Álvaro Bianchi, num processo de desnacionalização e desindustrialização no Brasil. Para Bianchi:

A indústria brasileira e, particularmente, a paulista, sentiu intensamente o processo de liberalização da economia ao longo da década de 1990. A abertura comercial e as privatizações alimentaram um profundo processo de reorganização da econômica. O impacto dessas mudanças sobre a estrutura de emprego e as formas do trabalho é conhecido. Mas não foram apenas as classes subalternas atingidas por esse processo de recomposição orgânica. Também no interior da burguesia ele se fez sentir, modificando a relação de força entre suas frações³⁶⁴.

Bianchi salienta que dentro do empresariado, houve uma luta intra-classe em torno de propostas diferentes que culminou em uma forte oposição à política econômica adotada pelo

³⁶² Id., p. 21.

³⁶³ Id., p. 20.

³⁶⁴ BIANCHI, Alvaro. Um ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010, p. 235-36.

governo de Fernando Henrique Cardoso. Dentro os “afetados” pela nova política econômica, em especial sobre a penetração das importações, destacamos o setor em tecnologia e capital:

O setor de material e aparelhos eletrônicos e comunicação, por exemplo, passou de um coeficiente de 12,6%, em 1989, para um de 160,7%, em 1998; e o setor de máquinas e equipamentos industriais de 14,2% para 100,8%. Também sofreram durante o período os setores de elementos químicos e petroquímicos, com substanciais aumentos dos índices. Em média, os setores intensivos em capital tinham um coeficiente de importação sobre produção de 8,7% em 1989 e de 24,2% em 1998, enquanto os setores intensivos em tecnologia apresentavam médias de 6,9%, em 1989, e 44,1% em 1998³⁶⁵.

Já os setores menos “afetados” pelas importações foram

os setores intensivos em mão de obra, como têxteis, calçados e material plástico, dentre outros. Em média, esses setores variaram de um coeficiente de 1,5%, em 1989, para um de 11,7% em 1998. Os setores mais afetados foram os de fiação e tecelagem de fibras naturais, artificiais e sintéticas, o que justifica as recorrentes reclamações do setor. A variação foi menor nos setores intensivos em recursos naturais, nos quais se fazem presentes os segmentos produtores de *commodities*, que passaram de uma média de 2,9% para uma média de 8,1%³⁶⁶.

Sobre os dados de Márcia Tavares, apresentados nas tabelas, não é nosso objetivo fazer uma análise mais profunda, porém eles são pertinentes na medida em que nos possibilitam ter uma idéia sobre os IDE por parte das empresas brasileiras. Através deles podemos perceber quais são os principais grupos nacionais que tem forte atuação fora do Brasil após o processo de desnacionalização e desindustrialização da economia nacional.

Em APÊNDICE VI, os quadros 11 e 12 apresentam um levantamento de matérias durante o período de estudo que tem como principal objetivo mostrar como as revistas *Época* (quadro 11) e *Veja* (quadro 12) se posicionam em suas páginas a respeito da exportação de capital brasileiro. Como forma de orientação de nossa análise, apresentaremos uma análise geral das matérias para depois nos deter em três casos específicos: petróleo e mineração, tendo por base a atuação de empresas como Petrobrás e CVD (Companhia Vale do Rio Doce), siderurgia com o Grupo Gerdau e as empreiteiras de construção civil.

De modo geral, podemos perceber que a grande maioria das matérias relata a saga dos “desbravadores industriais brasileiros” que buscaram expandir seus negócios para além da fronteira, desta forma como ressalta *Veja*: “*De um desbravador tímido dos mercados*

³⁶⁵ O aumento do percentual dos dados refere-se a penetração importação/produto por setor. Id., p. 243.

³⁶⁶ Id., p. 243.

vizinhos, de quem se considerava isolado pela barreira do idioma, o Brasil se tornou um pequeno tigre no fim dos anos 90”³⁶⁷, assim empresas como Alpargatas, Hering, Tigre, Marcopolo, sem citar as mais tradicionais como Petrobras, Gerdau dentre outras, assumem primeiro ou segundo lugares em segmentos de mercado em países da América Latina. No caso da AmBev, por exemplo, a revista exalta a fusão com a belga Interbrew como sendo “o maior passo já dado por uma corporação brasileira rumo ao mercado global”³⁶⁸.

O mesmo discurso otimista pode ser encontrado na revista *Época*, onde os grandes lucros e as lutas por melhores políticas de desenvolvimento que favoreçam empresas como Embraer, Petrobras, Vale do Rio Doce, Souza Cruz, AmBev merecem destaque na revista.

O BNDES, por exemplo, chega a ser citado como um promotor da “*integração física da América Latina*”³⁶⁹, uma vez que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social é um dos grandes financiadores de empresas brasileiras que buscam investir no exterior.

Na mesma matéria, intitulada “*Soy loco por ti, América*”, podemos encontrar um mapa denominado “*EXPANSÃO LATINA: os projetos do banco na América Latina*”. O banco referido é o BNDES e dentre tais projetos financiados, destacam-se dois da empreiteira Norberto Odebrecht, com investimentos no Equador, na construção da Hidrelétrica de San Francisco (Financiamento do BNDES: US\$ 242,9 milhões)³⁷⁰, e na Venezuela, com a construção da Linha 4 do Metrô de Caracas (Financiamento do BNDES: US\$ 107,5 milhões). Além das obras da Odebrecht, a matéria mostra outras empresas que se beneficiam com as facilidades promovidas pelo Banco como a Confab (metalurgia), Allston (infraestrutura de energia e transportes) e ARG (construção civil).

Fontes destaca que o papel do Estado foi fundamental para expansão capital-imperialista brasileira. No que consta a respeito do BNDES, a autora pontua que:

Sob o governo Sarney, o BNDES apresentou o “Plano Estratégico 1987-1990”, incorporando cenários de integração competitiva entre as empresas. Em junho de 1990, no governo Collor, novo programa “elencava a

³⁶⁷ O Brasil imperialista. Veja. 19/02/2003, p. 75.

³⁶⁸ Um novo sabor global. Veja. 10/03/2004, p. 76.

³⁶⁹ A integração da América Latina, da união e cooperação entre os povos é uma ideologia sustentada, que de certa forma, ajuda a mascarar a atuação política e econômica do capital-imperialismo brasileiro. Soy loco por ti, América. *Época*. 29/12/2003, p. 40-1.

³⁷⁰ No caso específico do Equador, em especial sobre a construção da Hidrelétrica de San Francisco, a Odebrecht foi fortemente questionada “*por estarem impregnados de irregularidades técnicas, legais e financeiras*”, o que levou o governo do Equador a expulsar a construtora do país. Ver: LANDIVAR, Natália. Os padrões de comportamento das “transbrasileiras” no Equador: extra-territorializando a responsabilidade do Estado brasileiro. In: IRLS – INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO. (org). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

desregulamentação, a abertura comercial e as privatizações como ferramentas básicas para a ‘reestruturação competitiva’ da economia brasileira”, convertendo-o num banco de “abordagem e abaloamento, para identificar e facilitar as “privatarias”. No final do governo Cardoso realizou-se uma reforma no estatuto do BNDES de forma a permitir o financiamento a operações de capital brasileiro no exterior. No governo seguinte, de Lula da Silva, em 2005, implementou-se no mesmo banco uma linha de crédito para a internacionalização de empresas brasileiras. Na atualidade, este Banco vem protagonizando uma impactante dinâmica de centralização e concentração de capitais no Brasil³⁷¹.

Podemos perceber que muitas das grandes empresas nacionais consolidaram sua expansão para outros países através do dinheiro público. Nas revistas *Época* e *Veja*, o papel do BNDES como um banco financiador dessa expansão é reafirmado, como podemos perceber através da reportagem de *Época* acima citada.

Para *Veja* o BNDES, “deixou de ter o papel de indutor do desenvolvimento que desempenhou em sua origem. Também ficou para trás o tempo em que bancava generosos subsídios a **empresas nem sempre eficientes**”, porém, desde o “início da década de 90 para cá, o banco passou a se preocupar com competitividade e retorno, palavras de importância crucial no mundo globalizado”, desta forma, como o BNDES é considerado um gestor de dinheiro público, o mesmo “não poderia simplesmente jogá-lo em **projetos inviáveis**”³⁷².

No *hall* de empresas “nem sempre eficientes” e de “projetos inviáveis” podemos de certo modo afirmar, que não são compostas pelas grandes empresas nacionais, tendo essas, um acesso mais fácil ao dinheiro público liberado pelo BNDES, como exemplo, podemos observar o caso das empresas Odebrecht, Allston e ARG, citados na matéria de *Época*. *Época* afirma que,

siderurgia, celulose e também petroquímica compõem a trinca de setores industriais considerados estratégicos para o BNDES. Além de exportarem maciçamente, eles tem muito mais em comum. Neles, o Brasil possui vantagens competitivas, como a abundância de minério de ferro e de áreas para o plantio de eucalipto³⁷³.

O BNDES para *Veja* assumiria uma posição estratégica dentro do processo de consolidação da globalização de molde neoliberal, uma vez que a revista considera que o “mais importante” é que ninguém deve duvidar “nos dias de hoje, de que o mercado seja incapaz de promover sozinho a saúde econômica e o bem-estar social de uma nação”, de

³⁷¹ FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Op. Cit., p. 346.

³⁷² Como nos anos 50. *Veja*. 12/01/2003, p. 73. Grifos meus.

³⁷³ Em busca dos dólares. *Época*. 19/05/2003, p. 46.

acordo com essa visão, “o Estado tem de agir para preencher as lacunas que o mercado não pode suprir”³⁷⁴.

Para melhor entendermos o processo de internacionalização de algumas empresas brasileiras, buscaremos apresentar alguns casos específicos.

3.2.1 Petróleo e mineração: Petrobrás e CVRD

A Petrobras se encontra em posição grandiosa entre as empresas nacionais, sendo uma das empresas mais transnacionalizadas do Brasil³⁷⁵. Apresentada, em certos momentos, como orgulho nacional, a empresa que surgiu em 1953, foi resultado do processo de nacionalização das riquezas geradas no subsolo brasileiro³⁷⁶.

A matéria intitulada “*De tanque cheio*”, da revista *Época*, apresentada no quadro 11, mostra a trajetória da Petrobras ao longo da história. Para a revista a “*arrancada de um sonho*” começou com “*uma campanha de estudantes patriotas e idealistas que o petróleo começou a ser nosso*”³⁷⁷. Nas sete páginas de matéria, a revista traça uma linha do tempo onde destaca as principais conquistas e acontecimentos ao longo de seis décadas (de 1940 á 1990).

O sonho que se iniciou em 1953 faria com que anos depois a Petrobras chegasse “*ao jardim do Éden das multinacionais de energia*”. *Época*, contextualiza de maneira sucinta o processo de internacionalização da Petrobras, relata que “*a proposta de crescer para além das fronteiras surgiu em 1999, ano que marcou a abertura do setor às rivais estrangeiras no Brasil*”³⁷⁸.

Na revista *Veja* a Petrobras também ganha um destaque parecido. Podemos observar isso através de um suplemento publicado na edição 1827 de 05 de novembro de 2003, em comemoração aos 50 anos da empresa, intitulado “*Petrobras 50 anos*”. Para *Veja*,

nos próximos anos, a Petrobras tem metas ousadas a cumprir. Essa tem sido a rota diária em meio século de existência da empresa que é, de fato e de direito, **patrimônio do povo brasileiro**. Maior e mais importante realização nacional no campo industrial, berço de conquistas tecnológicas inéditas, ponto de

³⁷⁴ Id.

³⁷⁵ Ver as quadros 11 e 12 deste capítulo.

³⁷⁶ Já em 1938 começa um processo de nacionalização das riquezas do subsolo brasileiro, cria-se nesse período o Conselho Nacional do Petróleo (CNP). Ver: PAGOTTO, Ronaldo. Brasil e o petróleo: neocolonialismo e uma festa para poucos. In: IRLS – INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO. (org). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

³⁷⁷ De tanque cheio. *Época*. 17/03/2003, p. 48-54.

³⁷⁸ A Petrobras Globalizada. *Época*. 14/06/2004, p. 42-4.

referência de cidadãos e cidadãs que acreditam na capacidade desse País e a ele dedicam seu talento e lealdade, a Petrobras é depositária de um compromisso vitorioso que cumpre a cinco décadas: descobrir, produzir, processar, transportar e distribuir petróleo e seus derivados no Brasil (...) Hoje rentável, competitiva, líder incontestado no País e com forte presença na América do Sul, a Petrobras é uma empresa integrada que olha para o futuro com determinação e confiança³⁷⁹.

O caráter ufanista da citação acima descrita é característico e pode ser encontrada em ambas as revistas quando o assunto é Petrobras. Nessa citação, *Veja* chega a mencionar que a Petrobras é um “*patrimônio do povo brasileiro*”, porém duas das questões controversas em torno da produção do petróleo no Brasil e que ambas as revistas não mencionam é justamente a apropriação pelo povo da riqueza produzida pelo petróleo e a abertura do capital da Petrobrás. João Velentim destaca que

mais de 60% do capital da Petrobrás é privado e praticamente 50% das ações estão em mãos estrangeiras. Isto significa que da distribuição de dividendos (parcela do lucro que é distribuída aos acionistas), a maior parte ficará em mãos privadas e quase a metade será remetida ao exterior, sobretudo aos países imperialistas. Da parcela do lucro que é distribuída à União, parte considerável destina-se ao pagamento dos serviços das dívidas interna e externa. Seu caixa é ainda utilizado pelo governo para compor a formação do superávit primário do setor público, uma exigência do FMI e dos credores internacionais do Brasil. Além disso, é crescente a emissão de títulos de dívida da Petrobrás e de subsidiárias no mercado de capitais dos EUA³⁸⁰.

Em 1990, frações dominantes da burguesia brasileira, juntamente com o capital internacional, tiveram grande representatividade através das políticas neoliberais, que começou uma onda de privatizações no Brasil. No caso específico de privatização da Petrobras, Pagotto destaca que,

houve uma articulação de pouco mais de 20 sócios, que investiram cerca de R\$ 140 milhões sendo destes R\$ 60 milhões provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), formando a chamada Sociedade de Propósito Especial para captar no mercado internacional R\$ 1,3 bilhão (justamente o valor do investimento de R\$ 1 bilhão previsto no orçamento do Estado que o governo cortou em 1999). Essa jogada resultou num aporte de R\$ 1,5 bilhão para um negócio com a previsão de faturamento de R\$ 5 bilhões em médio prazo. Como se pode notar, o que aconteceu foi uma entrega do patrimônio do povo ao mercado internacional³⁸¹.

³⁷⁹ Carta dos Editores. *Veja*. Suplemento Petrobras 50 anos. 05/11/2003, p. 04. Grifos meus.

³⁸⁰ VELENTIM, João. *Quem controla a Petrobrás?* Disponível em: http://www.litci.org/pt/index.php?option=com_content&view=article&id=14:artigo14&catid=8:brasil. Acessado: 12/04/2011.

³⁸¹ PAGOTTO, Ronaldo. Brasil e o petróleo: neocolonialismo e uma festa para poucos. Op. Cit., p. 82.

A empresa “*cidadão do mundo*”³⁸², possui hoje por meio de unidades, empresas subsidiárias, representações comerciais e financeiras, participação em 28 países contando com o Brasil³⁸³.

Para *Veja* o principal motivo que levou a Petrobras a expandir “*suas ações para além da fronteira nacional*”, foi devido a “*garantir o suprimento de petróleo para o Brasil em meio aos dois choques do petróleo na década de 70*”³⁸⁴. No entanto o que a revista deixa de mencionar é que no atual estágio do capitalismo uma das grandes características inerentes desse modo de produção é a busca insaciável pelo lucro, o que levou a Petrobras a expandir sua intervenção para além das fronteiras nacionais. Essa é uma observação fundamental para compreender o atual estágio de desenvolvimento do imperialismo, bem como o processo de internacionalização de muitas das empresas brasileiras.

No campo da mineração a Companhia Vale do Rio Doce é uma das líderes do mercado mundial. Sua história começa a ser formada em 1909, onde criou-se a *Brazilian Hematite Syndicate*, empresa britânica, que tinha como intuito explorar o minério de ferro de Minas Gerais. Em 1911 a empresa muda de nome para *Itabira Iron Ore Company*, e em 1914 foi dividida em duas empresas nacionais: a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia, e a Companhia Itabira de Mineração. Em 1942 com o tratado de Washington, entre Brasil, Estados Unidos e Inglaterra, motivado pelos conflitos da Segunda Guerra Mundial, o Brasil passa a oferecer minérios para ambos os países.

Num destes acordos, o governo britânico adquiriria e transferia para o governo brasileiro as minas de ferro da empresa *British Itabira Company* em Itabira (MG), o governo dos Estados Unidos proveria empréstimos e o governo brasileiro constituiria uma empresa para explorar e exportar minério de ferro para aqueles países. Dessa forma, foi criada a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) uma sociedade anônima de economia mista que, em 1952, passou totalmente para o controle estatal³⁸⁵.

³⁸² Cidadão do mundo. *Veja*. Suplemento Petrobras 50 anos. 05/11/2003, p. 19.

³⁸³ A Petrobras nos continentes: ÁFRICA: Angola, Líbia, Namíbia, Nigéria e Tanzânia; AMÉRICA CENTRAL E CARIBE: Cuba; AMÉRICA DO NORTE: EUA e México; AMÉRICA DO SUL: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela; ÁSIA: China, Cingapura, Índia, Irã e Japão; EUROPA: Portugal, Reino Unido e Turquia; OCEANIA: Austrália e Nova Zelândia. Disponível: http://www.petrobras.com/ptcm/appmanager/ptcm/dptcm?nfpb=true&pageLabel=petr_com_mundo. Acessado em: 23/03/2011.

³⁸⁴ Cidadão do mundo. *Veja*. Suplemento Petrobras 50 anos. 05/11/2003, p. 19.

³⁸⁵ BOSSI, Dário; GAZZINELLI, Gustavo; KATO, Karina; MILANEZ, Bruno. A face agressiva da Vale. In: IRLS – INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO. (org). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 161.

Nos anos de 1990 com a privatização da empresa, a maior parte das ações da CVRD passou para as mãos da Valepar³⁸⁶ (53%). Além da Valepar, também tem participação o BNDESPar³⁸⁷ com 6,8%, além de investidores diversos, dentre eles encontra-se investidores não brasileiros, com 27%, e investidores brasileiros com 12,9%.

Na interpretação de *Veja*, apesar de uma conjuntura desfavorável para o pleno desenvolvimento “*a Vale do Rio Doce supera gargalos incríveis e bate pela terceira vez o recorde de ganhos no Brasil*”³⁸⁸. Em 2003,

a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a maior exportadora mundial de minério de ferro, aposta no aumento das vendas. “Este ano deve ser ainda melhor que 2003, com a produção chegando a 190 milhões de toneladas de minério e pelotas de ferro”, diz Fábio Barbosa, diretor financeiro da Vale, a segunda maior empresa exportadora do Brasil³⁸⁹.

Veja ainda destaca que:

A empresa atua em quinze países e pesquisa em dez. Só na Angola, busca minérios em área maior que a do Estado do Paraná. A área das reservas florestais da companhia equivalem à metade do estado de Alagoas. Em uma de suas reservas, a Vale catalogou oitenta espécies de vegetais nunca antes identificadas. A empresa tem 300 profissionais especializados em questões indígenas e ambientais³⁹⁰.

Apesar de não serem mostrados pelas revistas, estudos apontam o grande impacto que a Vale do Rio Doce exerce sobre populações e sociedades, como:

desmatamento, deslocamentos de populações, destruição de modelos tradicionais de subsistência, poluição atmosférica, intervenções em mananciais de abastecimento público e contaminação de cursos d’água são atividades que acompanham o percurso da Vale desde a exploração dos minérios, passando pela transformação e transporte do seus produtos³⁹¹.

³⁸⁶ A Valepar é uma sociedade financeira “controlada pela Litel (grupo formado pelos fundos de pensão do Banco do Brasil, Petrobras, Caixa Economica Federal e Setor Elétrico Paulista), Bradespar, Mitsui e BNDESPar”. Id.

³⁸⁷ “O BNDES Participações S/A é um holding de propriedade integral do BNDES criada para administrar as participações do banco. Por meio do BNDESPar o banco atua no mercado de capitais, tornando-se sócio das empresas que fazem parte de sua carteira de investimentos”. Id.

³⁸⁸ Uma máquina de fazer lucros. *Veja*. 30/03/2005, p. 84.

³⁸⁹ O salto das exportações. *Veja*. 14/01/2004, p. 78.

³⁹⁰ Um máquina de fazer lucros. *Veja*. 30/03/2005, p. 85.

³⁹¹ BOSSI, Dario; GAZZINELLI, Gustavo; KATO, Karina; MILANEZ, Bruno. A face agressiva da Vale. Op. Cit., p. 162.

Também podemos mencionar os intensos conflitos envolvendo a CVRD e comunidades indígenas e quilombolas em Minas Gerais, Paraíba, Maranhão, além de problemas com trabalhadores, principalmente trabalhadores terceirizados (apenas 40% dos trabalhadores são funcionários da Vale), que realizam os trabalhos mais arriscados³⁹².

3.2.2 Siderurgia: o grupo Gerdau

Márcia Tavares indica que o fato do Brasil ter aberto cedo o campo da siderurgia para as transnacionais estrangeiras pode ter influenciado negativamente no processo de internacionalização das siderúrgicas brasileiras³⁹³, com exceção do Grupo Gerdau, que é tido como o mais transnacional grupo brasileiro.

O Grupo Gerdau, também encontra espaço de destaque em publicações nas revistas *Época* e *Veja*. Márcia Tavares destaca que,

a expansão produtiva da Gerdau é a mais significativa entre as siderúrgicas brasileiras. Em geral seguiu um padrão pela qual a empresa entrava nos mercados por meio de exportações e lentamente as substituiu, pelo menos parcialmente, por meio da produção local. Foi um processo gradual que iniciou com apenas operações conservadoras, como a aquisição as LAISA no Uruguai em 1980, cresceu em complexidade e abrangência ao longo do tempo. Entre 1989 e 1998 a empresa realizou diversas aquisições no Cone Sul – Argentina, Chile y Uruguai – e no Canadá. Em 1997 fez uma importante aquisição na Argentina. Em 1999, voltou-se ao mercado dos Estados Unidos, comprando 75% da AmeriSteel e, por meio dessa, da Birmingham Southeast. Em 2002 fundiu suas operações na América do Norte e subsequente aumentou sua participação na empresa resultante e comprou participação na North Star Steel. Também ampliou sua participação na América Latina por meio de investimentos na Colômbia e no Chile. Em janeiro de 2006, voltou-se para Europa, onde comprou a espanhola Sidenor, por meio da qual também adquiriu 58% da Aços Villares, no Brasil³⁹⁴.

Através da citação podemos observar o quão internacionalizado o Grupo Gerdau se transformou. A revista *Época* chega a falar sobre o “*Rei da América*”, referindo-se a Jorge

³⁹² BOSSI, Dário; GAZZINELLI, Gustavo; KATO, Karina; MILANEZ, Bruno. A face agressiva da Vale. p. 165-70.

³⁹³ Em 1921 a Arbed (em 2002, a Arbed se uniu à francesa Usinor e à espanhola Acerália para criar a ARCELOR) adquiriu participação na Belgo-Mineira. Mannesmann (conglomerado alemão) a partir de 1952 inicia a produção de aço no Brasil. Nippon Steel, Kawasaki e Finsider realizaram parceria com o Estado na Usiminas a partir de 1956 e na CST em 1976. Ver: TAVARES, Márcia. *Investimento Brasileiro no Exterior*. Op. Cit., p. 23.

³⁹⁴ Id., p. 24.

Gerdau, e a compra de siderúrgicas nos Estados Unidos, adquirindo indústrias nos Estados Unidos e em outros países do continente americano³⁹⁵.

Já a revista *Veja*, em matéria de 22 de setembro de 2004, salienta a posição do Grupo Gerdau a respeito da consolidação da ALCA. Podemos perceber através do título da matéria, “*A ALCA do Gerdau*”, que o grupo já começou a consolidação de sua própria Área de Livre Comércio das Américas.

Além de enfatizar o caráter transnacional da empresa que “*amplia aquisições nas Américas, dribla protecionismo e torna-se a mais internacional das empresas privadas brasileiras*”³⁹⁶, a revista enaltece a figura de Jorge Gerdau Johannpeter, colocando-o como um exemplo de homem de negócios, que “*esteve sempre próximo do poder. Desde João Goulart conheceu todos os presidentes. Manteve relações amistosas com Emílio Garrastazu Médici, que foi seu chefe quando prestou o serviço militar*”. Com FHC não foi diferente, para o ex-presidente, “*o Gerdau não é um capitão da indústria. É um homem de visão que compreende os desafios do mundo moderno*”. Para Lya Luft, colunista da revista *Veja*: “*Se o Brasil pudesse contar com vinte homens como Jorge, o país certamente seria muito melhor*”³⁹⁷.

Desta forma, ao longo do tempo a Gerdau foi consolidando sua missão, sendo:

uma empresa com foco em **siderurgia** que busca satisfazer as necessidades dos **clientes** e criar valor para os **acionistas**, comprometida com a realização das **pessoas** e com o desenvolvimento sustentado da **sociedade**³⁹⁸.

Podemos observar a preocupação do Grupo Gerdau a favor dos interesses financeiros do mercado, que é hoje uma das grandes bandeiras levantadas pelo capital-imperialismo, onde a empresa destaca a prioridade que é dada para seus acionistas, representada pela busca de criação de valor.

A visão da empresa tem por base o processo de transnacionalização, pois só assim é possível que a empresa seja uma “*empresa global*” no campo da siderurgia, buscando estar sempre entre as mais rentáveis do setor³⁹⁹.

3.2.3 Empreiteiras: da construção civil à consolidação de conglomerados

³⁹⁵ Rei da América. Época. 13/09/2004, p. 13.

³⁹⁶ A ALCA do Gerdau. *Veja*. 22/07/2004, p. 111.

³⁹⁷ Id., p. 112-13.

³⁹⁸ Disponível em: <http://www.gerdau.com.br/sobre-gerdau/missao-visao-valores.aspx>. Acessado: 28/03/2011. Grifos do site.

³⁹⁹ Id.

As empresas de construção civil juntamente com as siderúrgicas brasileiras encontram-se entre os grupos mais internacionalizados. As empresas de construção civil surgem por volta de 1940, consolidando-se nas décadas de 1950, 60 e 70 quando o Estado passou a realizar fortes investimentos na área de infra-estrutura e de indústria de base⁴⁰⁰.

Dentre as maiores empresas destacamos as empreiteiras Norberto Odebrecht e Camargo Corrêa⁴⁰¹. *Veja*, por exemplo, fala com entusiasmo sobre a internacionalização da Norberto Odebrecht:

Até meados da década de 1980, a empreiteira ganhou rios de dinheiro construindo estradas, hidrelétricas e outras obras de infra-estrutura de norte a sul do Brasil. Com o avanço da crise econômica e, conseqüentemente, da **falta de capacidade de investimento do Estado brasileiro**, os recursos para essa área ficaram cada vez mais minguados. “Ficamos um bom tempos a ver navios, pois as obras de logística simplesmente pararam no país”, afirma o presidente da companhia, Marcelo Odebrecht.

Para sobreviver, além de diversificar seus negócios no Brasil, a construtora investiu na conquista de novos mercados e na internacionalização da sua carteira de clientes⁴⁰².

Observa-se que o papel desempenhado pelo Estado brasileiro foi de fundamental importância para a consolidação das grandes empreiteiras. Até os anos da Ditadura Militar, as empreiteiras conseguiram acumular um valor considerável de capital através da construção de estradas, hidrelétricas, barragens, dentre outras obras⁴⁰³.

Hoje boa parte da receita das empreiteiras advém do exterior e a empresa campeã é a construtora Norberto Odebrecht, que *“já teve obras em 30 países do mundo e, atualmente, tem 80% de todas suas receitas oriundas de atividades no exterior, índice inédito no Brasil”*⁴⁰⁴.

⁴⁰⁰ A esse respeito ver: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras*. Op. Cit.. RAUTENBERG, Edina. *A revista Veja e as empresas de construção civil (1968-1978)*. Op. Cit..

⁴⁰¹ Durante o levantamento das fontes foram mencionadas apenas duas empreiteiras em *Época* e *Veja*: Norberto Odebrecht e Camargo Corrêa. Porém, destacamos no campo da construção civil outras gigantes como Andrade Gutierrez, Mendes Junior, Queiroz Galvão e OAS que durante o período de estudo não encontram espaço nas páginas das revistas.

⁴⁰² A ponte para o mundo. Suplemento de *Veja*. *Veja*. 10/2004, p. 14. Grifos meus.

⁴⁰³ Ver, a já citada dissertação de mestrado de Edina Rautenberg: *A revista Veja e as empresas de construção civil*. Op., Cit..

⁴⁰⁴ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras*. Op. Cit., p. 64.

Pedro Campos destaca que a organização das empreiteiras em aparelhos privados de hegemonia (APH) foi relevante para o processo de acumulação capitalista e expansão das empresas a nível internacional⁴⁰⁵. A partir do momento que as empresas de construção civil começaram a se articular em APH, a reivindicação de políticas favoráveis que atendessem aos interesses do setor foram determinantes para a consolidação entre as maiores empresas brasileiras.

Campos observa outra característica das empresas de construção civil: a diversificação das áreas de atuação⁴⁰⁶. *“Essa tendência é tão acentuada que as empresas têm perdido seu caráter original de construtoras, convertendo-se em conglomerados monopolistas com uma variada carteira de investimentos, dentre os quais o de construção de obras de infraestrutura se tornou-se minoritário”*⁴⁰⁷.

A revista *Época* trata desse assunto, referindo-se à Camargo Corrêa:

na época das grandes obras do regime militar, a empreiteira Camargo Corrêa estava lá. Quando o dinheiro acabou e vieram as privatizações da fase FHC, ela também estava lá. Agora que o vento mudou e o Brasil tem um governo popular, a Camargo está fazendo um esforço extra para continuar no lugar certo. Apostando que Luis Inácio Lula da Silva cumprirá a promessa de melhorar a renda das camadas mais pobres, o grupo criado pelo lendário empresário Sebastião Camargo decidiu investir pesado em produtos de consumo para o povão. Vai produzir em grande escala calçados, tecidos e cimento. Na semana passada, a Camargo Corrêa comprou o controle da Santista Têxtil, uma das maiores indústrias do setor no país⁴⁰⁸.

A Camargo Corrêa, de todas as grandes construtoras, é a que tem maior diversificação de produção. Além de calçados (marcas Havaianas, Rainha e Topper), tecidos (Santista Têxtil, que fornece tecido para as grifes Levi's, Gap e Lee) e cimentos, ainda destacamos atuação na área de táxi aéreo, siderurgia, gestão ambiental, agropecuária, participação do mercado de ações de empresas como Usiminas, Itaotec-Philco apenas para citar algumas⁴⁰⁹.

⁴⁰⁵ Dentre os APH o autor cita: Câmara Brasileira de Construção Civil (CBIC), criado em 1975; Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (SINICON), criado em 1959; e o mais importante, Associação Brasileira de Engenharia Industrial (ABEMI), tendo origem em 1964. Ver: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras*. Op. Cit., p. 63.

⁴⁰⁶ Quando falamos em áreas diversas de atuação, queremos dizer que as empreiteiras não se focaram apenas no setor da construção civil, mas ampliaram seu campo de atuação, estando presente em vários setores da economia.

⁴⁰⁷ Id., p. 65.

⁴⁰⁸ Empreiteira de sete vidas. *Época*. 23/06/2003.

⁴⁰⁹ Essa regra não diz respeito apenas a Camargo Corrêa, mas também a empresas como do grupo Norberto Odebrecht, Mendes Junior, Queiroz Galvão e outras. Id., p. 65-6.

As revistas apesar de não mencionarem outras grandes construtoras como Andrade Gutierrez, Mendes Junior, Queiroz Galvão e OAS⁴¹⁰, as empreiteiras (nesse caso Odebrecht e Camargo Corrêa) são apresentadas e vistas pela ótica de seus grandes investimentos e negócios. Apesar de podermos encontrar irregularidades na ação dessas empresas, como é o caso da Norberto Odebrecht no Equador, tais informações são ocultadas por ambas a revistas.

3.3 CONCLUSÕES PARCIAIS

Por muito tempo, pensar o imperialismo no Brasil, principalmente no senso comum, era algo que vinha acompanhado de uma visão errônea, pois era considerado imperialismo tudo que vinha de “fora para dentro”, principalmente se tratando de capitais estadunidenses.

Podemos constatar como as revistas *Época* e *Veja* enquanto aparelhos privados de hegemonia foram fundamentais para a construção do consenso em torno da exportação de capitais brasileiro. Empresas como Petrobrás, CVRD, Grupo Gerdau, tido como exemplos de sucesso do capitalismo nacional, encontraram espaço para a produção de consenso em torno de suas práticas. As contradições inerentes dessa expansão imperialista nacional não são apresentadas pelas revistas durante o período estudado, vide exemplo da CVRD no caso do Equador.

Procuramos destacar o papel desempenhado pelo Estado no processo de expansão imperialista, focando a atuação das revistas com o BNDES, onde ambas defendem a atuação do banco em investir dinheiro público em empresas privadas.

Também destacamos o papel desempenhado pela agricultura, que apesar da visão dualista que se forjou entre agricultura e indústria no Brasil, ambos os setores andaram de mãos juntas e foram fundamental para a consolidação do capitalismo no Brasil. No caso específico da agricultura brasileira, *Época* e *Veja* se colocaram a favor de um modelo específico de agricultura: um modelo agrícola agroexportador, *high-tech*, baseado na concentração da terra, defendendo os interesses das elites agrárias nacionais, bem como do capital internacional.

⁴¹⁰ Os “porquês” desta não menção não será aqui discuti devido à proposta metodológica de análise. Por exemplo: ao optarmos em não trabalhar com um levantamento publicitário nas revistas, acreditamos ter deixado de lado dados importantes, não apenas sobre as empreiteiras, mas como num todo. A escolha da sessão Economia & Negócios e o editorial nos limitou de certa forma a buscar em outra sessão matérias a respeito das empreiteiras, que em muito contribuir para a discussão.

CONCLUSÕES

Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo passou por uma série de transformações que vão aos poucos alterando as formas do imperialismo, e durante o período da Guerra Fria podemos observar que uma nova ordem imperial consolida-se, tendo como líder mundial os Estados Unidos.

Dentro desse quadro histórico de conflitos, podemos observar que a construção de um novo modelo para o sistema capitalista estava sendo forjado. É dentro deste contexto que o neoliberalismo surge como doutrina dominante nos anos 1980 e consolida-se de vez nos anos 1990 e 2000, tornando-se forma dominante de organização política e econômica em vários países do mundo.

A nova ordem econômica mundial baseada na hegemonia norte-americana ganha impulso com os Acordos de Bretton Woods em 1944. Desses acordos surgem instituições financeiras como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), sendo importantes para a formulação de orientações para vários países do mundo, incluindo os países latino-americanos.

Nesse sentido, além do Estado ser fundamental para a consolidação de um projeto neoliberal, que através dos mecanismos legais, vão aos poucos realizando reformas nos campos políticos e econômicos, a imprensa foi de suma importância para a consolidação do neoliberalismo, em busca pelo consenso.

O neoliberalismo consolidou uma nova forma de imperialismo, denominado por Virgínia Fontes de capital-imperialismo, onde buscou envolver toda forma de existência humana, seja ela política, econômica ou social. Desta forma, *“não se trata apenas da*

*expressão de uma “vontade”, mas de uma “necessidade” imperiosa do capital-imperialismo que, aliás, formula suas justificativas exatamente pela falta ou ausência de alternativas”*⁴¹¹.

Nesse sentido nos propomos no início da pesquisa analisar como as revistas *Época* e *Veja*, através de sua atuação partidária, se colocaram em defesa desse capital-imperialismo durante o primeiro mandato do governo Lula.

Num primeiro momento procuramos mostrar como foi o posicionamento da revistas em torno daquilo que denominamos *imperialismo à estrangeira*, ou seja, sobre o processo de importação de capitais para o Brasil. Desta forma, foi possível verificar que as revistas adotam o discurso da subalternidade nacional em relação à entrada do capital internacional no país. Tanto o capital industrial multinacional quanto o capital financeiro, encontram espaço de divulgação nas revistas através da sessão Economia & Negócios e editorial, sendo visto como algo importante para o desenvolvimento da economia nacional.

Em um segundo momento da pesquisa, propusemos analisar sobre a exportação de capitais nacional, denominando esse processo de *imperialismo à brasileira*. Durante nosso estudo, buscamos mostrar como a consolidação de um novo modelo agrícola foi de suma importância para a consolidação de uma industrial nacional, que ao longo do tempo foi passando por uma série de mudanças devido a situações externas e internas. No entanto, podemos destacar que alguns setores da economia nacional como o petrolífero, siderúrgico, mineração e construção dentre outros, conseguiram manter-se competitivos após a abertura da economia nacional, possibilitando expandir seus negócios para outros países.

Aqui, novamente, as revistas *Época* e *Veja* enaltecem o processo de internacionalização das empresas brasileiras. A trajetória das empresas brasileiras é tratada de maneira épica pelas revistas, onde relatam os desafios encontrados por essas empresas na busca por novos mercados.

Apesar de observarmos certa concordância entre *Época* e *Veja* em torno dos assuntos aqui abordados, destacamos de maneira específica, a atuação de *Época* com o empresariado nacional. Tal observação foi feita a partir do suplemento Economia & Negócios de *Época*, onde observamos em um primeiro momento, a grande ênfase dada pela revista aos industriais nacionais. Tal posicionamento também pode ser presenciado em *Veja*, porém de maneira mais tímida.

Pedro H. P. Campos ao estudar sobre as empreiteiras nacionais observa algo que de certa forma se encaixa para qualquer empresa ou grupo imperialista. Para Campos a expansão

⁴¹¹ FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Op., Cit., p. 152.

das empresas pelo mundo “*pode ser considerada imperialista no sentido de que se baseia na exportação de capitais*”, sendo essa uma das características maiores do imperialismo, segundo observações de Lênin. Nesse sentido os bancos assumem um papel fundamental no processo de expansão do capital-imperialismo. Como exemplo, citamos na pesquisa o caso do BNDES, além dos bancos privados estrangeiros e nacionais.

Apesar das muitas lacunas deixadas no processo de análise das revistas⁴¹², nossos objetivos giraram em torno de mostrar como as revistas, enquanto aparelhos privados de hegemonia foram fundamentais para a sustentação e manutenção do discurso que gira em defesa do capital-imperialismo, colocando-se a favor do capital industrial ou bancário (internacional e nacional), que teve e tem como principal objetivo a busca incessante pelo lucro.

Começamos nossa pesquisa com um pergunta: *Época* e *Veja*: imperialismo em revistas ou revistas imperialistas?

Com está pergunta foi possível orientar o percurso desta pesquisa. Ao nos perguntarmos se *Época* e *Veja* são revistas imperialistas, ou se apenas o imperialismo faz parte das revistas, encontrando um espaço de divulgação, nos propomos analisá-las através de uma dupla atuação. Assim sendo, observamos o quão imperialista *Época* e *Veja* são, pois além de abrirem espaço para a propagação de questões que envolvem o imperialismo, através de sua atuação partidária, pedagógica, buscam criar o consenso em torno dos interesses do grande capital nacional e internacional.

⁴¹² Dentre as principais lacunas, destacamos o quanto seria importante para a pesquisa analisar de maneira mais aprofundada os interesses de classe de ambas as revistas, assim seria possível identificar de maneira mais detalhada sua ação partidária, identificando os principais sujeitos políticos e econômicos presentes em *Época* e *Veja*.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação da grande imprensa*. 1ª ed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.
- ARCEO, Enrique. El fracaso de la reestructuración neoliberal em América Latina: estratégias de los sectores dominantes y alternativas populares. In: ARCEO, Enrique; BASUALDO, Eduardo. M. (Compiladores). *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006, p. 27-65.
- BATISTA, Paulo Nogueira. O consenso de Washington. In: BATISTA JR, Paulo Nogueira. *Paulo Nogueira Batista: pensando o Brasil : ensaios e palestras*. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 115-162.
- BENVENUTI, Patrícia. Professores de escolas itinerantes fazem greve de fome no RS. Disponível: <http://www.brasildefato.com.br/node/1770>. Acessado: 25/02/2011.
- BOITO JR, Armado. A burguesia no governo Lula. In: ARCEO, Enrique; BASUALDO, Eduardo M.. *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. 1ª. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO, 2006.
- BOSSI, Dário; GAZZINELLI, Gustavo; KATO, Karina; MILANEZ, Bruno. A face agressiva da Vale. In: IRLS – INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO. (org). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- BRESCIANI, Luis Paulo. Os desejos e o limite: reestruturação industrial e ação sindical no complexo automotivo brasileiro. In: LEITE, Márcia de Paula. (org.). *O trabalho em movimento: reestruturação e sindicatos no Brasil*. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- BRIEGER, Pedro. De la década perdida a lá década del mito neoliberal. In: GAMBINA, Julio. (Compilador). *La globalización económico-financiera. Su impacto en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2002, p. 241-355.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CALIL, Gilberto; SILVA, Carla Luciana. Impasses do ensino público no Brasil “globalizado”. In: FERNANDES, É. P. et. all (org.) *CONTRAPONTO* – Ensaio de História Imediata. Porto Alegre: Folha da História/Livraria Palmarinca Editora, 1999, p. 145-157.
- CAMMACK, Paul. “Sinais dos tempos”: capitalismo, competitividade e a nova face do império na América Latina. In: PANITCH, L.; LEYS, C. (Orgs.). *O império reloaded*. 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO, 2006 (Socialist Register, 2005), p. 285-301.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *O imperialismo brasileiro nos séculos XX e XXI: uma discussão teórica*. Disponível: <http://www.uff.br/iacr/ArtigosPDF/23T.pdf>. Acessado em: 17/02/10.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tabula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995.

DIAS, Edmundo Fernandes. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: DIAS, E. F. (org.). *O outro Gramsci*. 3ª ed. São Paulo: 1996, p. 09-59.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: ARCEO, E.; BASUALDO, E. M.. *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. 1ª. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO, 2006.

FONTES, Virgínia. *O imperialismo: de Lenin aos dias atuais*. Outubro. São Paulo, n° 17, 2008.

_____. *Capital-imperialismo e urgência socialista*. Disponível:
<http://dariosilva.wordpress.com/2009/10/08/virginia-fontes-seminario-estrategia-e-tatica-da-revolucao-brasileira/> Acessado: 21/02/2010

_____. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

GINDIN, Sam; PANITCH, Leo. A finanças e o império estadunidense. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin. (Orgs.). *O império reloaded*. 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO, 2006 (Socialist Register, 2005), p. 65-104.

GONÇALVES, Reinaldo. Desestabilização macroeconômica e dominação do capital financeiro no Brasil. In: ARCEO, Enrique; BASUALDO, Eduardo M.. *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. 1ª. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO, 2006

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 2. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HERZ, Daniel. *A história secreta da REDE GLOBO*. 14ª ed. Porto Alegre, Ortiz, 1991.

HOBBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LANDIVAR, Natália. Os padrões de comportamento das “transbrasileiras” no Equador: extra-territorializando a responsabilidade do Estado brasileiro. In: IRLS – INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO. (org). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 115-126.

LE MONDE DIPLOMATIQUE. *Pienseamiento Crítico vs Pienseamiento Único*. Madrid: Debate, 1998.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. 3ª ed. São Paulo: Centauro, 2005.

LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARTINS, André Silva. Estratégias burguesas de obtenção do consenso nos anos de neoliberalismo da Terceira Via. In: NEVEZ, Lucia Maria Wanderley. (org.) *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

MARX, Karl. *O dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. 3º ed. São Paulo: Centauro, 2003.

MENDONÇA, Sonia Regina. Estado e sociedade. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.

_____. *Estado e educação rural no Brasil: alguns escritos*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Faperj, 2007.

MESQUITA, Flávio Agnelli. *As fontes jornalísticas no Casso Dossiê – uma análise de enquadramento da cobertura das revistas Veja, Época, IstoÉ e Carta Capital*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Artes e Comunicação. Bauru, Universidade Estadual Paulista, 2008.

MORETZSOHN, Sylvia. *Jornalismo em tempo real: o fetiche da velocidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

MULLER, Ana Garcia. *Empresas transnacionais brasileiras: dupla frente de luta*. Disponível: <http://www.adital.com.br/SITE/noticia.asp?lang=PT&cod=39927>. Acessado: 17/02/10.

NAREDO, José Manuel. Sobre el rumbo del mundo (a propósito del libro de Ignacio Ramonet *Un mundo sin rumbo*). In: LE MONDE DIPLOMATIQUE. *Pensamiento Crítico vs. Pensamiento Único*. Madrid: Debate, 1998.

NEVES, Lucia Maria Wanderley. Introdução. In: NEVEZ, L. M. W. (org.) *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

PAGOTTO, Ronaldo. Brasil e o petróleo: neocolonialismo e uma festa para poucos. In: IRLS – INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO. (org.) *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 75-102.

PAULANI, Leda. *Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008.

PT: Informativo Semanal da Bancada Estadual do Rio Grande do Sul. Número 134, Ano 05, Maio /1999

RAMONET, Ignácio. *Geopolítica do caos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. Introdução. In: LE MONDE DIPLOMATIQUE. *Pienseamiento Crítico vs Pienseamiento Único*. Madrid: Debate, 1998, 15.17.

RAUTENBERG, Edina. *A revista Veja e as empresas de construção civil (1968-1978)*. Dissertação de mestrado em História, UNIOESTE, 2011.

RODRIGUES, Gabriela. História: uma ciência do presente. In: FERNANDES, É. P. et. all (org.) *CONTRAPONOTOS – Ensaio de História Imediata*. Porto Alegre: Folha da História/Livraria Palmarinca Editora, 1999.

SANTOS, Theotônio. dos. *Imperialismo e corporações multinacionais*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

SANTOS, Cleito Pereira dos. Capital financeiro e grupos econômicos no capitalismo contemporâneo. *Antítese – marxismo e cultura socialista*. Outubro, 2004, n° 4.

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

SILVA, Carla Luciana Souza da. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)*. Tese de doutoramento em História. Niterói, UFF, 2005.

_____. *Veja: mais um partido neoliberal*. In: *História & Lutas de Classe*. Dossiê: Linguagem, comunicação e cultura. Ano 1 – ed. n° 2, Fevereiro 2006, p. 73-82.

_____. *A Carta ao Leitor de Veja: um estudo histórico sobre editoriais*. Intercom (São Paulo. Online), v. 32, p. 89-107, 2009.

_____. *Uma visão segmentada para uma dominação total: editoras, projeto educativa e construção de hegemonia*. In: ANTOGNAZZI, I. [et.al.] *Que universidad necesitan los pueblos: a 90 años de la reforma universitaria 1918-2008*. 1. ed. Rosario: Grupo de Trabajo Hacer La História, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de História da Cultura Brasileira*. 9° ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

TAVARES, Márcia. *Investimento Brasileiro no Exterior: panorama e considerações sobre políticas públicas*. Santiago: CEPAL/ONU, 2006.

VALENCIA, Adrián Sotelo. Neo-imperialismo, dependência e novas periferias na economia mundial. In: SADER, E.; SANTOS, T. dos. (Orgs.). *A América Latina e os desafios da globalização. Ensaio dedicados a Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro: Ed. PUC – Rio. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009, p. 111-133.

VELENTIM, João. *Quem controla a Petrobrás?* Disponível em: http://www.litci.org/pt/index.php?option=com_content&view=article&id=14:artigo14&catid=8:brasil. Acessado: 12/04/2011.

WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

SÍTIOS

Revista *Época*: <http://revistaepoca.globo.com/>

Revista *Veja*: <http://veja.abril.com.br/>

FONTES

Revista *Época* de janeiro de 2003 a dezembro de 2006;

Revista *Veja* de janeiro de 2003 a dezembro de 2006.

APÊNDICES

APÊNDICES I – QUADROS 1 E 2

QUADRO 01: em busca da credibilidade em *Época* (2003).

<p>Por Marcelo Aguiar. Trégua para o novo governo. 13/01/2003. “O indicador mais visível de melhora no cenário é o dólar. A moeda americana, que andou negociada a R\$ 3,80 há apenas um mês, recuou para R\$ 3,30 e parece ter se estabilizado temporariamente nesse patamar”.</p>
<p>Por Carlos Alberto Jr., Betina Moura, Cátia Luz. O arrocho petista. 10/02/2003. “O governo promete economizar R\$ 68 bilhões para acalmar investidores e dar estabilidade ao país”.</p>
<p>Por Ana Magdalena Horta. A guerra de juros. 19/05/2003. “Mesmo pressionado para baixar as taxas dignas de agiota, o governo resiste”.</p>
<p>Por Aluizio Falcão, Carta do Editor. O risco e a especulação. 14/07/2003. “Durante os últimos meses de 2002 e os primeiros deste ano, a economia sofreu com os altos e baixos do dólar e do chamado risco Brasil – um índice criado pelas empresas de <i>rating</i> para mostrar se os investidores internacionais podem ou não confiar no país . Em setembro de 2002, por exemplo, o índice de risco Brasil chegou a 2.500 pontos, diante das dúvidas em relação ao governo de Luis Inácio Lula da Silva. No primeiro mês de 2003, as incerteza baixaram, mas continuaram altas: o índice ficou em torno de 1.400 pontos, ante a possibilidade de o governo não abraçar as reformas necessárias para o Brasil.</p> <p>A ortodoxia da dupla Antônio Palocci e Henrique Meirelles fez a cotação do dólar cair, assim como o risco Brasil. Os investidores acreditaram na proposta do governo e sossegaram o facho. O comportamento do mercado revela que a comunidade financeira está mesmo tranquila com o governo – mesmo quando analisa cenários mais propensos ao risco”.</p>
<p>Por Estela Caparelli. 24,5% ainda é muito. “O Banco Central mantém a linha conservadora e determina corte na taxa de juros insuficiente para deslanchar o ‘espetáculo do crescimento’”.</p>
<p>Por Marcelo Aguiar, Cátia Luz, Estela Caparelli. O ano que não começou. 04/08/2003. “Aperto monetário quase inviabiliza volta do crescimento em 2003. Até as empresas do vice e de Furlan estão demitindo”.</p> <p>“Juros altos, compulsórios e carga tributária secaram o crédito”.</p> <p>“Até o FMI, que elogia a política do BC, pede juros mais baixos”.</p> <p>“Com pátios cheios e com o balanços no vermelho, Volkswagen e GM partiram para o ataque e fizeram dispensas em massa”.</p>
<p>Por Aluizio Falcão Filho, Carta do Editor. Enfim boas notícias. 08/09/2003. “Depois de dias de turbulência, incluindo a confirmação de que a economia estava oficialmente em recessão, o país finalmente foi agitado por boas notícias. A primeira veio de fora: o risco Brasil, o índice que mede os ânimos dos investidores internacionais em relação à nação, bateu os 660 pontos, o menor dos últimos três anos. A aprovação do texto da reforma tributária e a aceitação das mudanças exigidas pelos governadores também injetaram otimismo no mercado, empurrando a cotação do dólar para baixo”.</p>
<p>Por Marcelo Aguiar. BC contra a recessão. 24/11/2003. “Agora, com a inflação derrotada a golpes de penúria, o BC tenta assumir a ponta também no processo de soltar amarras que impedem o país de voltar a crescer. ‘O que ele quis dizer foi que se</p>

sente tão tranquilo com relação à inflação que pode baixar os juros e facilitar o crédito. O Banco Central estimulou o crescimento’, interpreta o economista Roberto Padovani, sócio da empresa de consultoria Tendências.

As associações de industriais, como a Fiesp, gostaram tanto da novidade que vieram a público dar apoio à decisão, o que não havia acontecido ainda desde o início do governo Lula. Os economistas do mercado financeiro, mesmo surpreendidos, também aceitam bem a decisão”.

QUADRO 02: em busca da credibilidade em *Veja* (2003).

Carta ao leitor. **Capa premonitória.** 15/01/2003. “A despeito da derrapagem na largada, o governo do PT está acertando no essencial. Ao ser empossado na presidência do Banco central, Henrique Meirelles reafirmou que seu papel é ser o guardião da moeda e manteve intacta a política de metas inflacionárias de seu antecessor. O ministro da previdência, Ricardo Berzoini, adiantou que o governo vai atacar o coração do problema, produzindo uma reforma no instituto das aposentadorias já este ano. E o ministro do Trabalho deixou claro que veio para modernizar a legislação trabalhista do período Vargas, que prejudica a geração de empregos no Brasil”.

Por Felipe Patury. **A agenda encontrada.** 15/01/2003. “Manter o superávit primário enquanto não houver redução substancial e duradoura do risco Brasil. O que significa: como não pode elevar mais a carga de impostos, o governo tem de gastar menos para que sobre mais dinheiro no cofre para pagar dívidas – o que faz aumentar a confiança dos investidores”.

Carta ao leitor. **A tarefa mais urgente.** 26/02/2003. “Na semana passada, ao discursar no Congresso Nacional na abertura dos trabalhos legislativos, Lula explicou pela primeira vez com clareza as dificuldades do atual modelo econômico brasileiro e esclareceu que modelo de país sua administração planeja para o Brasil: ‘Temos que garantir a sustentabilidade da dívida pública, fazendo com grande responsabilidade a transição para um novo modelo de menor endividamento do governo e maior crescimento econômico’, disse o presidente”.

Será que não tem outro jeito?. 26/02/2003. “... juros altos são como quimioterapia e radioterapia para um paciente com câncer. Todo mundo sabe que elas debilitam o organismo, mas atacam as raízes do mal que, de outra forma, mataria rápida e dolorosamente o doente”.

“Baixar juros, diminuir a carga de impostos, tirar o peso do governo dos ombros da sociedade e deixar a economia respirar e crescer precisa ser o objetivo do governo”.

Por Chrystiane Silva. **Á espera do espetáculo do crescimento.** 29/10/2002. “Mesmo com a inflação domada, a popularidade de Lula e a equipe cai enquanto a economia não cresce”.

Por Chrystiane Silva. **A copa do juro real é nossa.** 26/11/2003. “A vulnerabilidade do Brasil pode ser medida também por outro indicador, o chamado risco soberano. O do Brasil caiu dos 2400 pontos no ano passado para menos de 600. O do México, por exemplo, flutua em torno dos 250 pontos. Como a confiança é um bem difícil de adquirir e que se perde com facilidade, a avaliação de risco dos países sobe mais rapidamente do que cai”.

APÊNDICES II – QUADRO 3 E 4

QUADRO 03: a indústria automobilística nas páginas de *Época*

<p>Por Marcelo Aguiar. A vez dos compactos. 12/05/2003. Chegou a vez de um segmento novíssimo na indústria automobilística, batizado pelo jargão “compacto premium”. São carros mais espaçosos e com estilo mais arrojado que os populares, porém menores que os veículos da categoria imediatamente superior, a dos carros médios. Assim como o tamanho é intermediário, o preço quase sempre também é. Um carro dessa classe pode custar pouco mais de R\$ 25 mil a, no máximo, R\$ 35 mil. As montadoras começaram a testar o mercado e asseguram: há compradores. / Essas estratégias não escondem um sério problema: as montadoras dizem estar todas perdendo dinheiro. O setor tem capacidade para produzir 3,2 milhões de carros por ano, mas só vendeu a metade disso no país em 2002. Exportar, por isso, virou necessidade. A Volkswagen já é a quarta maior exportadora do país, superada apenas por Petrobrás, Embraer e Vale do Rio Doce. Seu próximo lançamento, apelidado Projeto Tupi, será um carro global – ou seja, será produzido aqui para o mundo todo”.</p>
<p>Por Ana Magdalena Horta. A volta de um mito. 23/06/2003. “Com o novo Mustang, a Ford quer mostrar que apesar da idade ainda é capaz de revolucionar”.</p>
<p>Por Ana Magdalena Horta. O mercado interno encolheu. 15/09/2003. “Nos últimos três anos, o segmento, responsável por cerca de 10% do PIB industrial, perdeu mais de 30% em vendas. Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos (Anfavea), um mínimo de 2,7 milhões de veículos por ano seria necessário para assegurar o equilíbrio do setor, atualmente sustentado por promoções sucessivas. Neste ano, porém, as vendas não vão ultrapassar 1,6 milhão de veículos”.</p>
<p>Por Cátia Luz. Carro de Mulher. 22/09/2003. “Responsável por 80% das decisões de compra, o público feminino obriga montadoras a produzir veículos mais inteligentes”.</p>
<p>Por Ana Magdalena Horta e Cátia Luz. A hora da tesoura. 01/12/2003. “Alemão especialista em cortar custos assume a presidência da Volks para salvar a empresa de seis anos de mau desempenho”.</p>
<p>Por Ricardo Grinbaum. O desafio da GM. 09/08/2004. “Líder pela primeira vez, depois de 80 anos no Brasil, a montadora americana muda sua estratégia para voltar a ganhar dinheiro no país”.</p>
<p>Por Cátia Luz. O caminhoneiro da Volks. 20/09/2004. “Roberto Cortes cria no Brasil o jeito Volks de fazer ônibus e caminhões, multiplica vendas e é chamado para lançar fábricas em outros países”. / “Expansão começa com a inauguração de uma unidade no México, em outubro, e de outra, em seguida, na África do Sul”. / “Enquanto o mercado cresceu 12% de 1998 a 2003, a Volks Caminhões e Ônibus aumentou suas vendas em 150%”.</p>
<p>Por João Sorima e Ricardo Grinbaum. Carro à brasileira. 11/10/2004. “Com investimentos bilionários em engenharia, montadoras já desenvolvem modelos 100% nacionais”.</p>
<p>Entrevista. Os novos desafios. 11/10/2004. “Presidente da Anfavea diz que Brasil pode ficar fora da rota dos novos investimentos do setor automotivo”. / “O Brasil vai fabricar 2,1 milhões de veículos neste ano. É a melhor marca desde 1997. As exportações de carros made in Brazil vão trazer US\$ 7,5 bilhões, um crescimento de 36% em relação ao ano passado. Mesmo com esse desempenho robusto, Rogelio Golfarb, presidente da Anfavea, a associação que reúne os fabricantes de veículos, anda preocupado. Ele acha que o Brasil está entre os cinco mais avançados fabricantes de carros do mundo, mas corre o risco de ficar fora da nova rodada de investimentos das montadoras”.</p>

<p>Por Ricardo Grinbaum. Do ABC para Detroit. 18/10/2004. “O presidente da Ford para a América do Sul e Brasil, Antonio Maciel Neto, olha toda hora para o computador em sua mesa, num escritório despojado, em São Bernardo do Campo, na região do ABC, em São Paulo. Ali, checka as vendas da montadora em tempo real. Se saem menos carros do que o esperado, Maciel pega o telefone e liga para uma concessionária. Ele não pede para falar com o dono, mas com um vendedor. Maciel visita e conhece pelo menos mais de 150 vendedores. ‘Sempre pergunto a eles o que fariam em meu lugar’, conta o executivo. A estratégia dá resultado. Maciel acaba de ser nomeado vice-presidente mundial da Ford, com sede em Detroit. É o posto mais alto alcançado por um brasileiro na segunda maior montadora do planeta”.</p>
<p>Por Ricardo Grinbaum. O Brasil é uma escola. 21/02/2005. “A General Motors estuda criar um carro 100% brasileiro”.</p>
<p>Por Ricardo Grinbaum. Fiat renova a frota. 02/05/2005. “A montadora investe R\$ 1,3 bi no Brasil para lançar novos modelos e entrar no terreno dos concorrentes”.</p>
<p>Por João Sorima; Cátia Luz. Em ritmo acelerado. 02/05/2005. “Indústria automobilística começa o ano com recordes. Mas dólar fraco pode atrapalhar o desempenho do setor”. / “A indústria automobilística começou o ano com fôlego. No primeiro trimestre, bateu o recorde histórico de produção: 565.400 unidades saíram das linhas de montagem. As exportações são principal motor da retomada. Ela cresceram 36% de janeiro a março, outro número histórico. Graças aos carros bicombustíveis, até as vendas no mercado interno aqueceram”.</p>
<p>Por João Sorima Neto. A filial que ensina a matriz. 23/01/2006. “Como a Ford brasileira conseguiu driblar a crise internacional e obter resultados melhores que os da montadora nos Estado Unidos e no restante do mundo”.</p>

QUADRO 04: a indústria automobilística nas páginas de *Veja*

<p>Por Adriana Souza Silva. Ultrapassagem na curva. 11/06/2003. “Em meio à crise da economia mundial, a alemã BMW ganha a dianteira nas vendas de carros de luxo nos EUA”. / “No Brasil, a BMW é a primeira no mercado de importados de luxo, mas essa liderança só foi conquistada porque a Audi e a Mercedes possuem fábricas no país e não entram na disputa na mesma raia. Mesmo nos grande centros, como São Paulo e Rio de Janeiro, os carros ainda chamam a atenção nas ruas. No ano passado, apenas 1586 novos BMW passaram a circular no país. Se a meta de aumentar as vendas em 40% for atingida no Brasil, esse quadro certamente irá mudar”.</p>
<p>Outro herói capitalista. 06/06/2004. “Seu nome é Luca di Montezemolo. Sua missão: fazer com que a Fiat sai do buraco”. / “O bolonhês Luca Cordero di Montezemolo é um desses heróis de que a história capitalista está cheia”.</p>
<p>Por João Gabriel de Lima. Namoro com o precipício. 11/05/2005. “GM e Ford, dois ícones do capitalismo americano, são consideradas empresas de alto risco nos EUA”.</p>

APÊNDICES III – QUADRO 5 E 6

QUADRO 05: presença dos grupos estrangeiros nas páginas de *Época*

Por Marcelo Aguiar. Duelo de morte na telefonia. 07/04/2003. “Empresas americanas e européias entram em confronto pelo controle da telefonia celular no Brasil”.
Por Cátia Luz. Acabou-se o encanto. 07/07/2003. “Gastos altos, poucas descobertas, óleo de pouca qualidade e indefinição fiscal afastam petrolíferas estrangeiras da costa nacional”. / “O fracasso nas descobertas não é o único culpado pela falta de apetite dos investidores. ‘Isso é apenas uma parte do problema’, afirma o especialista em petróleo Adriano Pires Rodrigues, do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBIE), empresas privadas de pesquisas. Segundo Rodrigues, a mudança de governo e algumas indefinições nas regras do jogo estão tendo um efeito bem mais devastador. A política de petróleo do governo Fernando Henrique Cardoso, responsável pela abertura do setor, baseava-se em duas premissas: incentivo à concorrência e uma agência reguladora forte. A idéia era fazer a Petrobrás perder poder no mercado interno e, para não ficar enfraquecida, comprar ativos no Exterior e se internacionalizar”.
Por Ana Magdalena Horta. O varejo no poder. 21/07/2003. “Economistas tomam o pulso da economia americana olhando para os números da Wal-Mart”.
Por Marcelo Aguiar e Estela Caparelli. Saudade da concorrência. 18/08/2003. “Fusões entre empresas e concentração de mercado expõem consumidor a preços mais altos e deterioração dos serviços”.
Por Marcelo Aguiar. O jogo pela liderança. 01/09/2003. “Leilão do BomPreço decidirá disputa entre Pão de Açúcar, Carrefour e Wal- Mart pela ponta do varejo”. / “A especulação de mercado põe na primeira fila da disputa os americanos do Wal-Mart”.
Por Soraia Duarte. Didáticos aos milhões. 27/10/2003. “Principal cliente das editoras, o governo turbinou compra de livros e já atrai o capital estrangeiro”. / “O filão não tardou a chamar a atenção das empresas estrangeiras. Primeiro, desembarcou no Brasil o grupo francês Vivendi, em 1999. Junto com a Editora Abril, comprou a Editora Ática. Em 2001, chegou o grupo Santillana, das Espanha, por meio da compra de 100% da Editora Moderna”.
Por Marcelo Aguiar. Acabou a deprê. 03/11/2003. “Megacorporações americanas antecipam retomada econômica e dão partilha a uma nova onda de fusões bilionárias de empresas”. / “Notícia boa para o mundo inteiro, que entrou em compasso de espera desde que a crise se abateu sobre os Estados Unidos”.
Por Thomas Traumann. O fantasma mexicano. 15/12/2003. “Operadoras fazem bloco para derrotar Carlos Slim na briga pela Embratel”.
Por Thomas Traumann e Janaína Leite. O olé dos mexicanos. 03/05/2004. “A Telmex leva a Embratel e se consolidada como o terceiro grupo de telefonia do país”.
Por Cátia Luz. O passado venceu. 23/08/2004. “Como a Coca-Cola usou das velhas garrafas de vidro para barrar o avanço das tubaínas e voltar a ganhar dinheiro no Brasil”.
Por Patrícia Cançado. Luxo de emergentes. 13/09/2003. “Gerente-geral da Louis Vuitton revela como se constrói uma grife de luxo e diz que países como o Brasil, a China e a Índia são prioridades para a companhia no momento”.
Por Ricardo Grinbaum e Thomas Traumann. A oferta dos italianos. 04/10/2004. “Telecom Itália retoma conversa para comprar a Brasil Telecom e pôr fim à briga com o Opportunity”. / “Segundo o executivo italiano, a matriz já decidiu o futuro de seus negócios no Brasil. Há três anos, a indústria Pirelli comprou o controle da Telecom Itália. Os novos donos trocaram os principais executivos da empresa e refizeram seu

plano de negócios. Venderam suas empresas em países onde não viam chance de ganhar mercado ou produzir grandes resultados financeiros, como Espanha, França e Áustria. O Brasil não só escapou dos cortes, como recebeu novos investimentos, segundo o executivo. ‘A Telecom Itália não brinca com dinheiro. A aposta no Brasil é uma decisão de longo prazo’, garante Dal Pino”.

Por Patrícia Cançado. **Chega de efeito sanfona.** 01/11/2004. “Presidente da Philips diz que as empresas têm de aprender a crescer sem depender do vaivém da economia brasileira”. / “O ano de 2004 será atípico para a Philips no Brasil. A empresa vai crescer 30% graças a uma recuperação de consumo de eletroeletrônicos. Mas já sabe que o fenômeno não se repetirá no próximo ano. Daqui para a frente, porém, a empresa não quer depender mais das intempéries da economia brasileira para continuar crescendo. Marcos Magalhães, presidente da Philips para a América Latina, tem um plano ambicioso para cumprir: dobrar o tamanho da empresa em cinco anos. Isso significa crescer 15% ao ano até 2009. Para quem passou os últimos três anos tentando recuperar o patamar de vendas do ano 2000, essa é uma tarefa e tanto”.

Por Ricardo Grinbaum e Cátia Luz. **A ousadia da Kodak.** 14/03/2005. “Empresa quer dobrar mercado fotográfico brasileiro e planeja fabricar câmeras digitais no país”. / “Quinta maior empresa do grupo, com faturamento anual perto de R\$ 1 bilhão, a Kodak brasileira é considerada estratégica não só como mercado consumidor, mas como futura base de exportação para a América Latina. Mas virar líder do mundo digital (o pedaço belga do mercado brasileiro) é apenas parte do desafio. Para esse público, a Kodak vai aumentar o número de lançamentos em 30% e planeja construir fábricas de câmeras e outros equipamentos no país”.

Por Cátia Luz. **O Apetite dos chineses.** 02/01/2006. “A Lenovo, que surpreendeu o mundo ao comprar a área de computadores da IBM, quer dobrar a produção de micros no Brasil e virar líder de mercado em três anos”. / “Para dar seguimento a sua fome de crescimento, a Lenovo escolheu o Brasil como um dos oito mercados mais estratégicos para a companhia, ao lado de países como México, Índia, China e Rússia. Os emergentes são a grande aposta da empresa para ganhar mais rapidamente fatias cada vez maiores no mercado mundial”.

QUADRO 06: presença dos grupos estrangeiros nas páginas de *Veja*.

Por Ruth de Aquino. **Muito além do BATOM.** 08/01/2003. “A L’Oréal, o maior produtor de cosméticos, sabe que as mulheres não são todas iguais”.

Por Denise Ramiro. **Eles ensinaram o Brasil a beber suco.** 15/01/2003. “Os mexicanos da Del Valle chegaram ao Brasil há seis anos, lideram o mercado e agora atacam a gana dos concorrentes”.

A loja que é um país. 12/02/2004. “Com picos diários de vendas de 1 bilhão de dólares, a Wal-Mart é o fenômeno do momento na economia do EUA”. / “Com custo de mão-de-obra 25% inferiores aos dos supermercados, a empresa consegue vender a preços 15% mais baixos”.

Por Gabriela Carelli. **Para voltar a crescer.** 19/02/2003. “O McDonald’s é um ícone do empreendedorismo. A presença do palhaço Ronald McDonald em 30 000 restaurantes espalhados por 119 países é a prova acabada de que uma boa idéia, por mais simples que pareça – no caso, vender um lanche rápido a preço acessível -, pode valer muito dinheiro. Atualmente, a maior rede de lanchonetes do mundo emprega 1,5 milhões de pessoas, atende mais de 46 milhões de clientes por dia e se tornou uma das dez marcas mais valiosas do planeta. A expansão da rede foi tão marcante que o carro-chefe de sua cozinha, o Big Mac, se transformou em índice econômico internacional. O fundador da companhia, Ray Kroc, colocou seu nome na lista dos gênios dos negócios,

ao lado de figura como Alfred Sloan Jr., o homem que construiu a General Motors, Akio Morita, da Sony, e Henry Ford, que dispensa apresentações”.
Por Felipe Patury. Bilionário com a marca dos outros . 09/07/2003. “No fim dos anos 80, os gurus do mundo dos negócios previam que as grandes companhias viveriam principalmente do comércio de suas marcas, entregando a tarefa de fabricação dos produtos propriamente dita a empresas de menor importância. A Nike, gigante dos calçados, foi a pioneira nessa nova fase do capitalismo. Seus mais de 22 000 funcionários não lidam com pares de tênis diretamente, mas com projetos de marketing. A linha de produção passou a ser totalmente terceirizada, espalhada por inúmeras fábricas por mundo a fora. Com maior ou menor taxa de terceirização, seguiram a tendências companhias como IBM, Coca-Cola, Ericsson, Hewlett-Packard, Kodak, Microsoft e Motorola, para citar algumas das mais conhecidas”.
Por Adriana Souza Silva. O sucesso em duas rodas . 16/07/2003. “Nos últimos cinco anos, a venda de motos cresceu 75% no Brasil”. / “Com o crescimento da demanda, a Honda teve de aumentar a capacidade de produção da fábrica na Zona Franca de Manaus. A Yamaha está fazendo o mesmo na linha de produção da YBR125, lançada em 2000 para disputar o mercado formado pelas motos populares”.
Por Monica Weinberg. O desafio de fazer 100 anos . 26/11/2003. “Segredos e problemas das empresas que conseguem viver mais que seus fundadores”.
Por Chrystiano Silva. A reinvenção do capitalismo . 14/01/2004. “A Wal-Mart leva a máxima do corte de custos a níveis desconhecidos e ganha consumidores, mas também críticas”. / “Por seu tamanho colossal, obsessão pelo corte de custos, ganhos de produtividade, baixos salários pagos aos funcionários e dura negociação com fornecedores, a Wal-Mart tornou-se um dos dinamos do império americano”.
Por Carlos Rydlewski. A Kodak queima filme . 21/01/2004. “A pioneira da foto amadora anuncia sua grande guinada digital com o fim da venda de câmeras tradicionais nos EUA, no Canadá e na Europa”.
O Brasil na mira . 10/03/2004. “A Wal-Mart compra o Bomprego e já é a terceira maior rede no país”.
Por Carlos Rydlewski. Slim fez o 21 da Embratel . 24/03/2004. “O magnata mexicano comprou a Embratel por quase a metade do valor pago na privatização”.
Por Chrystiane Silva. A tacada mexicana . 07/07/2004. “Desde que decidiu radicalizar o processo de transnacionalização de suas empresas no ano passado, o mexicano Carlos Slim, o homem mais rico da América Latina, já gastou mais de 1,7 bilhão de dólares para comprar companhias na área de telecomunicações em onze países latino-americanos. Depois de adquirir o controle da Embratel, em março, a Telefônios de México (Telmex) anunciou que está prestes a se tornar uma das maiores sócias da NET, empresa de televisão a cabo controlada pela Globopar, um braço das Organizações Globo”.
Por Carina Nucci. O culto à marca . 04/08/2004. “Com ajuda do iPod, a Apple entra no grupo dos logos mais valiosos do mundo”.
Por Carlos Rydlewski. A Big Blue vermelha . 15/12/2004. “Lucros em queda fazem a IBM, um ícone do capitalismo americano, vender sua divisão de PCs para a Lenovo, uma estatal chinesa”.
Por Carlos Rydlewski. A nova gigante do consumo . 02/02/2005. “Compra da Gillette pela Procter & Gamble forma companhia com dois terços do mercado global”. / “Ao desembolsar 57 bilhões de dólares, a Procter & Gamble (P&G) adquiriu a fabricante de baterias e lâminas de barbear Gillette. Juntas, as duas terão vendas superiores a 60 bilhões de dólares por ano – quase o total dos bens e serviços produzidos por um país como o Peru. Presente em oitenta nações a nova companhia vai dominar o mercado”.

mundial de aparelhos de barbear, desodorantes, xampus e pasta de dentes”.

Por Carina Nucci. **Um jogo para gigantes**. 11/05/2005. “Com 860 milhões de dólares, o grupo Casino torna-se dono de metade do Pão de Açúcar e reforça o domínio das grandes redes”.

APÊNDICES IV – QUADROS 7 E 8

QUADRO 07: capital financeiro nas páginas de *Época*.

<p>Por Thomas Traumann. Uma volta por cima na Previ. 17/02/2003. “Sindicalista afastado do fundo de pensão por FHC retorna cheio de poderes”. / “Das nomeações promovidas pelo governo Lula, poucas têm sabor de revanche quanto à do ex-sindicalista Sérgio Rosa para a presidência da Previ, o bilionário fundo de pensão do Banco do Brasil”. / “Com R\$ 38 bilhões de patrimônio e dona da maior carteira de ações em bolsas no país, o fundo tem fôlego para grandes planos”.</p>
<p>Por Marcelo Aguiar. Financeira em jogo. 17/07/2003. “Lloyds põe à venda a Losango, o maior do país em empréstimos pessoais e crédito direto ao consumo”.</p>
<p>Por Marcelo Aguiar. Dinheiro à brasileira. 12/07/2003. “Lucros dos grandes bancos estrangeiros de varejo no país atingem valores tão altos que mudam o mapa de seus negócios globais”. / “O Brasil começou a crescer e aparecer nos balanços dos grandes bancos internacionais. Os lucros conseguidos no mercado nacional ganharam um tamanho tão surpreendente que já influenciam o resultado global de grandes corporações, com sedes em países ricos. Os melhores exemplos são o Santander, da Espanha, e o ABN Amro, da Holanda. Quando chegaram por aqui, os dois causaram impacto, porque já ostentavam o título de gigantes financeiros internacionais. Hoje estão tão enraizados no mercado local que já não podem ser tratados como visitantes de luxo, ou como invasores ocasionais. Seus balanços do primeiro semestre estão para ser publicados e confirmarão: o Brasil passou a ser para eles uma das principais praças de negócios no mundo”.</p>
<p>O rico “efeito férias”. 08/09/2003. “Investidores do Hemisfério Norte voltam ao trabalho e estimulam a entrada de dinheiro novo”. / “Se um país pudesse ser resumido aos indicadores de seu mercado financeiro, o Brasil estaria vivendo grandes momentos. Em agosto, a Bolsa de Valores de São Paulo recebeu um saldo de R\$ 1 bilhão em investimentos estrangeiros. A fatura de dinheiro novo elevou o giro de capital na bolsa a níveis que nunca haviam sido alcançados. Nos últimos dias da semana passada, o pregão movimentou mais de R\$ 1,2 bilhão por dia. O Ibovespa nunca esteve tão alto. E o risco Brasil, que é medido por seus títulos da dívida externa, nunca foi tão baixo”.</p>
<p>Por Thomas Traumann. Operação de guerra. 13/10/2003. “O governo Lula entra em campo, tira o Opportunity da gestão de fundo e acirra luta pelo controle de ex-empresas estatais”.</p>
<p>Por Estela Caparelli. A cara da exclusão. 13/10/2010. “Um estudo feito pela Caixa Econômica Federal mostra um grupo de brasileiros ainda invisível para as estatísticas formais: os sem-bancos”.</p>
<p>Por Thomas Traumann. Respingou no Citibank. 01/12/2003. “O banco americano, um dos maiores credores do Brasil, é envolvido na disputa pelo controle da companhia Brasil Telecom”. / “Envolver o Citibank nessa guerra é uma operação complexa e arriscada. Um dos maiores credores da dívida externa brasileira, o banco americano recentemente deu sinais ao Palácio do Planalto de que não quer saber de briga”.</p>
<p>Por Marcelo Aguiar. Nova safra de banqueiro. 08/12/2003. “Nasce uma nova geração de banqueiros no Brasil. A oportunidade apareceu na virada do século, quando grandes instituições financeiras estrangeiras começaram a bater em retirada do mercado brasileiro e abriram uma brecha para o ressurgimento de bancos de investimentos locais. Logo, uma elite de jovens executivos e economistas de prestígio agarrou a oportunidade”.</p>
<p>Por Marcelo Aguiar, Estela Caparelli e Ana Magdalena Horta. Mais uma chance. 12/01/2004. “Onda de otimismo leva título da dívida brasileira a cotação recorde e</p>

oferece ao governo Lula uma brecha para atacar vulnerabilidades históricas”. / “Virou lua-de-mel o relacionamento entre o mercado financeiro e a economia brasileira. Em um ano, a impressão que o Brasil despertava nos investidores passou da absoluta desconfiança para um nível de confiança sem precedentes. Um dos mais importantes indicadores financeiros do país, a cotação dos títulos de sua dívida externa, bateu recorde inimagináveis na primeira semana de 2004. O C-Bond, que chegou a custar menos da metade de seu preço de face, fechou a semana cotado pela primeira vez na História a mais de 100% do valor original”.

Por André Carravilla. **PT vai vender banco público**. 02/02/2004. “O Banco do Estado do Maranhão (BEM) será disputado por três pesos pesados nacionais – Bradesco, Unibanco e Itaú. Um banco estrangeiro, o GE Capital, também está inscrito no leilão. Será o 12º banco estadual vendido desde 1997”.

Por Ricardo Grinbaum e Marcelo Aguiar. **Chegou à vez do crédito**. 20/09/2004. “Presidente do Itaú diz que, mesmo com alta dos juros, bancos vão turbinar os empréstimos a pequenas empresas e pessoas físicas”.

Por João Sorima Neto. **Dinheiro mais fácil**. 28/02/2005. “Apesar da alta de juros, a economia mantém ritmo forte graças ao aumento e aos novos tipos de empréstimos”. / “Bradesco e Itaú ampliaram sua carteira de crédito em 2004 em 34% e 20%, respectivamente. O lucro de cada um superou os R\$ 3 bilhões. Agora, querem ir mais longe. Não se limitam mais a cobiçar o cliente do cheque especial ou quem faz empréstimo. Num indício evidente da nova tendência de explosão de crédito, as instituições financeiras estão de olho também no consumidor que compra geladeira e fogão a prazo. Na semana passada, o Unibanco anunciou parceria com o Wal-Mart para financiar os clientes da rede com seu cartão, o Hipercard. Já tem acordo com a rede Magazine Luiza. O Bradesco, através de sua financeira, a Finasa, dá crédito para os fregueses das Casas Bahia, e o Itaú para a clientela do Pão de Açúcar.

Por Ricardo Grinbaum. **O lance do Goldman no Brasil**. 23/05/2005. “Gigante de Wall Street quer investir US\$ 400 milhões numa parceria com o Pactual, mas há muitas dúvidas no contrato”.

QUADRO 08: capital financeiro nas páginas de Veja.

Por Chrystiane Silva. **Nem só de juros**. 25/02/2004. “O Bradesco e o Itaú tiveram resultados históricos com o aumento de clientes, tarifas e previdência privada”.

Por Carlos Rydlewski. **O “El Niño” das finanças**. 28/04/2004. “A alta dos juros americanos é motivo de preocupação para o Brasil porque tem o poder de diminuir os investimentos que cruzam a linha do Equador em busca de oportunidades. No ano passado, com os juros americanos próximos do zero, os investidores se sentiram encorajados a correr mais riscos e a aplicar com mais ímpeto em países emergentes onde as taxa de retorno são mais elevadas”.

Por Carina Nucci. **O maior banco do mundo**. 18/08/2004. “O superbancos é japonês, chama-se Mitsubishi UFJ Holdings e resulta da fusão do Mitsubishi Tokyo Financial Group (MTFG) com o UFJ Holdings. Seu tamanho equivale a dez vezes os ativos do Bradesco, Banco do Brasil e Itaú juntos”. / “Aliar forças por meio de fusões e aquisições também foi uma das saídas encontradas pelo setor financeiro para sanear os créditos bancários. Uma estratégia, aliás, adotada em todo o sistema financeiro mundial. No Brasil, cerca de um terço das instituições existentes em 1994 mudou de controle ou deixou de existir. De 246 instituições naquela época, o mercado ficou apenas com 164 em 2003. Foi a saída para enfrentar a queda da inflação, que sustentava boa parte de seus lucros. O Bradesco, o maior banco do país, se fortaleceu com a compra do Mercantil em janeiro de 2002. Foi assim também com o Itaú, que

adquiriu o Sudameris em dezembro de 2001 e no ano passado registrou o maior lucro do setor – imponentes 928 milhões de dólares”.

Por Carina Nucci. **Mania de prestação.** 17/11/2004. “Até meados do ano passado, apenas o Unibanco, com a Fininvest, e o Bradesco, dono da Finasa, disputavam um mercado estimado em 60 milhões de pessoas. Nos últimos doze meses, o Itaú entrou em cena com a criação do Taií, e o HSBC resolveu estrear no negócio com uma política de aquisições. Comprou a Losango e a Máxima, que hoje se chama Valeu. O apetite de quem já estava no mercado também aumentou. O Bradesco adquiriu a Zogbi, e o Unibanco ficou com a Creditec e os cartões de crédito HiperCard”. / “O risco de emprestar a pessoas não inseridas no universo bancário é compensado pelas taxas de juros. As financeiras cobram, em média, juros de 12% ao mês no empréstimo pessoal, o dobro da taxa cobrada pelos bancos a seus clientes tradicionais”.

Por Carina Nucci. **Todos ganharam.** 02/03/2005. “A lucratividade do setor produtivo superou a dos bancos pela primeira vez em dez anos”. / “Já o bom resultado dos bancos não teve tanto segredo. A cobrança pelos serviços é a fonte de receita que mais cresceu nos últimos anos e já representa 20% de todo o dinheiro ganho pelas instituições financeiras. Foram justamente as tarifas que explicaram a maior parte do aumento do lucro do ano passado. Apesar disso, comprar papéis do governo ainda é o melhor negócio para o setor, segundo estudo encomendado pela Febraban. Para cada 100 reais de receita bancária com investimento em dívida pública, 11 reais entram limpinho para o caixa do banco”.

Por Carla Nucci. **Ressaca do crédito.** 18/05/2005. “O governo e os bancos criaram o empréstimo popular. Virou vício. Agora, pede-se aos consumidores que se “endividem com moderação”.

APÊNDICES V – QUADROS 9 E 10

QUADRO 09: agricultura e agronegócios nas páginas de *Época*

<p>Por Aluizio Falcão Filho, Carta do Editor. A celeuma de R\$ 7. 07/07/2003. “Nos escritórios dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, são vendidos bonés vermelhos com o logotipo do MST. Há dois modelos à disposição dos simpatizantes: o estampado, que custa R\$ 5, e o bordado, de R\$ 7. Ao receber os líderes do MST, em Brasília, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva acabou criando uma celeuma danada – e tudo por causa de um boné (o mais bacana, de R\$ 7). A reunião não foi muito diferente de várias que Lula já patrocinou: sorriso, apertos de mão e sessão de fotos. Como sempre, o presidente, na hora dos flashes, gosta de fazer charme e geralmente veste uma camiseta ou boné da entidade com quem está conversando”.</p>
<p>Por Aluizio Falcão Filho, Carta do Editor. Fonteles e as invasões. 18/08/2003. “Fonteles disse que, no caso de terra improdutivas, ‘os movimentos sociais podem entrar de forma ordeira e pacífica, podem produzir e até desenvolver suas atividades de escola’. Difícil imaginar um fazendeiro, dono de terras produtivas ou não, assistir passivamente a uma invasão em sua propriedade. E como toda a ação leva a uma reação, o que se espera, numa situação dessas, é mais violência”.</p>
<p>Por Janaína Leite. A soja perdeu o trem. 24/02/2004. “Falta de infra-estrutura compromete a competitividade agrícola do país e obriga o governo a destravar investimentos”. / “No caminho viu-se que os temporais de verão não estão prejudicando somente pequenos e médios produtores. Quatro silos da processadora de grãos americana Bunge, a maior do mundo, também está ilhado”.</p>
<p>Por Diego Escosteguy. Pedrada na vitrine. 10/05/2004. “Sob suspeita de superfaturamento, o maior projeto do governo Lula para a reforma agrária é contestado por técnicos do Incra”. / “O maior investimento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em reformar agrária está se configurando um desastre. A compra da Fazenda Araupel, no Paraná, anunciada pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, em outubro de 2003, é condenado por relatórios, pareceres laudos assinados por técnicos do próprio governo federal”.</p>
<p>Por Marcelo Aguiar e Murilo Ramos. Indústria de volta ao começo. 17/05/2004. “Exportações e agronegócio levam o país a repetir 17 meses mais tarde o maior nível de produção de sua história”. / “Além dos setores que exportam diretamente, o outro destaque da indústria são os que fornecem insumos e equipamentos para a agricultura de exportação. A indústria de fertilizante, por exemplo, fez com que o segmento que integra, junto com o de produtos petroquímicos, fosse o terceiro mais prospero do país na atual fase de recuperação econômica”.</p>
<p>Por Patrícia Cançado. A arrancada do café. 03/01/2003. “Brasil se lança como produtor de grãos finos e conquista fatia do mercado que mais cresce no mundo”.</p>

QUADRO 10: agricultura e agronegócios nas páginas de *Veja*

<p>Por Alexandre Secco. Agricultura, o motor do Brasil. 30/04/2004. “O ritmo de crescimento da economia do campo já é seis vezes maior que a média de toda a economia nacional. E vem aí nova safra recorde”. / “Preste atenção aos seguintes números oriundos de campo, recém-divulgados: o Brasil deverá colher nesse ano uma safra recorde de 114 milhões de toneladas de grãos, contra 98 milhões no ano passado. Em 2002, o PIB gerado pelo agronegócio registrou crescimento de 8%. No mesmo período, a economia vista como um todo cresceu a uma taxa anual de 1,5%. Pela primeira vez na história o Brasil vai exportar mais soja do que os Estados Unidos, a grande potência agrícola do planeta”.</p>
--

Por Chrystiane Silva. **O salto das exportações.** 14/01/2004. “O Brasil em primeiro lugar. Os produtos do agrobusiness em que o país é líder mundial. Açúcar: vende 29% de todo o açúcar consumido no mundo. Café: vende 28,5% do café em grão consumido no planeta e 43,6% do café solúvel. Carne bovina: assumiu a liderança em 2003, com 19% de participação no mercado mundial. Carne de Frango: é o primeiro em vendas, com exportação de 1,9 bilhão de dólares. Soja em grão: detém 38,4% do mercado mundial. Tabaco: vende 23,1% do tabaco consumido no mundo”.

Por Maurício Capela. **O peso da vitória do Brasil no algodão.** 05/05/2004. “Decisão preliminar da OMC a favor de mudanças nos subsídios americanos é um marco na história do comércio mundial”.

Carta ao leitor. **Sete de setembro vermelho.** 08/09/2004. “Uma reportagem da presente edição de VEJA mostra que funcionam no Brasil 1800 escolas de ensino fundamental cujas salas de aulas são ornamentadas com a bandeira vermelha do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e não apenas com o pavilhão verde-amarelo nacional com a inscrição “Ordem e Progresso”. Pelo menos 1000 dessas escolas são instituições públicas. Apesar de pertencerem ao Estado Brasileiro, essas escolas e as outras mantidas pelo MST em áreas rurais do país adotam uma cartilha peculiar para os 160000 alunos. Crianças a partir de 7 anos de idade aprendem que o Sete de Setembro não é o Dia da Independência do Brasil, mas o “Dia dos Excluídos”. No calendário dos centros de doutrinação infantil do MST são celebrados os dias 5 de maio, nascimento de Karl Marx; 1º de outubro, Revolução Maoísta na China; e 8 de outubro, morte de Che Guevara”.

Por Monica Weinberg. **Os novos desbravadores.** 19/01/2005. “O agronegócio inverte o sentido das migrações brasileiras: agora se vai do Sul e do Leste para o Norte”.

Por Leandro Peres. **De porta abertas.** 19/01/2003. “Estudo mostra que o mundo ficaria mais rico com o fim das barreiras agrícolas” / “O fim de todas as barreiras agrícolas geraria uma renda anual de 265 bilhões de dólares, ficando 136,6 bilhões com os países ricos e 128,6 bilhões com os países em desenvolvimento. O Brasil ganharia mais 40 bilhões de dólares”.

APÊNDICES VI – QUADROS 11 E 12

QUADRO 11: exportação de capital brasileiro nas páginas de *Época*: investimentos e internacionalização

Por Cátia Luz. Perfume exportação. 27/01/2003. “O Boticário aposta em nova estratégia de expansão e inaugura quatro lojas no México”.
Por Nelito Fernandes. Os lucros da fumaça. 03/03/2003. “A Souza Cruz tem ganho recorde de quase R\$ 1 bilhão em 2002, mas começa a perder ações judiciais que podem prejudicar o negócio”. “Mas, como 30% da receita vem do Exterior, a Souza Cruz acabou beneficiada pela alta do dólar. Faturou US\$ 280,5 milhões com as exportações de fumo, vendendo as folhas principalmente para a União Européia, a China e os Estados Unidos”.
Por Marcelo Aguir, Thomas Traumann e Cátia Luz. De tanque cheio. 17/03/2003. “Nos anos 90, a Petrobras deu sua guinada rumo ao mercado. O ramo petroquímico foi privatizado e o governo parou de intervir em sua gestão. Em 1995 perdeu o monopólio do setor, apesar de uma greve de 32 dias contra a quebra. Ao contrário do que se esperava, porém, fortaleceu-se. A empresa comprou ativos no Exterior e internacionalizou-se. No Brasil, os grandes grupos estrangeiros preferiram entrar no negócio de exploração em parceria com a Petrobras, e não em disputa contra ela. Com os preços do setor liberados, chegou a ter lucro de R\$ 9,9 bilhões em 2000, o quinto maior resultado entre todas as companhias de petróleo do mundo”.
Por Marcelo Aguiar. Em busca dos dólares. 19/05/2003. “Indústria voltadas para exportação iniciam um ciclo de investimentos para produzir mais”.
Por David Friedlander. Empreiteira de sete vidas. 23/06/2003. “Depois de estradas, barragens e pontes, a Camargo Corrêa quer ganhar dinheiro com sandálias, tecidos e tênis”.
Por Isabel Clemente. Soy loco por ti, América. 29/12/2003. “Com orçamento dobrado até 2006, o BNDES começa a financiar projetos para aumentar a integração física da América do Sul”.
Por Isabel Clemente. Segredo de gigante. 08/03/2004. “Como a brasileira AmBev e a belga Interbrew negociaram ações para criar a maior fabricante de cerveja do mundo”.
Por Marcelo Aguiar e Janaína Leite. Um pacote pela metade. 05/04/2004. “O governo lança política industrial depois de decidir cobrar tributo sobre investimento em máquinas”.
Por Marcelo Aguiar e Murilo Ramos. Indústria de volta ao começo. 17/05/2004. “Exportações e agronegócio levam o país a repetir 17 meses mais tarde o maior nível de produção de sua história”. “Empresas com maior musculatura, como Petrobras, AmBev, Vale do Rio Doce e Braskem, revelaram em seus números um traço em comum: a receita subiu, mas os lucros caíram. A alta no faturamento indica um ponto positivo: seus esforços no ano passado foram para ganhar mercado e expandir as vendas, e foram bem-sucedidos”.
Por Isabel Clemente. A Petrobras globalizada. 14/06/2004. “A empresa volta ao Oriente Médio, acha gás no Golfo do México e avança em 15 países, Ásia à África”.
Por João Sorima Neto. Um novo destino. 09/08/2004. “Vitória da Embraer em concorrência militar nos EUA abre as portas de um mercado que movimenta US\$ 800 bilhões por ano”.
Por Ricardo Grinbaum e Mauricio Clareto. Viagem ao centro da terra. 16/08/2004. “Por dentro da mina que poderá transformar o grupo Votorantim no maior produtor de zinco do mundo”. “A Votorantim já bateu o martelo em novos investimentos de US\$ 166 milhões para aprimorar suas minas e metalúrgicas (onde se processa o zinco). Além de Vazante, a empresa é dona de uma lavra em Morro Agudo e de duas metalúrgicas, em Três Marias e Juiz de Fora, tudo em Minas Gerais. Outros US\$ 170 milhões foram reservados para expansão, desde que sejam atendidas duas condições: a confirmação do tamanho das reservas de Vazante e a estabilidade do preço da energia. Além disso, há uma terceira verba – guardada em segredo – para uma eventual compra de minas no exterior”
Rei da América. 13/09/2004. “Gerdau compra mais quatro siderúrgicas nos EUA e

consolida sua posição entre os três maiores do país”.
Por Isabel Clemente. A força do hábito . 03/01/2005. “Presidente da Souza Cruz diz que campanha antifumo atrapalha menos a venda de cigarros que a pirataria”. “O ano que começa deve ser ainda melhor, porque as exportações de fumo processado estão crescendo”.
Por André Barrocal, Cátia Luz, João Sorima e Murilo Ramos. País em obras . 17/01/2005. “Empresas e governos tiram projetos da gaveta e planejam investir R\$ 300 bilhões em 2005”.
Por Ricardo Grinbaum e Cátia Luz. Embraer em nova rota . 21/03/2005. “Empresa atinge resultado recorde e decidi diversificar mais seu negócio com investimentos em jatos executivos e militares e expansão exterior”.
Por Murilo Ramos. Múltis no atacado . 09/05/2005. “O governo lança centros no exterior para internacionalizar pequenas e médias empresas brasileiras”.
Por Cátia Luz. Faltam presidentes . 30/01/2006. “A Vale tem dinheiro e projetos para crescer. Mas esbarra num limite: precisa de mais executivos de primeiro escalão”. “A mineradora Vale do Rio Doce é um fenômeno único no capitalismo brasileiro. Desde sua privatização, nada parece capaz de deter o avanço da empresa. Em sete anos, comprou 13 concorrentes, estendeu sua atividade de cinco para 21 países e multiplicou por seis seu valor de mercado. Na semana passada, anunciou um pacote de investimentos de US\$ 4,6 bilhões em 2006, o maior da história”.
Por Marcelo Aguiar. O quebra-cabeça Chinês . 30/01/2006. “O caso Embraer revela que fazer negócios com os chineses é bem mais difícil do que parece”.
Óleo na Venezuela . 09/01/2006. “A aproximação do Brasil com o governo da Venezuela, uma das principais potências petrolíferas do mundo, vai permitir à Petrobras dar mais um salto em seus negócios internacionais. Um convênio assinado em setembro com a presença dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez, para a exploração de um bloco petrolífero conhecido como Carabobo, no Caribe, deverá se transformar em 2006 em um dos maiores investimentos da companhia brasileira”.

QUADRO 12: exportação de capital brasileiro nas páginas de *Veja*: investimentos e internacionalização

Por Eduardo Salgado. A China no centro do mundo . 22/01/2003. “As companhias brasileiras estão começando a encontrar o caminho do mercado chinês. De fábricas de sapatos a churrascarias, até montante de automóveis e aviões, o Brasil está marcando presença na economia chinesa. A Embraer fincou sua bandeira na China. A fábrica da Harbin Embraer, uma parceria entre a companhia brasileira no exterior e a empresa chinesa AVIC II, começará a funcionar no próximo mês. Com um investimento de 25 milhões de dólares, o objetivo inicial da nova empresa é chegar à marca de doze jatos por ano, todos da família ERJ, com 50, 45 ou 37 lugares (...) A Harbin Embraer é a única fabricante de jatos regionais de até cinquenta lugares dentro da China, e a tarifa dificulta o ataque de concorrentes estrangeiros. Como se vê, protecionismo só arde nos olhos dos outros. A favor é uma beleza (...) Fazer negócio na China exige uma dinâmica diferente. É preciso enfrentar consideráveis entraves burocráticos, a cultura da propina, o capitalismo de Estado dominado pelo Partido Comunista Chinês, os costumes e o idioma às vezes impenetráveis. Mas há vantagens, como a mão-de-obra barata. Na maioria das regiões da China, o salário na linha de montagem é de menos de 2 reais por hora. Um operário brasileiro ganha quatro vezes mais. Um mexicano, seis vezes. Um americano não pega no batente por menos de um salário vinte vezes maior. Nessas condições, montar bases para exportar é um ótimo negócio”.
Por Gabriela Carelli. O Brasil imperialista . 19/02/2003. “De um desbravador tímido dos mercados vizinhos, de quem se considerava isolado pela barreira do idioma, o Brasil se tornou um pequeno tigre no fim dos anos 90. O sinal de largada definitivo para a corrida de

<p>conquistas foi a desvalorização do real em janeiro de 1999. As empresas brasileiras viram-se, de repente, com o vento a favor. Quem tinha custo em real e receita em dólar viu sua produtividade instantaneamente aumentada. Em quatro anos, o Brasil passou a exercer um imperialismo cordial na América Latina, com companhias nacionais assumindo o controle de segmentos da economia dos vizinhos”.</p>
<p>O bom desempenho externo. 21/05/2003. “Em meio ao mau tempo generalizado no setor das empresas aéreas em todo o mundo, a venda de 85 aviões de setenta lugares da Embraer para a US Airways foi muito festejada. O negócio de 2,1 bilhões de dólares já está garantido e ainda existe a possibilidade da companhia americana comprar outras 190 aeronaves, o que elevaria o total para 6,2 bilhões de dólares (...) Para o Brasil, as vendas da Embraer geram divisas externas. Isso sempre é muito bom. Nos últimos cinco anos, a fabricante de aviões produziu 4,5 bilhões de dólares de divisas liquidas”.</p>
<p>Por Adriana Souza. A multiplicação dos pães. 06/08/2003. “A Casa do Pão de Queijo duplica o faturamento em três anos e abre franquias no exterior”. “Com 400 lojas espalhadas por 22 Estados, a Casa do Pão de Queijo perde no Brasil, apenas para a gigante americana McDonald’s. Está presente em Portugal, mantém uma fábrica na Espanha e tem planos de chegar ao México e aos Estados Unidos ainda neste ano”.</p>
<p>Por Chrystiane Silva. O Salto das exportações. 14/01/2004. “O Brasil exporta como nunca, conquista mercados e tem tudo para repetir o resultado neste ano”. “As exportações em 2004 podem crescer 10% e ultrapassar os 80 bilhões de dólares. Pela primeira vez em décadas, esse tipo de estimativa merece crédito. O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, errou duas vezes nas previsões para 2003. Em ambos os casos, para baixo. No começo do ano passado, disse que as vendas externas cresceriam 6 bilhões de dólares, mas em agosto mudou de idéia e previu 8 bilhões de dólares”.</p>
<p>Por Lucila Soares. Um novo sabor global. 10/03/2004. “A AmBev une-se à belga Interbrew e forma a maior cervejaria do mundo”. “O resultado é o maior passo já dado por uma corporação brasileira rumo ao mercado global”.</p>
<p>Por Maurício Capela. A esperança externa. 14/04/2004. “Empresas apostam mais nas exportações do que no mercado interno”.</p>
<p>Por Chrystiane Silva. Um negócio quente. 21/07/2004. “Empresa brasileira de maior sucesso na Wal-Mart americana, a Tramontina vende mais panelas nos EUA do que no Brasil”. “As panelas, que representam cerca de 60% do faturamento da empresa nos EUA, são montadas como um quebra cabeça. As de capacidade inferior a 12 litros são feitas no Brasil; as tampas, na China; e os pegadores e as alças, na Alemanha e na Itália. As panelas maiores são fabricadas na China, onde a empresa dispõe de um engenheiro para supervisionar os sete fornecedores”.</p>
<p>Por Carlos Rydlewski e Carine Nucci. A ALCA do Gerdau. 22/07/2004. “O Gerdau é o grupo mais internacionalizado do Brasil, de acordo com um estudo da Unctad, órgão das Nações Unidas responsável pelo comércio e pelo desenvolvimento. E o fato de ter produção no exterior é o diferencial”.</p>
<p>Por Leandra Peres. Brasil multinacional. 16/02/2005. “O país já é o quinto na lista dos emergentes que mais fazem investimentos no exterior”. “Nunca as multinacionais brasileiras investiram tanto no exterior como no ano passado. Foram 9,5 bilhões de dólares aplicados na construção e aquisição de novas fábricas e na prestação de serviços”.</p>
<p>Por Carlos Rydlewski. Uma máquina de fazer lucros. 30/03/2005. “A Vale do Rio Doce supera gargalos incríveis e bate pela terceira vez o recorde de ganhos no Brasil”.</p>
<p>Por Carlos Rydlewski. O jato popular. 04/05/2005. “A Embraer anuncia que vai fabricar minijatos, o novo e promissor horizonte do mercado de aviação executiva”.</p>